

TRAVESSIA

revista do migrante

Publicação do CEM - Ano XX, número 59, Setembro-Dezembro/2007



ISSN - 0103-5576

FILHOS DA MIGRAÇÃO

TRAVESSIA

Revista do Migrante

CEM - Centro de Estudos Migratórios (Federação dos CEMs J.B.Scalabrini)

Publicação quadrimestral, voltada ao estudo e divulgação da realidade do migrante a partir dos diferentes ramos do conhecimento: social, político, econômico, educacional, cultural, etc.

Diretor

Sidnei Marco Dornelas

Editor

Dirceu Cutti

Jornalista Responsável

Antonio Garcia Peres (MtB 3081)

Conselho Editorial

Alfredo J. Gonçalves

Carlos B. Vainer

Dulce Baptista

Francisco Nunes

Heinz Dieter Heidemann

Helion Póvoa Neto

José G. Baccarin

José Guilherme C. Magnani

José J. Gebara

Luiz Bassegio

Marilda A. Menezes

Odair da Cruz Paiva

Oscar R. López Maldonado

Oswaldo M.S. Truzzi

Sidney A. da Silva

Conselho Consultivo

Cláudio Ambrozio

Edgard Malagodi

Ermínia Maricato

Marília P. Sposito

Milton Schwantes

Capa

Foto: Pedrão

Arte: 2M Criação e Produção Gráfica Ltda

Editoração Eletrônica

Dirceu Cutti

Impressão

Maxprint Editora e Gráfica Ltda - Fone:(11)4815.4331

Endereço para Correspondência

Rua Vasco Pereira, 55 - Liberdade

01514-030 São Paulo/SP - Brasil

Fone/Fax: (0xx11)3208.6227

cemsp@uol.com.br

www.cemsp.com.br

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores

ÍNDICE

"TENHO DUAS CULTURAS DENTRO DE MIM"

(DEPOIMENTO) - *Por Sidnei Marco Dornelas.....5*

COMO PERPETUAR UMA CLASSE OPERÁRIA

Ushi Arakaki.....11

CRIANÇAS E ADOLESCENTES ENVOLVIDOS NO MOVIMENTO DEKASSEGUI

Kyoko Yanagida Nakagawa.....17

A DISTÂNCIA DOS FILHOS

REFLEXÕES SOBRE NÚCLEOS FAMILIARES
DIVIDIDOS PELA MIGRAÇÃO

Igor José de Renó Machado

Alexandra Gomes de Almeida.....26

BRASILEIRINHOS LONGE DE CASA

ENTRE SONHO E REALIDADE

Bianka Pires André.....33

"EU SOU DAQUI, MEUS PAIS NÃO!"

Sílvio Marcus de Souza Correa

Karin Elinor Sauer

Carina Santos de Almeida.....38

AMOR E DEVOÇÃO FILIAIS -(XIÀOSHÙN) NA FAMÍLIA CHINESA

FILIAÇÃO NA MIGRAÇÃO

Ernesto René Sang

Eva Maria Migliavacca.....43

O MUNDO DOS PEQUENOS NA ÓRBITA DOS ADULTOS

Após alguns anos do início do êxodo dos brasileiros, é hora de perguntar-nos o que se passa com as crianças e adolescentes filhos dessa migração. Primeiramente, é preciso constatar as distintas e por vezes múltiplas situações por eles vivenciadas: há os que participam do processo migratório presenciando a partida dos pais; há os que partem e acabam ficando; há os que vão e acabam voltando; há os que nascem no exterior e por lá permanecem e, ainda, há os filhos do exterior que são trazidos para a terra dos pais.

Sem dúvida, existe um emaranhado de fios que se cruzam e descruzam, em meio a vantagens e desvantagens, riscos e possibilidades. Vidas precoces envoltas na lógica complexa do grande circuito da mobilidade, mas que guardam algumas especificidades, tais como as explicitadas ao longo dos textos aqui apresentados: "(...) Certo dia minha mãe me chamou para conversar, pensei que era (sic) alguma coisa que eu tinha feito no colégio, na rua, ou até em casa, mas não, era para falar que a gente ia mudar de casa e também de país". "O pai falou que a gente tinha que ir, e eu não queria ir".

Além da migração poder soar como algo inesperado e/ou indesejado, uma vez desencadeada, suscitará questões atinentes ao relacionamento entre pais e filhos, aos desafios do processo educativo envolvendo a família e a escola; além de suscitar problemas quanto à própria constituição de uma identidade do jovem e adolescente.

Em torno disso gravitam cinco textos: Sidnei traz o depoimento de alguém que foi para o Japão, ingressou na escola japonesa e depois retornou ao Brasil, enquanto os pais lá permanecem (sem conseguir a almejada poupança para o retorno). Ushi analisa os filhos dos brasileiros no Japão, que criados "à la brasileira", acabam, na verdade, nem sendo brasileiros e muito menos japoneses. Kyoko, também ela a partir da migração Brasil-Japão, estuda as crianças que ficaram aqui, as que do Japão vêm ao Brasil e as que permanecem no Japão, apontando para cada caso os aspectos que mais requerem atenção. Igor e Alexandra valem-se do fluxo de Governador Valadares para Portugal e centram suas atenções sobre as crianças que permanecem do lado de cá da viagem a partir do ponto de vista delas mesmas e do ponto de vista dos adultos. Bianka dá voz a um grupo de adolescentes que vivem em Barcelona.

Em todos os casos acima mencionados, vale destacar a aguçada percepção que as crianças e/ou adolescentes demonstram em relação ao fator decisivo da migração dos pais - o trabalho -, o qual é encarado de forma ambivalente: por um lado é o fator que lhes possibilita **ter** o que não teriam sem a migração dos pais; por outro, é o mesmo trabalho, sempre excessivo, que rouba a companhia dos mesmos (tanto para os que permanecem no Brasil, quanto para os que se encontram no destino "junto" a eles). Não conseguem, porém, explicitar o que Ushi e Kyoko antevêem (para o caso específico dos que permanecem no Japão), que aos filhos da migração está reservado o mesmo destino dos pais: ser mão-de-obra barata para o capital.

Dois outros textos, de Sílvio et al. e de Ernesto, voltam-se para os filhos da migração no Brasil, caracterizando-se, ambos, pela novidade que trazem: o primeiro, por traçar um paralelo, no âmbito da migração interna, entre jovens migrantes e os da chamada "segunda geração"; o segundo, por abordar as relações no interior da família chinesa.

Dirceu Cutti

TRAVESSIA - NÚMEROS PUBLICADOS

- | | | |
|--------------------------------|--|--|
| 01 - Sazonais | 22 - Retorno | 41 - Migração Laboral |
| 02 - Cidade | 23 - Metrópole | 42 - Linguagens e Símbolos |
| 03 - Fronteira Agrícola | 24 - Índios e Territórios | 43 - Imprensa & Literatura |
| 04 - Violência | 25 - Deslocamentos Compulsórios
& Restrições à Migração | 44 - Etnias |
| 05 - Voto | 26 - Mulher Migrante | 45 - Mobilidade & Flexibilidade |
| 06 - Barragens | 27 - Nomadismos | 46 - Sagrado |
| 07 - Cultura | 28 - Meio Ambiente | 47 - Cotidiano |
| 08 - Trabalho | 29 - Albergue | 48 - Fronteiras |
| 09 - Família | 30 - Clandestinidade | 49 - Narrativas |
| 10 - Religião e Religiosidades | 31 - Festas | 50 - Políticas Públicas |
| 11 - Estrangeiros | 32 - Memória | 51 - Preconceitos |
| 12 - Educação | 33 - Mercosul | 52 - Legado de Scalabrini |
| 13 - Pena de Morte | 34 - Associações | 53 - Implicações Psicológicas |
| 14 - Migrar e Morar | 35 - Gerações na Migração | 54 - Espaço Urbano |
| 15 - Tempo e Espaço | Nº Especial - O Retorno (Sayad) | 55 - Brasileiros no Exterior |
| 16 - Desemprego e Subemprego | 36 - Um Olhar Retrospectivo | 56 - Alteridades |
| 17 - Imagens | 37 - Refugiados | 57 - Acolhida & Hospitalidade
Bíblia e Pastoral |
| 18 - Novas Tecnologias | 38 - Bairros e Vizinhanças | 58 - Acolhida & Hospitalidade
Cultura e Sociedade |
| 19 - Identidades | 39 - Assentamentos | 59 - Filhos da Migração |
| 20 - Saúde | 40 - Redes | |
| 21 - Emigração | | |

*É possível montar a coleção e adquirir números avulsos**

(* Números 8, 10 e 12 só disponíveis para coleção)

Forma de Pagamento

Depósito nominal à *Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos*; Bradesco; Ag. Tabatinguera nº 0515-0; c/c nº 23083-9 com envio de cópia do comprovante ou Cheque nominal à *Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos*.

Valor da Assinatura

- () Ass. válida por 1 ano..... R\$ 20,00
- () Ass. válida por 2 anos..... R\$ 30,00
- () Ass. válida por 3 anos..... R\$ 40,00
- () Exterior (1 ano)..... U\$ 20,00

Rua Vasco Pereira, 55 Liberdade CEP: 01514-030 São Paulo/SP - Brasil

Fone/Fax: (0xx11)3208.6227

cemsp@uol.com.br

www.cemsp.com.br

depoimento

“TENHO DUAS CULTURAS DENTRO DE MIM”

Por Sidnei Marco Dornelas *

Por ocasião de uma viagem a Londrina, cidade localizada ao norte do estado do Paraná, com o objetivo de conhecer as vivências das famílias de emigrantes brasileiros no exterior, tivemos a oportunidade de nos encontrar com a jovem Liliam. Ela se dispôs a nos relatar, com a ajuda de sua tia Jussara, a sua experiência de adolescente no Japão, o seu relacionamento com seus pais e avós e o seu projeto de retorno para o Brasil¹.

Com o pai no Japão

Liliam: “Eu tinha sete anos, hoje eu tenho 22, quando meu pai foi para o Japão. Estava difícil na época ficar aqui no Brasil, com três filhos, então ele foi sozinho para o Japão, no começo. Ele ficou lá cinco anos, e nesses cinco anos ele voltou duas vezes pra rever a família. Depois de cinco anos, a minha mãe falou que não estava gostando dessa situação, e meu pai resolveu levar a mulher e os filhos para o Japão, todos eles. Fiquei lá durante dez anos.”

“Lá eu não tive contato com brasileiros (*you lived only in the middle of Japanese?*) Japoneses. Porque onde eu morava não tinha brasileiros. Perto de lá havia alguns brasileiros, só que os brasileiros eles não tinham tempo. Eles só trabalhavam, eles não tinham tempo pros filhos. Meu pai via aqueles filhos e adolescentes largados, já numa fase que é difícil. Eles querem fazer o que eles querem e acabou, e meu pai não queria essas influências na família dele. Então o que ele fazia? Ele colocava a gente em atividades japonesas, em escola onde só tinha japonês, tudo japonês.”

“Quando meu pai foi embora, eu lembro que eu senti uma perda muito grande. Ele falou que ele voltava logo, e ficou três anos, se não me engano (*voice emotionalized...*). Então, quando ele voltou, eu me senti assim: ‘você é um mentiroso’. Eu coloquei isso dentro de mim, eu julgava meu pai até de pé junto. E quando eu fui para o Japão, a minha maior dificuldade foi em aceitar a cultura japonesa, e eu colocava a culpa no meu pai. Eu falava assim: ‘por sua causa eu estou aqui sofrendo, tendo que aprender outra língua, tendo que aprender outra cultura, eu tava lá no Brasil muito bem’. Eu tinha acabado de entrar no CIMAS, e o

CIMAS é um colégio que estava no auge aqui em Londrina. Hoje não é tão bom assim, mas na época era o melhor colégio de Londrina, quando eu entrei. Na época, eu fiz uma prova lá que, de tantos só passaria uma, e no que eu passei, eu fiquei só um ano no CIMAS. Eu fiquei muito chateada, porque eu já tinha a minha vida aqui e por isso eu fui para lá, porque o meu pai... Para mim, naquela época, o meu pai falou que a gente tinha que ir, e eu não queria ir. Eu queria ficar com a minha avó. Mas, hoje eu só tenho que agradecer a ele porque hoje se eu sou o que sou é por causa dele.”

“Tenho três irmãos, e eu sou a mais velha. Tenho mais duas abaixo de mim e um irmãozinho. Para o meu pai foi muito difícil, porque, sim ou não, a gente diz: ‘comparando com o dinheiro do Japão, o dinheiro do Brasil é mais desvalorizado’. Mas, dinheiro é dinheiro. Meu pai trabalha lá sozinho pra ajudar todo mundo, agora que estou trabalhando aqui no Brasil, trabalho numa escolinha, mas é mais para pagar a minha faculdade do que qualquer outra coisa, porque não tem como você arranjar um emprego bom aqui, sendo que você não tem uma faculdade, mas eu (...) Estudei lá, eu cheguei a trabalhar assim como bico, mas não trabalhei para juntar dinheiro. Era para fazer alguma coisa aqui no Brasil, porque o dinheiro que juntava lá era pra fazer a minha faculdade aqui. Lá não tinha como fazer faculdade, por ser brasileira e eu não queria me naturalizar japonesa. Então, tive que fazer uma escolha e eu escolhi continuar brasileira e terminar os estudos aqui.

“Para o meu pai é assim: lugar de criança não é na rua. Tem que ter educação. Eu acho que meu pai viu o lado positivo também. ‘Já que temos que estar aqui

no Japão, vamos aproveitar alguma coisa, aprender o japonês, aprender a cultura'. Foi lá que eu fiz dez anos de flauta, eu já toquei uma época aqui na igreja. Eu sei tocar flauta, eu sei um monte de coisas porque a escola japonesa te dá oportunidades muito boas... Meu pai fala que ele não é japonês, ele fala: 'eu não sou japonês, não são esses olhos rasgados que vão me fazer japonês'. Mas, eu acho que ele viu as vantagens também de eu estar lá, e ele fez todas as filhas dele terminarem o ginásio lá, e o colegial, depois que eu entrei. Então, ele forçou minhas irmãs, elas tiveram mais pressão do que eu, porque elas tiveram mais tempo para estudar, e na hora de fazer prova para o colegial, elas nem queriam continuar com os estudos, só que meu pai forçou: 'um dia você vai me agradecer, você vai estudar, você vai estudar'. E hoje eu vejo assim, eu só vejo vantagens de ter estudado. Ele nunca quis que elas ficassem totalmente japonesas e ele pagava um canal pago para que elas tivessem programas de português. Ele não queria que esquecesse a língua portuguesa e em casa ele sempre obrigou que falassem em português. Até hoje ele briga com as meninas porque elas ficam falando entre elas em japonês. Ele falava: 'eu não quero língua japonesa aqui dentro de casa não, eu quero que vocês usem a língua portuguesa'. Isso foi essencial."

Jussara: "Mas ele deixou de pagar, porque era despesa e as meninas não usavam, não assistiam os programas, então ele falou: 'não vou pagar mais'. Mas obriga as meninas a falarem a língua portuguesa. Minha filha esteve lá, onde trabalha de dezembro até março, e esteve lá. A irmã caçula dela estava morrendo de vergonha em se comunicar com a minha filha, porque ela não sabia o português. Então, meu irmão disse: 'viu, eu falei pra você aprender o português, agora fica aí toda envergonhada, parecendo caipira'. Fala muito bem o japonês, mas não sabe falar a língua portuguesa. Então, ele sempre quis conservar essa parte brasileira, porque para brasileiro não é fácil a gente ir para o Japão e viver a cultura deles. Para nós, nisseis, isso é muito complicado, porque eles olham para a gente e falam assim, 'é japonês', mas o nosso comportamento não está adequado para o Japão. Eles querem que nos comportemos como japoneses, mas nós não somos japoneses."

Na escola japonesa

"(Você fala fluentemente o japonês?) Falo, eu terminei o colegial lá. Eu só não fiz a faculdade porque eles

não me aceitaram como brasileira. Na verdade, eles me aceitaram na faculdade particular. Eles falaram que na faculdade estadual eu estaria ocupando o lugar de japonês. Eu concordei com eles, eu entendi e concordei, eu achei que eles estavam certos, porque nós vamos para lá, nós trabalhamos para eles, juntamos dinheiro deles. E cada vez mais está indo estrangeiros. Você vai hoje para o Japão, e você vê que o japonês está muito americanizado, vê influência dos Estados Unidos e dos estrangeiros na cultura e na língua japonesa. Eu acho que eles têm mais mesmo que valorizar a cultura deles, os japoneses deles."

"Quando eu penso... Eu acho que todo mundo sofre, é muito diferente. Eles são bem fechados, e eu, como sou bem extrovertida, sentia uma barreira muito grande para fazer amizades. Então eu falava para minha mãe que eu não conseguia fazer amizades, que eu não queria aquele lugar. Enquanto eu neguei a cultura japonesa eu sofri. A partir do momento que eu aceitei, eu falei assim: 'o Brasil é o Brasil, é o meu país, mas agora eu estou no Japão e eu tenho que dançar conforme a música'. E foi assim do dia para a noite, melhorou tudo, comecei a ver os lados positivos. Eu acho que eu só superei por causa disso, porque a partir do momento que eu comecei a aceitar eu só via as vantagens de estar lá. 'Já que eu estou aqui, eu vou aprender o japonês, já que eu estou aqui eu vou aprender a cultura deles'. Quando foi pra entrar no colégio estadual, lá a gente faz tipo de um vestibular, e meus professores chegaram pra mim e falaram que a probabilidade de eu passar era quase nenhuma, porque nesses dois anos eu ia pra escola só chorando. Eu não estudava, eu só chorava, e no meu último ano, que seria o 'terceirão', era para eu fazer o vestibular e meu professor chegou pra mim e falou... Desde o começo ele falou para o meu pai, 'olha a situação da sua filha é difícil porque ela...'. Então, ele tentava justificar o meu fracasso nos estudos, e meu pai sentou comigo e falou: 'olha filha, se você não for estudar você vai trabalhar pra ajudar em casa, porque sem fazer nada você não vai ficar, e você está muito nova pra você ir pro Brasil sozinha'. Eu tinha quinze ou dezesseis anos, e eu falei: 'não pai, eu quero estudar'. 'Então se você quer estudar, você começa a estudar, rala aí porque você vai ter que passar no colégio estadual, porque particular eu não vou ter como pagar'. Então, eu comecei a estudar, e eu achei engraçado porque desde o começo, todos os meus professores do Japão nunca acreditaram em mim. Eles diziam: 'você pode continuar estudando, mas é uma perda de tempo', e isso e aquilo. E quando eu passei, foi a primeira vez na vida que eu vi meu

pai chorando, eu fiquei mais feliz por ele do que por mim. Percebi que ele viu em mim que eu tinha crescido, porque até então eu não queria ir pra escola, eu sempre dei muito trabalho, nesse sentido sentimental. Para minha mãe, para o meu pai, quando passei pro colegial... Nossa! Eu sentia o amor com que eles falavam: 'a minha filha é a primeira estrangeira a passar pro colegial estadual' no estágio em que eu estava.

"Colocaram no jornal, 'é a minha filha, minha filha' (*Jornal japonês?*) Japonês! Porque muitos estrangeiros tentaram, mas é difícil, é como se você fosse tentar passar na UEL (Universidade Estadual de Londrina), a mesma dificuldade. São muitos alunos, porque o estudo é obrigatório até o ginásio, o fundamental daqui. E o colegial já não é mais obrigatório, então o que acontece? Tem muita gente estudando pra passar para o colegial. Não é igual aqui. Por exemplo, tem crianças que infelizmente não estudam, porque: ou tem que ajudar em casa ou os pais não dão tanta importância assim pra educação. Mas lá não, todo mundo estuda. Por isso, aquele negócio que diz que japonês é inteligente, não é que é inteligente, japonês é esforçado, muito esforçado. Então eu já tinha chegado atrasada, eu cheguei com doze anos, aí eu já fiquei enrolando esses dois anos só chorando, eu só perdi tempo. Se todo mundo estudasse uma hora por dia, para mim eu tinha que estudar sete horas por dia, porque eu já estava com muito tempo perdido. Mas deu tudo certo, e na época quem me ajudou foi a igreja católica de lá. (*Comunidade brasileira ou comunidade japonesa?*) É japonesa. Onde quer que a gente fosse, não tinha nada de brasileiro, era tudo japonês. A gente ia na igreja, e meu pai conheceu uma senhora que dava aula de inglês, particular, e ela se apresentou para me ajudar em todas as minhas matérias. Eu tinha aula com ela todos os dias depois da aula. Era um reforço escolar voluntário por parte dela, foi ótimo. Eu acho que foi por meu pai ter corrido atrás dela para me ajudar, e por ela ter muita força de vontade em querer me ajudar. Realmente eu não sabia nada, eu tive muita dificuldade na escola japonesa porque o Brasil tem quinhentos e poucos anos, e o Japão tem muito mais. Eu tinha que decorar o nome daqueles Samurais, Imperador e isso e aquilo, eu lembro que foi bem puxado, bem sacrificado, mas foi uma coisa assim que jamais eu vou esquecer."

"Eu não esqueço, quando eu tinha um ano de Japão, eu estava terminando o primário lá, que é a sexta série, aí uma menina chegou assim... Eles sempre me excluíam, eles não deixavam eu brincar junto,

porque eles diziam que eu não ia entender, eles sempre falavam assim. Eu entendia, só não conseguia falar, eu entendia, e um dia uma menina chegou para mim e falou assim: 'como é que você tem cara de japonês e não sabe falar japonês?' Aquilo me deu muita força para estudar, dentro de mim, foi um orgulho, eu sou capaz de aprender o japonês, aí eu peguei, olhei pra ela e falei: 'eu brasileira, eu não sou japonesa, eu sou brasileira'. Eu posso ter cara de japonesa, mas eu sou brasileira, eu só sabia falar: 'eu brasileira'. Depois quando eu já estava no colegial, essa menina não conseguiu passar no colegial estadual, e eu já estava dentro. Cada escola tem o seu uniforme, e eu estava de bicicleta de uniforme e ela estava naquele murinho, então ela olhou e falou, 'eu não acredito, ela passou'. Aquela foi a maior satisfação que eu tive dentro de mim, não que eu me senti japonesa, mas eu senti assim: 'eu sou capaz de aprender a tua cultura'."

Com os avós no Brasil

"(*O que te fez voltar pra cá?*) Foi querer ser alguém, ter a consciência de que eu precisava seguir a minha vida. De que o meu futuro e o futuro do meu pai e de minha mãe estão nas minhas mãos, eu senti a responsabilidade. (*Como assim, você traz o futuro nas tuas mãos? Você vai pagar um INSS pra eles?*) Não, o INSS eu procurei saber, sairia muito caro. Então, meu pai manda um dinheiro por mês, e esse dinheiro ele pensa que eu gasto, mas eu faço uma poupança pra ele e pra minha mãe. Deixo lá, é o dinheiro deles, no dia em que eles quiserem voltar, vai estar lá para eles. Eu quero arranjar uma profissão. Sei que professora não é muito valorizado aqui, mas meu sonho é montar uma escola. Se der certo como eu sonho, eu sei que eu vou ter condições de cuidar deles."

"Meu pai faz doze anos que ele está lá. Doze anos seguidos, que ele não vê o pai e a mãe dele. Eu sinto falta, não tem como não sentir. Mas também vejo que eu tenho um objetivo por estar aqui. Eu procuro... o carinho que eu deveria dar para o meu pai e para minha mãe, eu tento dar para a minha avó e para o meu avô... (*emoção na voz*) Esse é meu papel."

"A minha relação com meus avós é muito boa. No começo foi difícil, porque meu pai e minha mãe sempre foram bem liberais. Eu queria sair, eu saía. Eu queria viajar, eu viajava. Já lá em casa, com meu avô e minha avó, como eles têm uma... Eles são de

uma geração diferente, então para eles é difícil aceitar algumas coisas de hoje em dia. Hoje como está muito mudado, tem também muitas viagens da faculdade, então eu senti no começo um choque muito grande, porque eu sempre fui muito livre e aqui eles me prenderam, eu me senti presa. Houve então uma coisa muito interessante: meu pai chegou para mim e falou para eu não dar trabalho para o meu avô e para a minha avó, que são os pais dele. Aí eu me dei conta e falei, 'eu estou causando mal para os pais do meu pai'. A partir daí eu comecei a aceitar, eles me aceitaram também, e lá todo mundo respeita todo mundo. Hoje a minha avó e meu avô assim... Antigamente eles não me deixavam sair pra dançar de jeito nenhum, eles reclamavam mesmo. Mas, eu quase não saio. Só de vez em quando saio pra dançar. Então, quando eu volto de madrugada: 'como é que foi?' Eu sei que a nossa relação é muito boa. Tenho um respeito muito grande, eu sempre procuro assim... Tudo que eu acho que é ofensa para o meu pai e para a minha mãe, quando eu estava lá, hoje que eu vejo, consigo ver, e penso que eu deveria ter dado mais valor a eles, eu tento passar isso para o meu avô e para minha avó."

"Eu acredito que o melhor país é onde está a tua família. Eu ainda estou me adaptando na verdade, eu estou aqui há um ano e três meses. Hoje eu estou muito bem com a minha avó e o meu avô, com os meus tios. Eles se sentem bem aqui. Nestes dias eu até comentei: 'tio, eu fiquei tão feliz de ver vocês aqui, porque quando a casa está cheia, eu sinto como na minha casa. Porque a minha casa sempre foi cheia, eu tenho três irmãos, meu pai e minha mãe, então a casa sempre estava cheia. E eu com meu avô e minha avó, somos só os três, então às vezes eu sinto falta de barulho, falta de conversa. Só que, apesar de estar me sentindo muito bem aqui, estar conseguindo arcar com a faculdade, estar dando tudo certo, eu ainda sinto dificuldades. Sinto muita dificuldade em entender a cultura brasileira, por exemplo: eu acho que brasileiro reclama muito, e isso é muito negativo. Eu fico negativa com isso. Você está no ponto de ônibus e o fulano está reclamando do chefe. Chega aqui, está reclamando da fila. Vejo o povo reclamando tanto. Lá no Japão o pessoal é mais reservado, por mais que eles sintam uma coisa chata, eles não são de falar. Aqui eu vejo como as minhas amigas da faculdade reclamam do professor, só sabem reclamar. Eu tento entender, mas eu não consigo, eu tento entender. Esses dias eu me vi reclamando demais."

"O japonês prefere ficar só com ele, em vez de que ficar passando pros outros. Por isso, é muito difícil

você dar um conselho para um japonês. Porque ele não chega pra você e fala o que ele está sentindo. Às vezes, ele nem sabe o que ele está sentindo. Ele tem dificuldade de falar o que ele sente, e essa dificuldade eu também tenho. Eu também era muito assim... Eu nunca fui muito de falar como estou me sentindo, nem eu sabia, mas eu acho que é porque eu tenho uma dificuldade muito grande porque todo mundo fala, fala."

Entre o Brasil e o Japão

Jussara: "Ele quer voltar. Ele não se sente japonês e ele não gosta de viver lá. A mãe dela também, ela não vive, ela vive em função do Brasil, tudo que ela quer comprar, ela pensa na minha mãe. Eu sinto que a vida deles lá é passageira, porque eles não pegam as coisas para eles. Nesse período que meu irmão está lá, eles já poderiam ter colocado financiamento pra comprar e ter uma casa. Ele vive de aluguel, então não sobra dinheiro, ele vive lá pra comer (*não consegue poupar?*) Não consegue porque o que ele ganha é para pagar. Gasta com escola, porque por mais que a escola seja do governo, tem que pagar. A gente estava fazendo uma comparação, e equivale ao nosso particular aqui. Porque gasta-se muito lá, tudo paga, não é fácil viver lá. Então, eu percebo assim, eles não são felizes lá, não são. O sonho deles é voltar, mas voltar para fazer o quê? Tanto tempo fora, sem profissão, vai fazer o quê? Uma mão na frente e outra atrás, não tem dinheiro..."

Lilium: "Ele trabalha em fábrica. Trabalha há treze anos na mesma fábrica. Eu não vejo meu pai feliz, realmente, e é isso que me dá força para estudar, trabalhar e tentar uma vida aqui. Apesar de o Brasil ser difícil, é aqui que o meu pai e a minha mãe querem ficar. (*chorando*) Logo que eu cheguei aqui meu pai falou: 'daqui há um ano a gente vai embora...' só que eu sei que não é fácil, e que existe uma certa impossibilidade nisso, então eu nem recebi isso de coração, apesar de você sempre ter esperança. Mas a minha avó fala: 'eles vêm pra cá fazer o quê?' Porque a minha avó, ela é muito racional, minha avó, graças a Deus, ela pensa com a cabeça. Eu acho que ela sentiu muita saudade, porque faz muito tempo que ela não vê o meu pai. Mas, a minha avó é muito racional e ela fala mesmo: 'você veio fazer o que aqui? Você tinha que estar na faculdade particular...'. Na época, quem estava me ajudando com as coisas era o meu pai, e meu pai que ia dando as despesas de casa. Hoje eu trabalho pra pagar a minha faculdade,

não tenho nem como pagar outra coisa. Eu vejo minha avó, ela é forte a minha avó, ela disse para o meu avô assim: 'ela já teve uma família, ela sabe como é ter uma família e então luta pela sua família'. Agora eu vejo que meu pai fica desesperado. Meu avô teve derrame faz pouco tempo, e meu pai quase enlouqueceu no Japão. Toda vez que eu falo com meu pai, ele fala para eu cuidar mais do meu avô do que da minha avó, porque ela é forte, minha avó é saudável, meu avô é mais fraco."

Jussara: "É porque ele guarda dentro dele aquela cultura japonesa. Quem tem que cuidar dos pais é o filho mais velho, e ele não consegue fazer isso. Ele quer voltar porque ele quer cuidar, só que ele não consegue nem se cuidar direito lá. Mas uma coisa ele está conseguindo no Japão, é colocar os filhos numa escola, educá-los. O que ele sonha é que os filhos tenham educação, que aprendam alguma coisa nessa vida. Então, tanto ele quanto a minha cunhada, eles trabalham muito nesse sentido: que tenham educação e que lá eles tenham uma família. A questão da família eles prezam muito, os dois estão conseguindo manter. Isso é positivo, mas eu percebi que eles não são felizes. Tanto é que eu comprei um joguinho de copos, porque ela vive de presentes que os brasileiros que estão lá dão, de restos, porque sempre sobra. Os bolsistas compram dos colegas que vão embora, e não sabem o que fazer com aquelas coisas que elas compravam: 'você quer, você quer?' E são coisas boas. Então, a gente acaba ficando com essas coisas boas, quer dizer, a gente vive com a sobra dos outros. Aquilo é muito prático, você não tem que gastar. Eu percebo assim, que eles vivem desse jeito, de doação de coisas que os colegas que voltam para o Brasil deixam, então eu comprei um jogo de copos pra ela. Ela disse: 'mas, esse aqui é tão bonitinho, leva pra Baachan". Eu falei 'Não!, eu estou dando os copos pra você, por que que eu vou levar pra minha mãe? É só peso, eu não preciso desses copos, copos tem no Brasil, eu quero que você use, já que você gostou você usa, quando vier os amigos você usa esses copos bonitos'. Porque não tem nada bonito, são copos diversos, pratos diversos, talheres diversos, não tem uma coleção. Quando a gente ia ao supermercado, meu irmão falava assim 'vocês mulheres gastam muito, não sei porque comprar essas porcarias?' Porque o que ele ganha, não sobra, então ele acha que comprar essas coisas e deixar a casa bonitinha não tem razão de ser, porque ali não é a casa dele, ele quer voltar. (É provisório ali...) É assim, eles querem ajudar um ao outro, a questão da solidariedade entre os brasileiros existe. Então, o meu irmão é muito solidário com os outros, minha

cunhada também, eles são muito solidários. Isso é muito bonito entre a comunidade brasileira. Mas sonha em querer voltar, e ele falou: 'eu volto...' Como é que você volta? Você tem algum dinheiro? 'eu não tenho, eu volto com o meu trabalho'..."

Liliam: "Isso me dá medo, porque eu acho que meu pai está meio desesperado para voltar para o Brasil. Eu vim, fiquei dois meses aqui, porque era para prestar a UEL. Cheguei uma semana atrasada para a inscrição, então eu vim em vão. Fiquei dois meses aqui e fui para lá. Eu vim com a minha mãe e meu irmão mais novo, e no que eu fui pra lá, ao rever meu pai eu e minhas irmãs, foi a pior e a melhor experiência da minha vida. Porque meu pai nunca soube ser muito afetivo, muito de dar carinho. Já a minha mãe não, ela sempre foi mais para esse lado, meu pai sempre foi razão e minha mãe coração, sempre foi assim. Quando eu cheguei lá, vi meu pai frio assim, só preocupado em pagar contas... Hoje eu entendo, porque eu também pago contas e, realmente, não tem como colocar o coração quando você não tem dinheiro pra pagar a comida dos seus filhos. Mas, meu pai melhorou muito, quando eu voltei essa vez, porque eu chegava e falava pra ele: 'pai não é isso que a gente quer, dinheiro... eu tenho condições de trabalhar e ganhar dinheiro, eu não quero dinheiro, eu quero um pai!' A partir desse momento meu pai mudou, ele começou a ser família. Hoje ele dá valor a sair aos domingos em família, ele não tem dinheiro, mas ele dá um jeito de sair para jantar. Quando eu estava lá, não tinha muito disso, só tinha isso quando era dia dos pais ou dia das mães. Só quando era data especial que a gente saía para jantar. E hoje minha mãe fala que meu pai melhorou 100%. Meu pai vai em Karaokê, em boliche com as minhas irmãs. Nunca que meu pai fez isso comigo. Meu pai era muito macho! Meu pai agora é bem mais família. Eu acho que está sendo muito boa essa minha relação. Observando eles de fora, eu consigo ver isso. Talvez minhas irmãs não consigam ver, porque elas estão vivenciando isso. Então, elas não conseguem ver. Teve esses dias em que a minha irmã, ela trabalha e usa muito celular e falava assim: 'quem vai pagar é o pai mesmo'. Eu gostei que ela tenha começado a trabalhar: 'você nem imagina o pai que você tem'. Então, eu já consigo ver coisas que elas não conseguem, porque eu estou de fora, eu estou aqui vendo eles lá..."

"Quando eu falei para o meu pai, 'eu quero fazer faculdade', meu pai falou assim: 'então você vai arcar com sua faculdade'. Eu vou, só que eu vi também que ele teve oportunidade de... Eu já conversei até

com minha avó, e ela falou assim que ela quis pagar a faculdade para o meu pai, quis arcar com a faculdade dele, porque o sonho da minha avó sempre foi formar os filhos dela, e meu pai não se formou. E ele sempre cobrou muito isso de mim, porque eu acho que ele sente que o erro maior dele foi ele não ter se formado. Então, eu vejo que ele está lá para o futuro dos filhos dele. Eu acho que a vida dele é o futuro dos filhos dele. Não é que ele pense: 'vou subir nas costas das minhas filhas'. Não, em nenhum momento, porque meu pai, ele é homem e é meio orgulhoso. Ele não aceita isso. Mas, eu vejo que se ele está lá, e se ele engole muita coisa, é porque ele quer que eu e minhas irmãs nos formemos e sejamos alguém na vida."

"Eu não me sinto imigrante"

"Eu hoje só vejo vantagem de ter ido lá, porque lá eu estava com minha família. Era difícil, porque a cultura era totalmente diferente, mas pelo fato de eu estar em família, eu acho que isso me fez vencer muitas coisas e me fez amadurecer em vários sentidos. Eu acredito que eu tenho duas culturas dentro de mim, falo duas línguas. Hoje só vejo esses lados positivos. Tenho vários amigos lá, e pelo fato de eu falar outra língua fluente, aqui no Brasil, pra mim é bem mais fácil arrumar um emprego, do que as pessoas que voltam do Japão. Quando elas voltam, normalmente, elas vão terminar os estudos aqui. Foram para o Japão, e voltam para cá, e não têm nenhuma faculdade, e quando têm uma faculdade não têm uma pós. Hoje em dia é muito difícil você encontrar um emprego, se você não tem uma pós ou uma faculdade. Eu vejo facilidade nesse sentido, por eu falar outra língua, por ter outra cultura, por ter tido muito tempo lá e durante esse tempo ter estudado o tempo todo."

"Hoje, um ano e três meses que eu estou aqui, eu sofro o contrário, sofro para aceitar a cultura brasileira, porque eu fiquei quase praticamente japonesa, eu falava português assim... Festas, estas coisas, sempre teve gente brasileira, teve festa junina na família e tudo. Só que o afetivo, essa parte ficou bem japonesa, apesar de minha família ser bem unida, sempre foi muito japonesa. Hoje eu digo, depois que eu cheguei aqui no Brasil, hoje eu dou mais valor à família do que quando eu estava com eles lá. Por eu ter eles perto, eu não tinha tanta capacidade de pensar a importância que eles tinham pra mim. Hoje, eu estou aqui, eu estou por mim mesma, por eu querer subir na vida, eu quero ser

professora. Mas é por eles também, porque meu pai trabalhou lá durante quinze anos e durante esses quinze anos, ele não pagou o INSS aqui, então ele não tem o futuro aqui no Brasil, e esse futuro, quem vai ter que fazer sou eu. Eu tenho consciência disso, minha mãe também nunca trabalhou aqui, não pagou esse imposto."

"Eu não me sinto imigrante. (*Não se sente?*) É que eu estou no Brasil. Eu estou aqui porque eu quero. Porque, quando eu fui para lá, eu fui pelo sentimento: 'eu estou aqui porque o meu pai quer'. Hoje não, eu estou aqui porque eu quero, eu escolhi isso. Teve uma época, logo que eu cheguei aqui, que eu falei que eu queria minha família de volta, então meu pai me disse: 'a família quem faz é você, você está aí porque você quer, quer voltar então volta'. Mas, eu vou voltar pra fazer o quê? 'Eu não sei, você que escolheu ir pra aí, você já é adulta, e agora você tem que arcar com suas escolhas...' Então, eu sei que estou aqui porque eu quero, ninguém está me forçando ficar aqui."

"Eu penso o seguinte, o negócio não é economizar, mas é saber viver onde você está. Eu ganho um salário mínimo aqui. Eu pago a minha faculdade e o meu inglês, dá para faculdade e o inglês. Eu não consigo arcar com a casa, por isso eu estou na casa da minha avó. Nesses dias, eu cheguei em casa com um negócio de amaciante de cinco litros, eu disse: 'comprei amaciante para o mês inteiro'. Então, ela até começou a rir. Se eu for pensar assim, eu quero economizar, aí vem o X, pra que é que eu estou vivendo? É pra ter dinheiro? Eu conheci um amigo do meu pai que juntou um monte de dinheiro no Japão, já tinha aplicado num apartamento, um monte de carro... Chegou aqui no Brasil, seqüestraram o filho dele, ele deu tudo que ele tinha para poder resgatar o filho vivo, mas ficou falido e voltou para o Japão de novo, e está lá juntando dinheiro. Eu não quero dinheiro para mim, para ficar enchendo o olho dos outros. Eu quero dinheiro pra viver bem, ter uma vida razoável, ter condições de cuidar do meu pai e da minha mãe. E se um dia minhas irmãs precisarem de mim, poder ajudar a elas, só pra isso que eu quero, não quero ser milionária."

*** Sidnei Marco Dornelas é missionário escalabriniano e Diretor do Centro de Estudos Migratórios (CEM).**

NOTA

1- Somos gratos ao pe. Moacir Calza, missionário escalabriniano junto ao Santuário N. Sra. Aparecida de Londrina, que nos acolheu e intermediou os contatos. Os nomes das depoentes são fictícios.

COMO PERPETUAR UMA CLASSE OPERÁRIA

*Ushi Arakaki **

JAPÃO, AQUI VOU EU...

Os descendentes de japoneses começaram a fazer o caminho inverso de seus pais e avós, em meados dos anos 80, estimulados pela grave crise econômica brasileira e pelo rápido crescimento econômico japonês. Esse fluxo se intensificou consideravelmente a partir de 1990, quando o governo japonês revisou a sua Lei de Controle Imigratório, permitindo residência legal para descendentes até a terceira geração e seus cônjuges.

Os Nikkeis, como são chamados os descendentes de japoneses, foram recebidos no Japão para suprir a falta de mão-de-obra operária no país. Eles, assim como seus pais e avós, tinham como objetivo ganhar, em um curto espaço de tempo, dinheiro suficiente para melhorar suas condições de vida em sua terra natal. No entanto, não tardou muito para esses imigrantes perceberem que o sonho de fazer fortuna no Japão não seria realizado a curto prazo.

A princípio os Nikkeis que migravam para o Japão eram em sua maioria homens nisseis (segunda geração) sem suas famílias. À medida em que esse processo se tornou menos temporário, foi aumentando o número de famílias imigrantes e com isso foram surgindo novos desafios, como a educação de crianças brasileiras em um

país estrangeiro e a dupla jornada de trabalho feminino.

De acordo com a Associação Japonesa de Imigração (Japan, 2005), aproximadamente 286.000 brasileiros residem no Japão, sem considerar aqueles que possuem dupla nacionalidade. Os nipo-brasileiros representam o terceiro maior grupo de estrangeiros no Japão, só perdendo para os coreanos e chineses respectivamente, e são classificados em muitos estudos como um dos seis principais grupos minoritários do país (Weiner, 1997).

A grande maioria desses brasileiros trabalha na indústria automotiva, eletroeletrônica ou alimentícia e se concentra nas províncias de Aichi, Shizuoka, Nagano, Mie, Gunma, Gifu, Kanagawa, Saitama, Ibaraki e Shiga. Entretanto, pode-se encontrar brasileiros em todas as províncias japonesas.

COMUNIDADE TRANSNACIONAL

De acordo com Kearney (1995), globalização refere-se aos processos sócio-econômicos, culturais e demográficos que acontecem dentro de nações, mas que também as transcendem. Esse autor afirma que estamos lidando com uma intensificação das relações sociais ao redor do mundo que liga localidades distantes

de uma maneira em que acontecimentos locais são moldados por eventos que acontecem a muitos quilômetros de distância e vice-versa.

Transnacionalismo sobrepõe-se à globalização, mas tem um campo de ação mais limitado. Enquanto processos globais são, em grande parte, descentralizados de territórios nacionais específicos e acontecem em um cenário global, processos transnacionais são ancorados e transcendem um ou mais Estados-nação. Dessa maneira, transnacionalismo é o termo escolhido quando se refere, por exemplo, à migração de cidadãos através da fronteira de uma ou mais nações. Corporações transnacionais, apesar de operarem internacionalmente, têm suas bases em uma única nação.

Uma das faces de processos transnacionais é o projeto cultural e político dos Estados-nação uma vez que eles competem entre si por hegemonia. Essa dimensão do transnacionalismo é sinalizada por sua repercussão sobre o nacionalismo como projeto político-cultural, enquanto globalização implica em projetos mais abstratos, menos institucionalizados e menos intencionais ocorrendo sem referência a nações específicas (idem, p.548).

O conceito de comunidade transnacional é utilizado neste artigo para designar não apenas uma comunidade

formada por imigrantes, mas também para se referir a todas as redes de relações sócio-econômicas e culturais mantidas por esses brasileiros com sua terra natal. Essas redes possibilitaram que eles estabelecessem o que chamarei de “mundo paralelo”, que não é nem o Japão, nem o Brasil, mas sim uma mistura dos dois países. Esta comunidade transnacional funciona como um instrumento usado pelo imigrante para atenuar as dificuldades encontradas na sociedade anfitriã e tornar o ambiente em que reside mais acolhedor.

Trataremos agora de uma comunidade específica, cuja descrição pode ser estendida para as demais cidades onde a concentração de brasileiros é grande. Hamamatsu, cidade onde realizei meu trabalho de campo, fica na província de Aichi. Segundo o Gabinete de Imigração Local, em 2004 a cidade contava com 604.885 habitantes, sendo 13.507 residentes brasileiros, o correspondente a 56% do número total de residentes estrangeiros.

A cidade conta com inúmeras lojas de produtos brasileiros, assim como salões de beleza, restaurantes, discotecas, bares, butiques, barbearias, agências de viagem, locadoras, despachantes, açougues, padarias, lanchonetes e escolas brasileiras. Além da infinidade de produtos e serviços prestados pela/para a comunidade Nikkei, a prefeitura de Hamamatsu oferece diariamente atendimento em português em suas repartições.

Outro importante componente desse “mundo paralelo” é, sem dúvida nenhuma, os meios de comunicação. Existem dois grandes jornais semanais, escritos em português, com distribuição nacional: o *International Press* e o *Tudo Bem*. Além da imprensa escrita, programas de rádio, com notícias, leitura de cartas de ouvintes com dificuldades de adaptação e muita música brasileira, também fazem parte desse cenário. Desde 1996, os

brasileiros também têm acesso aos programas da TV Globo, através de um serviço por assinatura, de transmissão digital, chamado PerfectTV. A Rede Record, por sua vez, passou a transmitir seus programas no Japão em 2005.

O papel da mídia, principalmente da televisão, é extremamente importante na manutenção da comunidade transnacional. Através dos significados e imagens embutidas nos programas brasileiros, os imigrantes Nikkeis que estão geograficamente dispersos mantêm uma estreita ligação com a cultura do seu país de origem, além de compartilhá-la com seus amigos e familiares que permaneceram no Brasil. Essa noção de pertencimento cultural e de afinidade mútua com outros brasileiros gera certa coesão social, necessária para sustentar a comunidade transnacional (Tsuda, 2003).

IDENTIDADE CULTURAL

A comunidade transnacional descrita acima tem papel essencial na construção da identidade cultural da segunda geração de imigrantes Nikkeis. Apesar de serem criados em um país completamente diferente do Brasil, essas crianças e adolescentes, especialmente os que frequentam escolas brasileiras, são culturalmente brasileiros.

Eles desenvolvem uma noção de pertencimento cultural a partir da experiência que lhes é transmitida pelos seus pais, pela imagem do Brasil que lhes é mostrada através da mídia e da comunidade transnacional como um todo e por curtas viagens ao seu país de origem. É interessante notar que, em função disso, o Brasil dessa segunda geração condiz mais com elementos imaginários do que reais.

É inegável a extrema velocidade com que a informação viaja na era da globalização. Muito diferente dos

japoneses que imigraram para o Brasil, seus descendentes usufruem de alta tecnologia que lhes possibilita acompanhar com dinamismo os últimos acontecimentos brasileiros. Graças à televisão e à Internet, os jovens conhecem as últimas tendências em música, moda e cultuam os mesmos ícones que seus compatriotas no Brasil.

Apesar da influência da comunidade transnacional na noção de pertencimento étnico-cultural dos adolescentes nipo-brasileiros, esses jovens não são brasileiros simplesmente porque escutam música brasileira, vestem-se de acordo com as tendências de moda brasileira, comem comida brasileira ou falam português. Símbolos brasileiros estão disponíveis no “supermercado global” e podem ser escolhidos por qualquer pessoa (o futebol e a música brasileira, por exemplo, encontraram fãs em todo o mundo). O que torna esses jovens “brasileiros” é a idéia subjetiva de pertencer a um determinado grupo, o que é intensificado no contato com outros grupos étnicos e pela rejeição deles por esses grupos, no caso específico, o japonês. Isso nada mais é do que a expressão de uma noção imaginária de grupo como sendo único na maneira como ele se manifesta: uma unicidade que os diferencia de outros grupos e transmite para seus membros um sentimento de ser especialmente diferente dentro de um universo de coletividades.

É importante ressaltar o papel da sociedade anfitriã no desenvolvimento da identidade cultural dessas crianças brasileiras que crescem no Japão. Os Nikkeis foram escolhidos pelo governo japonês para suprir a falta de mão-de-obra não especializada justamente por supor que sendo descendentes de japoneses estariam familiarizados com os costumes do país, além de fisicamente não causarem nenhum tipo de estranheza à população nativa já que são fenotipicamente semelhantes.

Entretanto, não demorou muito para que os japoneses e os nipo-brasileiros percebessem a grande diferença cultural que os separa. No Brasil, os Nikkeis pertencem ao que chamarei de minoria positiva, ou seja, ser "japonês" é, em muitos casos, sinônimo de honestidade e inteligência. Os Nikkeis, que estão acostumados a serem chamados de japoneses pela sociedade brasileira, ironicamente se percebem como brasileiros ao se depararem com o tratamento de estrangeiro que lhes é concedido pelos cidadãos japoneses.

Nesse contexto, comportamentos que até então não tinham tanto valor cultural passam a ser símbolos de brasilidade, servindo assim para intensificar a noção de pertencimento desses imigrantes à sua terra natal. Um exemplo bastante simples para ilustrar esse valor simbólico é a relação que eles mantêm com a comida brasileira, que no Brasil não é vista como especialmente brasileira ou étnica, ela é simplesmente algo que faz parte do cotidiano do brasileiro. Entretanto, quando esses imigrantes vão a um restaurante brasileiro no Japão, preparam algum prato em casa ou convidam os amigos para um churrasco, eles têm claro que a comida brasileira é completamente diferente da japonesa. A estimulação dos sentidos com sabores tão familiares também traz consigo muitas lembranças e pode diminuir a saudade e a distância entre os dois países.

A renegociação identitária dos Nikkeis brasileiros reflete-se na construção da identidade cultural da segunda geração. A maioria desses imigrantes tende a criar seus filhos com pouca influência da cultura japonesa, principalmente aqueles que matriculam suas crianças em escolas brasileiras. O objetivo dessas escolas é explicitamente preparar seus alunos para uma boa (re)inserção no sistema escolar brasileiro, sem se preocupar com a integração dessas crianças à

sociedade anfitriã. O currículo adotado por elas é o brasileiro e aulas como idioma e cultura japonesa, que certamente dariam instrumentos para os alunos se desenvolverem na sociedade japonesa, não são vistas como importantes, dada a baixíssima carga horária dedicada a essas disciplinas (geralmente duas aulas por semana).

Esse fato se deve ao caráter transitório que ilusoriamente é dado a esse movimento migratório. Assim como os japoneses que desembarcaram no Brasil no início do século passado e outros milhões de imigrantes espalhados pelo mundo, eles também alimentam o sonho do retorno ao país de origem em um curto espaço de tempo. No entanto, fatores como o desconhecimento sobre a realidade do alto custo de vida no Japão faz com que sua condição financeira tome um rumo diferente do que eles imaginavam antes de imigrarem, o que não permite que seus objetivos econômicos sejam alcançados em pouco tempo, adiando o seu retorno, às vezes indefinidamente. Essa situação remete as famílias, e principalmente as crianças, a uma espécie de "limbo", ou seja, elas ficam em um lugar "transitório" entre o Brasil e o Japão. As consequências disso serão discutidas com detalhes em seguida.

SOCIEDADE JAPONESA E DISCRIMINAÇÃO

O Japão é um país conhecido por seu tradicional isolamento. A transição para um Estado-nação moderno foi baseada em uma noção de pertencimento étnico, talvez por esse motivo seja difícil para os japoneses aceitarem as diferenças etno-culturais. Muitos deles vêm a aceitação da diversidade linguística e cultural como uma ameaça à cultura nacional. Como resultado, o país tem políticas migratórias extremamente restritivas, negando assim ser

um país de destino de imigração em massa e conseqüentemente negando direitos civis e políticos aos imigrantes e seus descendentes, cuja admissão é considerada apenas temporária pelo governo japonês.

Muitos dos meus informantes se queixaram de discriminação, embora os que vivem no Japão há muito tempo digam que a situação era muito pior nos anos 90. Eles relatam, por exemplo, não ser incomum serem seguidos por seguranças dentro de lojas ou serem olhados de maneira "estranha" dentro de trens e ônibus.

Os jovens também reclamaram de discriminação dentro das escolas japonesas, segundo eles a principal fonte de preconceito são as diferenças culturais e linguísticas. Em escolas onde a concentração de brasileiros é grande eles tendem a se sociabilizar entre seus pares para evitar problemas de comunicação e consequentes desentendimentos. Nesse caso, a segregação sentida pelos brasileiros é reforçada pela própria atitude de auto-exclusão.

O idioma japonês, que sofreu influência maciça da língua chinesa, usa três sistemas de escrita (além de algarismos indo-arábicos e caracteres latinos) hiragana, katakana, usado para escrever palavras estrangeiras, e kanji que são os ideogramas chineses. Saber apenas os dois primeiros, que é o caso da maioria dos jovens, não muda o *status* deles de analfabetos, pois os três são utilizados juntos para se compor frases. Para entender o nível de complexidade do idioma bastaria dizer que para se ler um jornal é necessário conhecer, no mínimo, dois mil kanjis. Ao perguntar a um dos adolescentes, que estudou oito anos em escola japonesa e dizia saber ler e escrever fluentemente, quantos kanjis ele sabia, surpreendi-me com sua resposta: apenas cento e cinquenta, o equivalente a um estudante japonês da segunda série primária, o que ilustra a

desinformação desses adolescentes sobre o idioma local.

A barreira linguística é a principal responsável pela frustração das crianças brasileiras que frequentam escolas japonesas. Muitas delas desistem de estudar e são mandadas de volta para o Brasil para morarem com algum parente, ou permanecem em casa no tempo em que deveriam estar na escola.

Vale mencionar que parte da responsabilidade dessa lastimável situação é do governo japonês que, legalmente, considera facultativa a educação formal de crianças estrangeiras, enquanto é compulsória para os cidadãos japoneses.

TROCA DE VALORES

Se no Brasil é comum escutar os mais velhos aconselhando crianças e jovens a estudar para ser alguém na vida, na prática, as crianças brasileiras que crescem no Japão têm uma noção um pouco diferente do que essa frase venha a representar. Inclusive, é bom lembrar que a comunidade japonesa no Brasil, no seu processo de inserção na sociedade brasileira se organizava (várias famílias se cotizavam para que pelo menos um de seus filhos, em geral o mais velho, estudasse) para que seus descendentes viessem a ocupar um melhor *status* social através de formação universitária.

Os Nikkeis exercem ocupações variadas na sociedade brasileira e podem alcançar diferentes níveis sociais graças a sua escolaridade. Um médico, um dentista, um engenheiro ou um advogado, por exemplo, tem um *status* diferenciado de quem não estudou, mesmo todos pertencendo à classe média. Já, ao imigrarem para o Japão, vão ocupar não só o extrato social mais baixo na hierarquia da sociedade japonesa, como também as mesmas funções de trabalho. Eles são em sua grande maioria operários braçais, não necessitando assim de

nenhuma educação formal para trabalhar. Os níveis salariais não variam muito entre eles, sendo que a única grande diferença encontrada é entre homens e mulheres. Elas recebem em média 25% a menos que eles, ainda que realizem a mesma tarefa.

A equiparação salarial e de funções tem como consequência a ausência de hierarquia social entre os membros da comunidade nipo-brasileira no Japão, o que, por sua vez, acarreta a desvalorização da educação formal. Ou seja, independentemente do grau de escolaridade, os Nikkeis desempenham o mesmo papel de mão-de-obra desqualificada. Nem mesmo a experiência conta nesse tipo de trabalho: em muitas fábricas, a preferência é dada para os mais jovens, que têm mais vigor físico. Dessa maneira, é difícil os pais convencerem os filhos de que precisam estudar para “ser alguém”, já que a recompensa financeira de “ser alguém” é conseguida sem necessidade de estudo.

Esse fator, aliado à frustração das crianças que não conseguem acompanhar as aulas por barreiras linguísticas, faz com que muitos adolescentes abandonem as escolas antes mesmo de terminarem o primeiro grau. É bastante comum encontrar jovens de 14 ou 15 anos trabalhando em fábricas ainda que a idade mínima para trabalhar no Japão seja 16 anos.

A supervalorização do trabalho em detrimento do estudo é reforçada pela própria relação dos pais com os filhos. A maior queixa dos adolescentes foi o pouco tempo dedicado a eles pelos pais, que trabalham em média doze horas por dia. A prioridade número um é o alcance de uma boa situação financeira, que está diretamente ligada ao sonho de retorno do imigrante. Quanto antes eles juntarem dinheiro, o que só se consegue fazendo hora extra, mais próximos estarão de cumprir seus objetivos e assim retornarem à sua terra natal.

É interessante ressaltar que a condi-

ção das mulheres que se encontram no Japão é ainda mais dura do que das que vivem no Brasil porque, além de a maioria ter uma carga horária de trabalho maior (entre 10 e 14 horas), não conta com a ajuda de empregadas domésticas para cuidar da casa ou de familiares para tomar conta das crianças. Pela manhã, elas costumam sair cedo para trabalhar e só retornam à noite, tendo pouquíssimo tempo para a educação dos filhos e afazeres domésticos que, assim como no Brasil, são consideradas tarefas femininas.

É possível observar a ocorrência, em muitas famílias, do uso do dinheiro como um instrumento de compensação psicológica nas relações entre pais e filhos. Ou seja, presentes tais como celulares, computadores, tocadores de mp3, por exemplo, são usados pelos pais como uma espécie de recompensa pela ausência física e muitas vezes emocional.

Assim, enquanto os japoneses no Brasil incentivavam seus filhos a estudar para se integrar à sociedade anfitriã, ainda que as oportunidades educacionais não fossem dadas igualmente a todos os filhos, no Japão a prioridade da família é o trabalho e não a educação, o que faz com que a integração e a possibilidade de melhorar de status social sejam praticamente impossíveis.

PERSPECTIVA DE FUTURO DOS ADOLESCENTES BRASILEIROS

Os adolescentes brasileiros apresentam sentimentos ambíguos em relação ao que desejam para o seu futuro. Existe uma diferença explícita entre os jovens que chegaram ao Japão muito crianças e os que chegaram adolescentes. Os primeiros tendem a desenvolver uma noção de pertencimento mais vinculada à comunidade

brasileira no Japão – isso inclui todas as conexões mantidas entre os dois países e as facilidades oferecidas por um país rico como o Japão. Os que imigraram com mais idade tendem a estabelecer uma noção de pertencimento mais territorializada ao Estado-nação brasileiro.

Os adolescentes que estudam em escolas brasileiras desenvolveram uma forte noção de pertencimento à cultura brasileira. Existe um consenso entre eles sobre os bons e maus aspectos dos dois países. Eles consideram o país anfitrião um lugar seguro onde podem morar e ganhar dinheiro e o Brasil como um país onde podem estar com a família e dispor de um círculo social mais amplo.

O que diferencia os que imigraram ainda crianças ou nasceram no Japão dos que foram adolescentes é a maneira como a imagem que eles têm do Brasil e do Japão influencia suas perspectivas de futuro. Os primeiros têm uma noção de pertencimento ao Brasil baseada em um conhecimento menos direto. Como mencionado anteriormente, eles conhecem a realidade brasileira através de viagens curtas ao Brasil; das facilidades criadas pela comunidade transnacional como o fluxo de bens, informações e pessoas que circulam entre os dois países; do que eles escutam de seus pais e do que eles aprendem nas escolas brasileiras.

Esses adolescentes desenvolveram uma noção de pertencimento etno-cultural desterritorializada, que lhes permite adotar a cultura brasileira sem conectá-la necessariamente ao território brasileiro. Em realidade eles não estão habituados ao dia-a-dia do Brasil e territorialmente estão mais vinculados ao Japão, ou melhor, à comunidade brasileira da qual fazem parte neste país. Dessa maneira é mais confortável para eles projetarem o futuro no lugar que lhes é mais familiar, ou seja, o Japão.

Por outro lado, os que chegaram no

país já adolescentes estão familiarizados com a vida no Brasil, pode-se dizer assim que sua noção de pertencimento etno-cultural é mais territorializada e está associada ao conhecimento direto que eles têm da cultura e da situação sócio-econômica brasileira. Eles aprenderam a viver em uma realidade onde, por exemplo, as pessoas têm que se preocupar com segurança. Para estes jovens as desvantagens de viver no Brasil costumam ter um valor menor do que para aqueles que passaram toda a infância no Japão. Eles também experimentaram com maior intensidade as vantagens de morar em seu país de origem como ter estreitas relações com os parentes. Tudo isso contribui para que eles desenvolvam uma noção de pertencimento cultural territorializada que faz com que eles pensem em um futuro no Brasil.

É importante ressaltar que a visão que os adolescentes têm do Japão não varia muito de acordo com o tempo em que eles estão no país. O que muda substancialmente é a noção de pertencimento que eles estabelecem com os dois países. Isto é o que molda as suas preferências de viver no Brasil ou no Japão.

Alguns jovens planejam continuar os estudos no Brasil depois de concluírem o segundo grau no Japão. Entretanto, é preciso levar em conta que, por motivos discutidos anteriormente, apenas uma minoria deles de fato termina o segundo grau. É interessante notar que mesmo os que pretendem fazer uma faculdade no Brasil pensam em voltar para o Japão depois de se graduarem para juntar dinheiro trabalhando em fábrica e abrir o seu próprio negócio no Brasil.

Muitos dos meus informantes adolescentes não têm planos para o futuro. Eles são desencorajados a sonhar pela condição ambígua em que vivem. Os jovens foram criados ouvindo que regressariam ao Brasil,

mas na prática vivenciam o postergamento do sonho de retorno. Dessa maneira é difícil para muitos deles se sentirem completamente em casa no Japão, embora também não lhes seja fácil ver o Brasil, com todos os seus problemas sócio-econômicos, como o lugar onde eles queiram viver.

CONCLUSÃO

O futuro da imigração brasileira ao Japão é incerto, mas a partir do contexto atual podemos tirar algumas conclusões não muito otimistas. As chances de inserção e ascensão social da segunda geração de imigrantes brasileiros no país do sol nascente são mínimas.

O preconceito da sociedade japonesa para com os trabalhadores estrangeiros e o auto-isolamento dos brasileiros contribui para marginalização desses imigrantes. Embora muitos adolescentes tenham a intenção de permanecer no Japão, falta-lhes instrumentos para se integrar à sociedade anfitriã.

Alguns dos obstáculos para a integração são: a falta de domínio dos códigos culturais japoneses, e o fato da sociedade anfitriã ainda os considerar como “convidados” temporários bem-vindos apenas para realizar o trabalho 5K (sujo, perigoso, pesado, rígido e odioso) rejeitado por seus cidadãos. Ainda que muitos dos jovens brasileiros, especialmente os que freqüentaram escolas japonesas, falem fluentemente o idioma local, eles não dominam o complicado sistema de escrita, o que é uma séria limitação na hora de procurar um emprego.

Outro fator limitante é o baixo índice de casamento inter-étnico, o que significa que um segmento substancial da população está destinado a permanecer marginalizado. Os nacionalistas de direita consideram o casamento inter-étnico como uma espada de dois gumes no sentido em

que ele pode ajudar a aumentar a população nacional, mas por outro lado pode diluir a "homogeneidade cultural".

O Ministério de Saúde, Trabalho e Bem-Estar Social declarou em um relatório demográfico em 2004 que a taxa de natalidade japonesa caiu para o mais baixo índice de sua história: 1,288. A estimativa é de que a população nacional caia de 127 para 101 milhões ao redor do ano 2050, trazendo assim sérios problemas sociais agravados pelo aumento da taxa da expectativa de vida japonesa. Esses dados mostram que as autoridades japonesas precisam se mobilizar para mudar algumas de suas políticas como, por exemplo, propiciar condições adequadas para que as mulheres possam conciliar maternidade e carreira profissional, evitando-se assim a progressiva queda da taxa de natalidade e o conseqüente aumento da dependência da mão-de-obra estrangeira para manter sua estabilidade econômica. De acordo com um relatório da Divisão Populacional das Nações Unidas, o Japão necessita em média 600 mil imigrantes por ano em seu território para manter o número da população trabalhadora ativa até o ano de 2050 (Unite Nations, 2000).

O fato de que as novas gerações de Nikkeis fiquem restritas ao mais baixo escalão no mercado de trabalho japonês contribui para a perpetuação de certas ocupações como "trabalho de imigrante" e reforça estereótipos negativos estigmatizando os nipo-brasileiros como qualificados apenas para esse tipo de serviço. Sem sombra de dúvida, a ausência de mobilidade social e ocupacional para as novas gerações de imigrantes representa um significativo obstáculo para a integração deles à sociedade anfitriã.

Os jovens que pretendem regressar ao Brasil também têm suas chances de mobilidade social limitadas pelo baixo nível de educação formal já que muitos

desistem de estudar e começam a trabalhar antes mesmo de concluírem o primeiro grau.

Apesar dos meus dados etnográficos mostrarem que os nipo-brasileiros, adultos e adolescentes, se sentem excluídos da sociedade japonesa, eles também mostram que os Nikkeis se isolaram em comunidades como Hamamatsu onde podem encontrar, além de bens e serviços, os padrões de relações sociais com as quais estão familiarizados. Depois de perceberem que são diferentes dos cidadãos japoneses, muitos dos brasileiros desistem de se integrarem e restringem seu círculo de amizades à comunidade brasileira. Nesse sentido, se por um lado a comunidade transnacional é essencial para o processo de renegociação da noção de pertencimento, por outro lado ela representa um obstáculo para a integração desses imigrantes na sociedade japonesa.

Talvez a maior barreira para a integração dos dois grupos seja o fato de que nenhum dos atores (governo japonês e trabalhadores) envolvidos nesse processo assumam que ele não é temporário como ingenuamente se previa que fosse. Apesar de muitos Nikkeis viverem no Japão por um longo período e estenderem sua permanência por tempo indeterminado, a maioria deles continua sonhando em voltar para o Brasil.

O governo japonês ignora o fato de que muitos brasileiros, especialmente da segunda geração, irão se fixar permanentemente no país. A maioria dos Nikkeis são contratados temporariamente e geralmente são excluídos dos benefícios dados aos trabalhadores japoneses como emprego vitalício, seguro social (incluindo seguro de saúde e seguro desemprego), pensão de dependentes, transporte, bônus anual e férias remuneradas.

Vale mencionar ainda que as autoridades brasileiras também têm sua parcela de responsabilidade na

marginalização dos imigrantes brasileiros no Japão. É economicamente lucrativo para o governo que os Nikkeis mantenham o forte vínculo com o Brasil para que assim continuem enviando remessas de dinheiro ao seu país de origem, remessas estas que chegam ao alto montante de US\$2,2 bilhões (Inter-American, 2005, p.2). Investir na integração dos Nikkeis à sociedade anfitriã, o que poderia começar a ser feito com a simples exigência do aumento da carga horária destinada ao ensino do idioma e da cultura japonesa no currículo das escolas brasileiras no Japão, representaria a longo prazo matar a galinha dos ovos de ouro.

*** Ushi Arakaki é Psicóloga, Mestre em Cooperação Internacional pela Universidade Complutense de Madrid e Doutoranda do Dpto. de Antropologia da Universidade de Osaka.**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- INTER-AMERICAN Development Bank
(2005) *Remittances to Latin America from Japan*. Okinawa.
- JAPAN Immigration Association
(2005) *Statistics on Immigration Control 2005*. Tokyo, Nyūkan Kyōkai
- KEARNEY, Michael
(1995) "The local and the Global: The Anthropology of Globalization and Transnationalism". *Annu. Rev. Anthropol.* n° 24, p.547-65.
- TSUDA, Takeyuki
(2003) *Strangers in the Ethnic Homeland: Japanese Brazilian Return Migration in Transnational Perspective*. New York, Colombia University Press.
- UNITED Nations
(2000) *Replacement Migration: Is it a Solution to Declining and Aging Populations?* ESA/P/WP.160, New York.
- WEINER, Michael
(1997) *Japan's Minorities: The illusion of Homogeneity*. Great Britain, Routledge.

CRIANÇAS E ADOLESCENTES ENVOLVIDOS NO MOVIMENTO DEKASSEGUI

*Kyoko Yanagida Nakagawa **

Dos mais de 312 mil brasileiros que vivem no Japão, o maior número concentra-se na faixa etária de 25 a 45 anos, isto é, adultos na faixa de maior fecundidade. Assim, o número de crianças envolvidas nesse movimento, é bastante significativo. Essas crianças, filhos desses trabalhadores, se encontram, não por sua escolha, sofrendo as conseqüências desse movimento.

A maioria dessas crianças está em idade de formação escolar e estruturação emocional. Se considerarmos, não apenas o desenvolvimento físico, mas o desenvolvimento psicossocial, elaboração de várias "crises" necessárias ao pleno desenvolvimento, incluindo o período da adolescência, podemos constatar que as alterações bruscas em seu meio social e familiar afetam-nas diretamente.

Para compreendermos melhor o que acontece com as crianças, pensei em três grandes grupos nos quais as crianças se encaixariam: grupo das crianças que estão no Japão com seus pais, das crianças que voltam ao Brasil depois de passar algum tempo no Japão ou nasceram lá durante a estada de seus pais e as crianças que ficam no Brasil sem a presença de um dos pais ou ambos, enquanto esses vão trabalhar no Japão. Essa divisão é apenas didática, pois é comum termos crianças que ora fazem

parte de um grupo, ora fazem parte de um outro, apresentando sinais típicos dos grupos correspondentes, cumulativamente.

CRIANÇAS QUE RETORNAM AO BRASIL

Esse grupo refere-se às crianças que estiveram no Japão ou nasceram ali e agora estão de volta ao Brasil. Atualmente, o maior contingente é de crianças que embora sejam consideradas brasileiras e até tenham uma certa familiaridade com o idioma e cultura brasileira, não nasceram aqui, nunca estiveram aqui e possuem as características de um imigrante. Essas crianças estão apresentando dificuldades de adaptação; tiveram que se "enquadrar" nos moldes da cultura japonesa e agora precisam se "re-enquadrar" nos moldes brasileiros. Embora a diversidade cultural (incluindo o aprendizado de novos idiomas) possa ser algo enriquecedor, só o é quando existe uma estrutura anterior na qual a cultura de origem está razoavelmente bem incorporada, podendo agregar o novo após vivência e reflexão.

Em geral, as crianças que retornam, tendem a negar uma das culturas para evitar o conflito, caminho mais fácil para a suposta adaptação, o que implica em negar parte de sua existência e do seu ser, comprometendo seu desenvol-

vimento. Assim, crianças que se tornaram perfeitas "japonesinhas", não gostam de nada relacionado ao Brasil e as crianças que já foram para o Japão com alguma estruturação, tendem a "esquecer" as experiências vividas lá.

Apresentam também dificuldades no estabelecimento de sua identidade, especialmente as crianças que nasceram no Japão. Não entendem porque não são japonesas e reconhecidas como tais; são tratadas como diferentes embora apresentem a mesma fisionomia, falam o mesmo idioma e não conhecem nada diferente em sua história de vida. O Japão não reconhece *jus solis*¹. Quando retornam, não conseguem se identificar com as pessoas daqui e apresentam grande resistência para se adaptar ao Brasil.

As crianças que aprenderam o idioma japonês com uma certa facilidade e conseguiram adaptar-se à vida no Japão, também apresentam a mesma dificuldade no estabelecimento de sua identidade, gradativamente vão se autodenominando japonesas embora sejam tratadas como estrangeiras e na ocasião do seu regresso ao Brasil, novamente encontram dificuldades de se inserirem já que podem ser vistas como estrangeiras e se sentem como tais.

Notando um aumento de crianças que retornavam e que estavam nessas condições, principalmente em cidades com grande concentração de *nikkeys*,

elaborou-se um projeto chamado de "Projeto *Kaeru*". "*Kaeru*" significa mudança, significa volta e sapo que dá a idéia de metamorfose e com a dupla forma de vida, aquática e terrestre. Este projeto foi realizado em 1996, com duração de seis meses em sessões semanais de duas horas e meia de duração.

Quando as crianças voltam ao Brasil, "desaprenderam" ou não foram incentivadas a criar, a serem autônomas, independentes segundo a nossa cultura. Esperam sempre por ordens, por parâmetros ou modelos, não possuem iniciativa, geralmente são passivas e apresentam dificuldades para estabelecer relações interpessoais. A idéia de que existe um correto e que ele deve ser aprendido que permeia a educação japonesa, facilita a formação de um pensamento homogêneo, cristalizado, sem diferenças significativas e, dificulta o que nós chamamos de "criatividade".

Provavelmente, a iniciativa como a cultura ocidental espera que ela se manifeste, não é aquela estimulada no Japão; as crianças são treinadas a conter os movimentos, as emoções e, principalmente, os ímpetos de impulsividade, manifestação de sentimentos e opiniões. Trabalhos como de Annie Lau (Tamura e Lau, 1992) e outros autores, mostram que na cultura japonesa, a demonstração ou explicitação de um sentimento, um desejo, seja através da fala ou por gestos, é altamente desestimulada, uma das razões talvez, que leve à passividade.

O desenvolvimento do trabalho foi conduzido por profissionais voluntários de saúde e educação, com vivência nas duas culturas e com o apoio de uma ONG: a Sociedade de Consultores. Esse trabalho foi voltado para crianças de seis a dez anos, sem comprometimentos graves. As crianças, com comprometimentos mais sérios, foram encaminhadas para profissionais especializados, pois o objetivo do projeto era de trabalhar apenas a questão das diferenças culturais.

No início, o grupo de atendimento era constituído apenas por crianças que se enquadravam nesse perfil, mas pela dificuldade de estabelecerem relacionamentos e serem muito passivas, introduzimos crianças *nikkeys* que não tiveram nenhuma experiência no Japão. Estas últimas atuaram como facilitadoras. Foram enfocados, basicamente, os aspectos culturais e sua repercussão no desenvolvimento emocional das crianças. Procuramos mostrar que a negação de uma das culturas não era a forma mais saudável de resolver o conflito. A condução do trabalho foi no sentido de que pudessem integrar essas experiências e facilitar a transição entre essas duas culturas tão distintas.

Ao falar de cultura, a primeira idéia que surge é a cultura observável, visível como o comportamento e "copiável" com relativa facilidade. Todavia, sabemos que as raízes de uma cultura são muito mais complexas, mais profundas até mesmo para se compreender um determinado comportamento, ou seja, falamos da cultura implícita (Kluckhohn, 1963). Suzuki (1977) fala algo semelhante em termos de cultura exposta e cultura oculta. Agir desta ou daquela forma, implica numa postura anterior de vida, de crença, de forma de pensar e sentir. Isso não se aprende de forma rápida, é transmitido de geração para geração. Mesmo em termos de idioma, para a sua perfeita compreensão, não basta aprender a falar, ler e escrever, uma vez que há nele um modo de ser de um povo, sua história, forma de pensar, enfim, sua cultura.

No final do projeto, as crianças mostraram-se mais descontraídas, menos ansiosas, readquirindo a capacidade de iniciativa e pôde-se observar um movimento de resgate da cultura negada para uma posterior elaboração. Tomou-se o cuidado de apontar as diferenças sem a conotação de bom ou ruim, de certo ou errado, mostrando a elas que a capacidade de transitar por culturas diferentes, a convivência e a aceitação

do diferente, traria maior riqueza interior, amenizando assim a sensação de inadequação.

Linton fala desse conflito entre as culturas: "é mesmo mais evidente no caso daqueles que, tendo começado a vida em uma cultura, estão tentando ajustar-se a outra. São os 'homens marginais', cuja condição é conhecida de todos os que trataram do fenômeno da aculturação. (...) O indivíduo aculturado pode aprender a agir e até mesmo a pensar em termos da cultura de sua nova sociedade, mas, não pode aprender a sentir nesses termos. Cada vez que se exige decisão, encontra-se ele perdido, sem pontos fixos de referência" (Linton, 1973, p.147).

O projeto também foi interessante para as crianças facilitadoras, pois puderam perceber que existem pessoas que enxergam, agem e comportam-se diferentemente delas e nem por isso são melhores ou piores. Na era da globalização e internacionalização e em sociedades pluriculturais ou multiculturais, o importante é perceber as diferenças e ter a disposição para compreender o ponto de vista do outro e, na medida do possível, livrar-se de preconceitos. Isso não deve ocorrer apenas em relação aos estrangeiros, mas também aos grupos minoritários, os excluídos, aos quais são atribuídas as causas da violência, sujeira, desviando a atenção das pessoas para as reais causas destes problemas.

O idioma é mais uma das grandes dificuldades na inserção das crianças e adolescentes tanto na sociedade japonesa quanto na brasileira no regresso. Isso é mais acentuado nos adolescentes que voltam praticamente sem a compreensão do português pois dificilmente poderão frequentar o curso médio sem saber falar, escrever ou ler em português. Aprendê-la rapidamente? A língua portuguesa além de ser um idioma difícil para se ter um domínio completo, não existem cursos (com exceção do ensino do português para estrangeiros, que sem pressa, num ritmo de duas vezes por

semana, vai se passando noções básicas e a custos elevados) especializados, voltados para essa população que necessita de um ensino intensivo do idioma, incluindo um cabedal de vocábulos específicos e imprescindíveis na vida escolar.

Outra questão a ser levantada é a dificuldade de localizá-las quando chegam ao Brasil, não se sabe quantas são, para que lugar do Brasil estão vindo, enfim, onde elas estão. Temos mais de 400 estabelecimentos de ensino público apenas na capital paulista, assim, mesmo que uma ou outra criança tenha dificuldades em suas respectivas escolas, elas acabam “desaparecendo” por ser, de fato, uma minoria. Em escolas privadas, especialmente as que oferecem alguma infra-estrutura de recepção dessas crianças como professores que compreendem e falam o idioma japonês, encontramos algumas crianças, porém, provavelmente em um número não significativo e com características diferenciadas. Podemos fazer uma especulação simples, pensando em números anuais: se considerarmos, em média, um aumento de 10 a 15 mil no número de brasileiros no Japão contabilizados pelo Ministério da Justiça japonesa; se temos uma média de 3 a 4 mil nascimentos de brasileiros no arquipélago; se a emissão de vistos para o Japão gira em torno de 40 mil, podemos imaginar que por volta de 35 a 40 mil brasileiros estão retornando ao Brasil. Se o número de crianças e adolescentes no decorrer desses anos todos, girou em torno de 20% do total de brasileiros, podemos especular algo em torno de 7 a 8 mil crianças e adolescentes vindos do Japão, anualmente.

Podemos afirmar que mesmo os adultos, quando retornam, nunca mais serão os mesmos em relação a quando partiram, com grau de aculturação maior ou menor, assim como os que aqui deixaram também não serão mais os mesmos. Assim, existe uma ruptura a ser constatada e trabalhada; a impressão de

que ao retornar poderá encontrar tudo o que e como deixou é apenas ilusão.

Cada criança tem a sua história de vida. Como retorna ou chega aqui, seu estado geral, sua formação e como o processo de adaptação vai ocorrer depende dessa história que inclui uma série de fatores como por exemplo, a localidade do Japão em que esteve ou residiu. Embora algumas medidas tomadas pelo Ministério da Educação japonesa, de apoio aos estrangeiros, sejam válidas em todo o país, existem as diferenças regionais; existem províncias e cidades que devido ao contingente grande de estrangeiros e a experiência no convívio com eles, dispõem de uma infra-estrutura própria de recepção de estrangeiros que facilita ou dificulta a vida dos brasileiros. Um fator de grande importância é a existência ou não e o acesso às escolas brasileiras, assim como o tipo de escola, a qualidade do seu corpo diretor e docente onde estava se dando a formação da criança. É importante notar também, o tempo e a qualidade de permanência no Japão, a faixa etária em que foi para o Japão ou retorna de lá, a nacionalidade da criança (cidadão de que país?), o funcionamento da família, postura dos pais, redes sociais existentes, entre outros.

Uma questão que tem sido bastante comentada e levantada no Japão, atualmente, é em relação a uma das grandes dificuldades das nossas crianças, principalmente em séries iniciais em escolas japonesas, a chamada “*double limited*” que rendeu até um documentário na TV. Esse termo tem sido preferido pelos especialistas que relutam no uso da palavra “semilíngua”, na verdade tem o mesmo significado. Há anos, temos apontado para essa questão séria que compromete muito o desenvolvimento cognitivo da criança. A criança chamada semilíngua não possui domínio em nenhum dos idiomas (japonês ou português), não perdeu completamente a língua materna, porém, a compreensão é pouca e a amplitude de vocabulário é pequena; também não

adquiriu, satisfatoriamente, um novo idioma.

Para que a criança adquira, no seu desenvolvimento, a capacidade de pensar, ela necessita, obrigatoriamente, de um idioma num determinado estágio de aquisição. Quando a compreensão exige mais do que operações simples e concretas, a criança encontra dificuldades, agravando a situação quando se trata de questões abstratas. Se pensarmos na teoria piagetiana, mesmo em idades um pouco mais avançadas, não se sairiam bem nas provas operatórias concretas. As interrupções, mudanças e transferências escolares devem agravar o problema. Levanto a questão ainda de que a língua traz consigo toda carga cultural, sendo assim, existe o aspecto da conotação afetiva. A língua materna é a única possível de se adquirir sem o aprendizado formal das regras gramaticais que a regem, sendo que qualquer outra língua estrangeira acaba sendo adquirida tendo a materna como parâmetro anterior.

CRIANÇAS QUE FICARAM NO BRASIL

Esse grupo é constituído por crianças que ficaram no Brasil sem o pai, a mãe ou ambos e estão sendo cuidadas por qualquer pessoa que se dispôs a ficar com elas. Muitas vezes, elas ficam aos cuidados de avós, muitos dos quais mal podem cuidar de si mesmos, ou com tios, parentes e, em alguns casos, até com empregados, vizinhos, etc... Muitas dessas crianças não possuem responsáveis legais, dificultando as suas vidas em caso de precisarem dos serviços de órgãos oficiais, em casos de doença, morte, envolvimento policial e outros. Teoricamente, nem poderiam ser matriculadas em escolas no ano seguinte.

A minha pesquisa de mestrado abrangeu setenta crianças de 7 a 16 anos, regularmente matriculadas em escolas públicas da cidade de São Paulo, as quais foram beneficiadas com o projeto Sociedade das Crianças². Alguns dos

dados obtidos serão expostos sucintamente (Nakagawa, 2000).

A maioria das crianças, 69% separou-se do pai, da mãe ou de ambos, antes dos seis anos de idade, considerada a faixa etária mais vulnerável a separações; dentre elas, 7% nem sequer haviam nascido quando houve a separação. O desenvolvimento saudável de uma criança depende predominantemente da adequação de sua formação nos primeiros anos de vida e dos vínculos formados, pois é ali que estão sendo formados os alicerces de sua personalidade. Assim, se nesse período de seis meses a seis anos existir uma ruptura nos vínculos ou a perda da figura paterna ou materna (principalmente) a criança pode ter uma personalidade perturbada no futuro, desde a formação de caráter delinqüente até uma personalidade propensa aos estados de ansiedade e à doença depressiva (Cf. Bowlby, 1997).

Com o pai trabalhando no Japão, 70% das crianças desse estudo, tinham a mãe como responsável; muito embora várias delas não vivessem com suas mães. A alegação mais comum para essa separação com a mãe, era o fato delas precisarem trabalhar o dia todo e não poder cuidar dos filhos. Situação semelhante aconteceu com as crianças que tinham suas mães no Japão trabalhando, neste caso, quase que a totalidade das crianças estavam também separadas de seus pais, pois pareceu mais difícil para um homem sozinho ter que trabalhar, cuidar da casa e dos filhos. Nestes casos, sempre aparece uma figura feminina, avó ou tia que acaba assumindo o cuidado com as crianças. Isto significa que embora apenas 16% tivessem ambos os pais no Japão trabalhando, o número de crianças que estavam, de fato, separadas de ambos os pais era muito maior.

Boa parcela das esposas que ficam no Brasil não podem continuar sendo apenas donas de casa, pois deparam-se com dificuldades financeiras. Quanto às crianças, 32% não recebiam nenhuma

ajuda financeira da pessoa que foi para o Japão trabalhar; 13% recebiam ainda alguma ajuda financeira, mas bastante esporadicamente e 55% das crianças recebiam dinheiro com uma certa regularidade, embora muitas vezes insuficiente para o sustento da família. Naturalmente, muitas crianças nem ao menos sabem do paradeiro do pai ou da mãe pois é muito comum o abandono completo da família que ficou no Brasil, e a pessoa que foi para o Japão estar vivendo com um(a) novo(a) companheiro(a), sendo que os órgãos oficiais de ambos os países se isentam no que se refere a fazer assumir as responsabilidades.

Situação semelhante ocorreu no que se refere a contatos; 20% das crianças nunca mais tiveram notícias de quem foi; 28% recebiam alguma notícia, muito esporadicamente, sendo que a pessoa que está no Japão telefonava ou dava algum sinal de vida apenas no Natal ou no Ano Novo. Apenas 26% desse grupo mantinha contato regular e frequente.

Um traço muito comum nessas famílias, e conseqüentemente nas crianças, foi o isolamento, situação em que a escola se constituía no único canal de inserção. Aos poucos, a família foi perdendo os contatos sociais: inicialmente com a família do marido (ou da esposa), depois com os amigos, e com grupos sociais em geral. Outro fator comum que surgiu foi a mudança nos arranjos familiares: se antes viviam em famílias nucleares, hoje estão vivendo com outros parentes também. Para a criança, mostrou-se ser complicado ter o sentimento de pertencimento nesses novos rearranjos e ter claro qual o seu papel nessa nova família, principalmente se passavam a idéia de que eram "estorvos". Muitas dessas crianças tinham um profundo sentimento de inadequação, de não pertencimento, de desvalia e não merecimento de atenção e cuidado.

A pesquisa mostrou como vivem essas crianças depois da saída de um ou ambos os pais. Todas as crianças

apresentaram alguns sinais de desconforto pela saída de seu pai(s). Algumas estavam inconformadas, outras simplesmente "negavam" o ocorrido, agiam como se nada tivesse acontecido, mantendo os pertences pessoais da pessoa que se foi nos seus próprios lugares, colocando o prato dela na mesa todos os dias. Outras crianças muito pequenas ou até mesmo não nascidas na época da separação, foram "indiferentes" aos olhos dos familiares. Algumas ficaram doentes, "regrediram", outras choraram muito e se sentiram abandonadas e sozinhas. Surgiram muitos casos de abandono, maus tratos, negligência em vários aspectos, principalmente se considerarmos não apenas as necessidades biológicas mas também os afetivo-emocionais ("carecimentos" termo usado por Agnes Heller).

Algumas crianças reagem a essa situação com rebeldia, agressividade, mas a maioria, com retraimento e passividade. Algumas delas, não davam "trabalho" a ninguém, não eram motivos de queixa nem dos professores nem dos parentes; seu comportamento não chamava a atenção de maneira tão visível a ponto de preocupar as pessoas que as cuidavam. Soifer afirma que com a separação dos pais, as crianças se retraem, "pois os pais antes idealizados são vistos agora como incapazes de lhes dar a devida proteção" (Soifer, 1994, p.88); pois para a autora, uma das funções da família, além da socialização, é a de oferecer proteção; e faz um alerta expondo que: "Uma criança retraída, dócil em casa e no colégio, poderá muitas vezes deixar de receber a ajuda de que necessita (...) excesso de obediência é sinal de alarme" (Soifer, 1994, p.97).

As crianças pequenas geralmente são vistas como aquelas que "nem vão sentir" ou "não entendem" o que acontece e por esse motivo, não lhes é dada a devida atenção, sendo que necessitam muito mais de cuidados, pois são emocionalmente mais vulneráveis do que as maiores. Winnicott diz que o

mecanismo de luto é complexo, que crianças pequenas não são capazes de seguir o processo, e mesmo as mais velhas, se não tiverem algumas condições necessárias como um ambiente sustentador que propicie elaboração, capacidade de compreensão intelectual sobre o assunto, ficam impossibilitadas de elaboração saudável (Cf. Winnicott, 1995).

Na falta de condições para uma elaboração saudável, a criança pode apresentar uma autoconfiança compulsiva, “uma pessoa que apresenta esse padrão insiste em agüentar firme e em fazer tudo por si mesma, sejam quais forem as condições (...); são passíveis de desmorar sob stress e apresentar sintomas psicossomáticos ou depressão” (Bowlby, 1997, p.182). Pessoas assim, até estabelecem relacionamentos afetivos íntimos mas sempre na posição de cuidar, nunca para ser cuidada, pois apresentam solicitude compulsiva. Possuem um anseio latente de amor e solicitude e muita raiva, também latente, para com os pais por não lhes terem dado amor e atenção e Winnicott (1995) descreve esse tipo de pessoas como tendo desenvolvido um “falso eu”.

Do ponto de vista do desenvolvimento emocional da criança, o que é melhor? Rebelar-se, demonstrar o descontentamento ou aceitar passivamente? Winnicott mostra o contraste entre a criança ousada e a tímida, diz: “Na primeira, a tendência é obter o alívio que faz parte da manifestação aberta de agressão e hostilidade, e na outra, há uma tendência a encontrar essa agressividade não no eu mas em outro lugar, e a ter medo dela ou ficar apreensiva, na expectativa de que se volte para a própria criança a partir do mundo externo” (1995, p.98). Assim, a criança não encontrando continência em casa, recorre à sociedade a estabilidade necessária, esse tipo de comportamento é um “pedido de socorro”, uma forma de chamar a atenção para ela, de que as coisas não estão bem. “o comportamento anti-social nada mais

é (...) do que um S.O.S., pedindo o controle de pessoas fortes, amorosas e confiantes (...) o sentimento de segurança não chegou à vida da criança a tempo de ser incorporado às suas crenças” (Idem, p.122) e, portanto, para o autor, esse tipo de comportamento implica esperança.

Crianças e adolescentes que se rebelam apresentam agressividade no trato com outros, mas não são a maioria, (em minha pesquisa o índice não foi superior a 20%). Assim, tudo isso acontece com as crianças, sem que muitas vezes algum adulto se aperceba disso. Caladas, obedientes, sem comprometimentos no rendimento escolar, sem grandes alterações nos relacionamentos crescem nutrindo um profundo sentimento de pesar, mágoa, desvalia e desesperança.

CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE VIVEM NO JAPÃO

Esse foi o grupo alvo de meus estudos na ocasião em que estive no Japão em 2003, para coleta de dados descritos em minha tese de doutorado (Nakagawa, 2005). O meu universo de pesquisa foi constituído de 135 crianças e adolescentes, na faixa etária de 10 a 18 anos, na sua maioria, freqüentadores de escolas brasileiras (embora estejam inclusos os que freqüentam escolas japonesas e os que não freqüentam escola nenhuma), seus responsáveis e professores, moradores da província de Aichi, mais precisamente Nagoya, Toyota e Handa, e da cidade de Hamamatsu em Shizuoka.

Esses locais possuem alguma infra-estrutura, ainda que deficiente, no que se refere à recepção de estrangeiros, seja em instituições de assistência a estrangeiros mantidos pelos municípios ou províncias como também várias NPOs. A maioria das crianças por mim entrevistadas mora nos arredores da cidade de Toyota, principalmente em Homi danchi, um gigantesco conjunto habitacional onde aproximadamente

30% de seus moradores são brasileiros; um local atípico, onde se tem acesso a produtos brasileiros, escolas brasileiras e toda uma infra-estrutura criada que possibilita a vida do dia-a-dia sem grandes dificuldades, principalmente no que se refere à linguagem. Embora com NPOs atuantes e redes montadas para facilitar a vida dos brasileiros, são inúmeros os problemas presentes, seja na convivência com japoneses, provocados pelas diferenças do *modos vivendi*, culturais; seja por dificuldades de comunicação e falta de pessoas que possam efetuar a “ponte” (intercâmbio) entre os brasileiros e japoneses.

Segundo dados do Japan International Association, em dezembro de 2005, dos 302.080 brasileiros residentes no Japão, contávamos com 28.804 crianças de 5 a 14 anos de idade, teoricamente freqüentadores do ensino fundamental (primário e ginásial pelo sistema educacional japonês, sendo esses de ensino compulsório apenas para os japoneses, optativo para os estrangeiros). Incluindo os jovens que deveriam estar freqüentando as escolas de ensino médio, teremos um total de 46.822 até a faixa etária de 19 anos. Se considerarmos toda a população infanto-juvenil brasileira, incluindo os pré-escolares, esse número passa a 64.008. É importante se ter esse total em mente, já que a população brasileira de 3 a 6 anos é significativa, freqüenta *yotien* e *hoikuen* (pré-escolas e creches) japonesas ou brasileiras e pode apontar os movimentos que se sucedem já que os números só farão sentido se acompanhados ao longo dos anos e não apenas vistos em recorte.

O objetivo principal dessa pesquisa foi apreender como se dá a inserção dos jovens brasileiros na sociedade japonesa; a posição da família principalmente no que diz respeito à questão da escolaridade de seus filhos, já que tanto as autoridades como os pesquisadores e especialistas têm mostrado uma grande preocupação em relação à evasão escolar e ao número cada vez mais crescente em delinqüência juvenil.

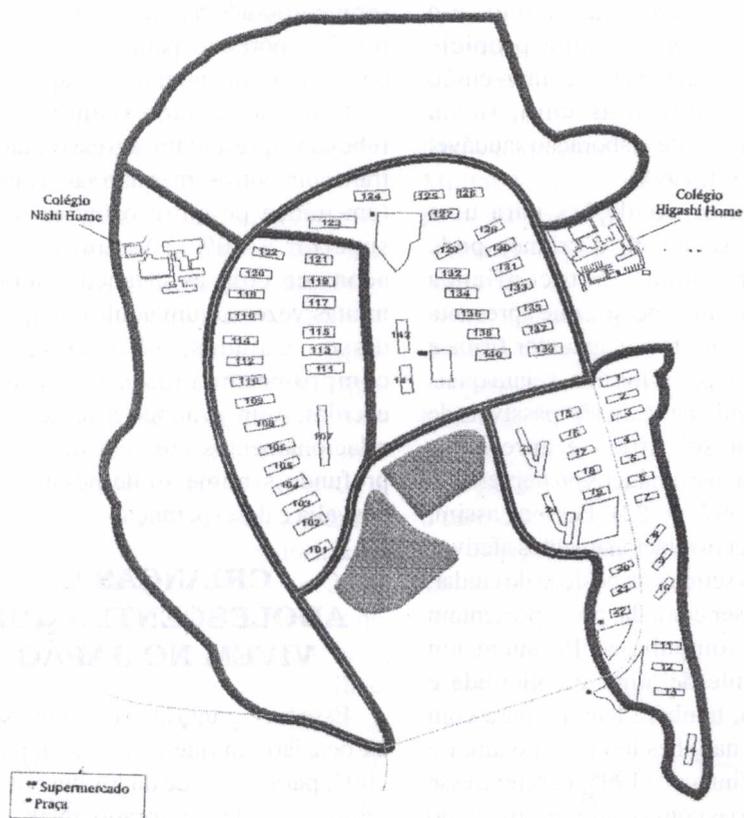
A escola japonesa surgiu como sendo, provavelmente, o único canal de inserção dos estrangeiros à sociedade japonesa, sendo ela escolhida, preferencialmente, pelos brasileiros logo no início de sua estada naquele país. Da população estudada, a maioria (58%) tentou seguir por esse caminho, mas apenas 10% continuam estudando em escolas japonesas. Os motivos da escolha da escola japonesa foram: preço e tempo de permanência diária, muitas vezes sendo vista como “creche”; local onde podem deixar os seus filhos para poderem trabalhar.

Os motivos apontados para o abandono de escolas japonesas são diversos, mas basicamente: *ijime*³. Das crianças que freqüentaram escolas japonesas, 55% relatam ter sido alvo de *ijime*. Outro aspecto levantado por muitos é a dificuldade com o idioma; três meses de “*kotoba no kyoshitsu*”⁴ são praticamente ineficientes para as necessidades que encontram. As salas internacionais⁵ ajudam mas longe de serem soluções.

Outros motivos levantados para o abandono da escola japonesa são: não conseguir acompanhar a turma em termos de conteúdo, difícil relacionamento com colegas e professores, diferenças culturais, grande mobilidade dentro do país e para o Brasil e o temor do abismo cultural entre pais e filhos por causa do idioma.

Assim, a maioria que evade das escolas japonesas, freqüenta escolas brasileiras da região onde moram ou até mesmo de locais distantes. Os motivos apontados pela escolha da escola brasileira, são os motivos pelos quais rejeitam as escolas japonesas. Outros alegaram freqüentar escolas brasileiras pelo desejo de retornar ao Brasil e pelo temor de não poder manter diálogos com os filhos. A dificuldade de acesso por questões geográficas e econômicas e a inexistência de escolas brasileiras em várias regiões japonesas fazem com que muitas crianças fiquem sem essa opção, apenas deixam de freqüentar.

Mapa interno de Homi danchi



Pensando na questão da evasão escolar, que dá a conotação de que é a criança que abandona a escola, desde os tempos em que conduzia o Projeto Sociedade das Crianças, ficava-me claro que as crianças é que eram excluídas **na** e **da** escola. O mesmo acontece no Japão. Assim, se pensarmos em medidas de intervenção seria necessário repensar o sistema educacional japonês, seria necessário criar condições para que as crianças estrangeiras possam ser inseridas nas escolas respeitando-se as diferenças culturais e possibilitando-as manter sua identidade pessoal e étnica. A dificuldade de percepção das diferenças e de aceitação do diferente faz com que a criança estrangeira seja obrigada a se tornar uma “japonesinha

perfeita” para ser aceita. Suas condutas são vistas como “erradas”, sua língua materna deve ser esquecida e o idioma japonês deverá substituí-la. Como esse *shift* deixa vestígios, nunca será “perfeita”.

Pensando nas perspectivas de futuro, a inserção na sociedade japonesa parece-me algo distante. Se, se conseguir passar pelo primeiro crivo: a de inserção nas escolas japonesas e até se formarem em colegiais japoneses, existe o outro grande crivo: inserção no mercado de trabalho japonês. A preferência é dada aos nacionais em detrimento dos estrangeiros. Muitos adolescentes, ao perceberem, abandonam os seus estudos e sonham ingressar o mais rápido possível no mercado de trabalho. Seus

modelos, os adultos que conhecem, são todos trabalhadores não qualificados, de fábricas.

Os brasileiros que concluem seus estudos em escolas brasileiras encontram outras dificuldades. As escolas brasileiras não costumam reforçar o ensino da língua japonesa, o Japão não reconhece essas escolas como sendo escolas de fato, assim, é como se fosse entrar no mercado de trabalho sem formação alguma, numa sociedade em que a escolaridade é valorizada; não restando opções a não ser tornar-se mais um trabalhador não qualificado nos chãos de fábricas, nas esteiras de montagem. Retornando ao Brasil, as escolas brasileiras, mesmo com os seus certificados validados, estão longe de serem competitivas para os vestibulares para universidades públicas no país.

As dificuldades tendem a se agravar. Podemos constatar uma nova geração de brasileiros: jovens que foram para o Japão ainda pequenos, não concluíram o ensino fundamental, abandonaram seus estudos e hoje são pais de filhos em idade escolar. Crianças com um vocabulário pobre, sem domínio em nenhum dos dois idiomas, pouca estimulação em casa e nas escolas, crescendo sem a presença de um adulto em uma comunidade diferente das sociedades brasileira e japonesa. Virão a constituir uma nova camada de trabalhadores não qualificados, pertencentes ao extrato inferior da sociedade japonesa, a quem é permitido co-habitar mas não pertencer?

Com os pais trabalhando em tempo integral, muitas vezes cumprindo horas extras, a maioria das crianças está crescendo sem uma figura de adulto que possa ser interlocutor de suas ansiedades e modelos que possibilitem a formação de uma identidade mais concreta. Os professores sobrecarregados em suas tarefas escolares, não conseguem dar a atenção que as crianças requerem tamanha a carência afetiva que apresentam. Além disso, muitas vezes, um casal trabalhando em turnos

diferentes (*hirukin, yakin*)⁶ têm, entre eles, pouco contato, o que facilita a desagregação familiar. Assim, separações se tornam mais freqüentes do que a média da sociedade. Nessas condições, a carência da criança fica ainda mais acentuada, perdendo inclusive a “confiança” no adulto enquanto protetor, agregador, continente. Muitas vezes, buscam em atividades ilícitas alguma escapatória numa tentativa de readquirir um bem estar emocional, não sendo raro encontrar adolescentes cometendo infrações e fazendo uso de drogas. A situação se agrava se a criança não tem no que se apegar enquanto um objetivo de vida, longe das escolas, substituindo o **ser** pelo **ter**, desiste de acalantar sonhos do vir a ser e busca adquirir bens materiais seja “saqueando” os pais aproveitando-se deles, já que esses demonstram uma certa sensação de “culpa” pela ausência e espera suprir ou compensar os filhos com algo material, seja apelando para condutas infratoras. O vir a **ser** implica num investimento a longo prazo, correndo-se o risco de frustrar-se, enquanto que o **ter** é muito mais rápido e muitas vezes não implica em investimento algum, evitando frustrações e trazendo satisfações imediatas, porém efêmeras.

A falta de comunicação entre pais, entre outros da sociedade e a dificuldade de aprender o idioma fazem com que as crianças e adolescentes brasileiros nesses locais de maior concentração de brasileiros, vivam numa espécie de uma comunidade única, diferente das sociedades brasileira e japonesa. A falta de reconhecimento enquanto pessoas, pertencentes a qualquer grupo dificulta também o estabelecimento de sua identidade, o que pode levar a receber o rótulo de “marginais” já que assim serão reconhecidos como tais, pertencentes a esse grupo; embora seja um reconhecimento como seres socialmente indesejáveis, talvez seja melhor do que a “insignificância”.

Na verdade, essa questão dos relacio-

cionamentos não parece ser uma problemática que envolve apenas a comunidade brasileira no Japão, os próprios adolescentes japoneses mostram sinais de grande insatisfação em relação à sociedade e à família, apresentando sintomas até mais graves que os nossos adolescentes: jovens que não saem de seus quartos por anos e não desenvolvem atividade alguma (*hikikomori*), jovens em atitudes francamente de revolta (evidentes principalmente no modo de vestir, linguajar, etc), alta taxa de suicídio juvenil, os atuais *neets*, os “*otakus*”, etc. Uma sociedade altamente competitiva, na qual a tolerância às diferenças é muito pequena (além do não reconhecimento e exclusão por ser “diferente”, muitas vezes sofrem humilhações e até maus-tratos) e as perspectivas de futuro são incertas ou pré-determinadas, facilitam a desmotivação dos jovens, inclusive brasileiros. Aqui vale o que foi citado acima sobre Winnicott, quando fala sobre os jovens com condutas anti-sociais.

Algumas crianças, principalmente as que freqüentam escolas japonesas, aparentemente adquiriram a capacidade de se comunicar em ambos os idiomas, mas isso se dá apenas em nível de cotidiano, da linguagem oral, demonstrando grandes dificuldades quando se trata de uma linguagem mais complexa, acadêmica, formal e assim, prejudicando a capacidade de abstrair e pensar. Estão se tornando semilíngues (chamados de “*double limited*” pelos japoneses) e não bilíngues como muitos pensavam. Assim, a falta de uma estrutura de linguagem na qual poderiam desenvolver a capacidade de raciocínio, ou a língua materna, prejudica o desenvolvimento cognitivo dessas crianças. Com dificuldades em acompanhar as séries mais avançadas, ficam cada vez mais desmotivadas a freqüentar escolas.

Além do pouco tempo disponível para o contato com os pais, a dificuldade de comunicação em termos de linguagem, também contribui para o “abismo” que se cria entre pais e filhos.

É comum encontrar crianças que evitam contato com os pais, esses voltando cansados de sua jornada de trabalho, insatisfeitos com o tipo de produção a que estão submetidos, descontam o “mau humor” nas crianças, que muitas vezes relatam episódios de violência doméstica (apanham sem saber o motivo) ou, ainda, uma outra violência considerável: a negligência, a falta de atenção, proteção e cuidado.

Mesmo aqueles que aparentemente falam apenas em português, por falta de estímulo, acabam tendo um vocabulário pobre, restrito às necessidades do cotidiano. Hábitos de estudo e leitura não fazem parte do cotidiano deles, mesmo porque o acesso à literatura é praticamente nula, nem as bibliotecas públicas, nem as escolas dispõem de livros para estrangeiros. Assim, dificuldades de aprendizagem não são raras, quando não envolve outras dificuldades como de saúde, de fonoaudiologia, distúrbios emocionais, etc., para as quais não encontram profissionais que possam dar atendimento adequado. À vista dos profissionais japoneses que desconhecem a forma de ser das crianças brasileiras, elas lhes parecem hiperativas, com distúrbios de atenção, deficientes mentais, autismo e depressão, etc. Não raro, crianças acabam recebendo esse tipo de diagnóstico precocemente, sendo encaminhadas para atendimentos, ou recebem tratamentos que de longe resolvem seus problemas.

A alta mobilidade dos brasileiros também prejudica o desenvolvimento das crianças e sua inserção nas escolas, não raro são os casos de crianças que mudam de escola inúmeras vezes, tendo seus estudos interrompidos; seja porque mudam de cidades, seja porque saem de escolas brasileiras e vão para as japonesas ou vice-versa, seja porque regressam ao Brasil e precisam novamente voltar para o Japão, pela força das circunstâncias.

A falta de professores que tenham experiência no ensino de crianças

diferentes das japonesas com outro tipo de cabedal cultural e outra forma de ser, muitas vezes interfere no processo de aprendizagem das crianças, cujos métodos utilizados não satisfazem as necessidades dessas crianças. Sem perspectivas de futuro melhor, pela facilidade de arrumar “*baito*” (bicos) e obter seu próprio dinheiro, faz com que as crianças sonhem muito mais em adquirir bens de consumo: brinquedos e eletrônicos, objetos de desejo e deixando de lado o desejar ser alguma coisa, aprender. Sendo o aprendizado um processo ativo, sem o desejo ele não se efetua a contento. Além disso, a falta de modelos (todos os adultos que conhecem trabalham em fábricas) o horizonte de expectativas também se restringe, herdando assim o mesmo desejo e o mesmo caminho trilhado pelos adultos com quem convivem.

Ter direito à educação e ao respeito (direitos universais da criança), provavelmente, não consiste em dar acesso “se quiser”, mas exige algum mecanismo que garanta o acesso a esses direitos, tornando-se obrigação do Estado ou dirigentes. Se a escola brasileira com todas as suas limitações é opção em alguns locais, em inúmeras cidades no Japão, nem essa opção existe. Se as salas internacionais só dão um pequeno suporte em relação a grande e vasta necessidade da criança, como foi dito, 80% das escolas no Japão não possuem esse mecanismo.

Pensando na imigração japonesa para o Brasil, inúmeras crianças nisseis, sejam elas de zona rural ou urbana, tiveram dificuldades em aprender a língua portuguesa. Seus pais, imigrantes, tinham dificuldades de aprender o português (e talvez faltasse motivação para aprender), valorizavam a cultura japonesa e temiam também pelo abismo cultural. Se a comunidade *nikkey* conta hoje com profissionais de diversas áreas, integrados na sociedade brasileira, essa inserção se deu graças a uma multidão de professores brasileiros, anônimos, na maioria professores das primeiras séries

do antigo grupo escolar, que tiveram paciência, perseverança e carinho para com essas crianças.

Aceitaram o “ser diferente” dessas crianças, procuravam ensinar o português numa relação de troca afetiva com a criança, sem desvalorizar a criança e sem fazer negar a sua identidade étnica. Mesmo em época de guerra, quando o Japão era considerado “inimigo” no Brasil, muitos desses professores não se importaram de inserir, em sua sociedade, os filhos desses “inimigos”, aceitando-os com o mesmo carinho e dedicação. Esse encontro, da criança com o professor que serviu de mediador para introduzi-la em uma nova cultura e idioma, chamei-o de “encontro feliz”, nas ocasiões em que pude falar a respeito no Japão.

É necessário batalhar por uma nova postura por parte das escolas japonesas, deixando de encarar os estrangeiros como potenciais problemas a serem evitados e deixados de lado; é preciso que as crianças possam contar com uma figura de professor que consiga enxergar a estrangeira, não como uma “criança com defeito”, precisando ser transformada em uma “japonesa”, mas um professor que possa respeitar a identidade étnica e preservar o direito da criança ser “diferente”, que acolha e deseje o seu desenvolvimento pleno.

* **Kyoko Yanagida Nakagawa é Psicóloga pela USP e Doutora pela PUC/SP.**

NOTAS

1 - *Jus solis* é o direito de ter a cidadania do país em que nasceu. No Japão, só é japonês se tiver ascendência japonesa.

2 - Trabalho de intervenção voltada para as crianças desse perfil, atendidas gratuitamente por uma equipe de profissionais das áreas de psicologia e educação, com duração de um ano letivo.

3 - *Ijime* é o nome dado ao que acontece quando várias pessoas escolhem uma para judiar, maltratar, fazer passar por humilhações, constrangimentos; agredem fisicamente e até forçam-na a cometer delitos (*bulling*). Esse problema não

ocorre só em relação aos brasileiros, mas também entre os próprios japoneses.

4 - Os alunos estrangeiros recém-chegados, nas escolas japonesas, freqüentam por três meses o *kotoba no kyoshitsu*, que são as classes com programas voltados para a adaptação dessas crianças, principalmente aquelas que não possuem conhecimento do idioma japonês. Depois desses três meses, os alunos são encaminhados para as salas de aula normais de suas respectivas escolas, para se juntarem aos alunos japoneses. Esse programa, mantido pela Secretaria de Educação, funciona em algumas escolas nas cidades que recebem estrangeiros, aberta a quaisquer crianças recém-chegadas às escolas japonesas da cidade, sendo os professores, funcionários do município.

5 - As salas "internacionais" (*kokusai kyoushitsu*), ou *kokusai* como são conhecidas, são voltadas para dar assistência às crianças estrangeiras, após o período de adaptação dada pelo *Kotoba no kyoushitsu*. Em algumas aulas que se exigem maiores conhecimentos do idioma, ou matérias em que as crianças não têm condições de acompanhar as aulas normais, são retiradas de suas salas e encaminhadas para essas salas, onde terão reforço da matéria ou mesmo do idioma. Essa é uma medida tomada pelo Ministério da Educação japonesa, em 1992, para dar algum suporte às crianças estrangeiras que necessitem de auxílio no aprendizado, determinando que as escolas nomeiem um professor responsável para cada grupo de dez alunos estrangeiros, sendo eles responsáveis pelas salas de *kokusai*.

6 - Palavras comuns, usadas em japonês, entre os brasileiros que moram no Japão. *Hirukin* significa trabalhar no período do dia, enquanto que *yakin*, significa trabalhar no período da noite.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOWLBY, John

(1997) *Formação e rompimento dos laços afetivos*. 3ª ed., São Paulo, Martins Fontes.

KLUCKHOHN, Clyde

(1963) "Costumes estranhos". In: *Antropologia: um espelho para o homem*. Belo Horizonte, Itatiaia.

LINTON, Ralph

(1973) *Cultura e Personalidade*. 2ª ed., São Paulo, Mestre Jou.

NAKAGAWA, Kyoko Yanagida

(2000) *Crianças envolvidas no movimento de kassegui*. Dissertação de Mestrado em Serviço Social, PUC/São Paulo.

NAKAGAWA, Kyoko Yanagida

(2005) *Crianças e adolescentes brasileiros no Japão - Províncias de Aichi e Shizuoka*. Tese de doutorado. Serviço Social, PUC-São Paulo.

SOIFER, Raquel

(1994) *Psicodinamismos da família com crianças: terapia familiar com*

técnica de jogo. 3ª edição. Petrópolis, Ed. Vozes.

SUZUKI, Takao

(1977) "Kotoba to bunka" (Language and Culture). In: *Guides to Japanese Culture*. Tokyo, Japan Culture Institute.

TAMURA, Takeshi & LAU, Annie

(1992) "Connectedness versus separateness: aplicability of family therapy to Japanese families". *Family Process*. 31(4), p. 319-340.

WINNICOTT, Donald

(1995) *Privação e delinqüência*. São Paulo, Martins Fontes.



estudios migratorios latinoamericanos

AÑO 20

ABRIL 2006

NUMERO 59

ARTICULOS

Remesas, desarrollo y pobreza en América Latina.

ALEJANDRO I. CANALES

Inmigrantes armenios en Buenos Aires: tensión entre tradición e integración. Evolución de su red asociativa (1900-1950).

NÉLIDA BOULGOURDJIAN

Judíos de Marruecos en Argentina. La inmigración política (1955-1970).

DIANA EPSTEIN

Nuevos y viejos migrantes de países del Cono Sur residentes en Brasil.

GABRIELA ADRIANA SALA

NOTAS Y COMENTARIOS

Proyectos identitarios en la construcción del Museo Nacional de la Inmigración de Buenos Aires.

ILARIA MAGNANI

ESTUDIO DE CASO

El análisis de tres grupos inmigratorios a través de las redes sociales. Los italianos de Acireale, Duronia y Vedelago en Mar del Plata.

BETTINA FAVERO

• REVISTAS DE REVISTAS • CRÍTICAS BIBLIOGRÁFICAS •

Estudios Migratorios Latinoamericanos es una revista cuatrimestral publicada por el Centro de Estudios Migratorios Latinoamericanos (CEMLA). Suscripción anual (3 números): R. Argentina, \$ 50; Resto de América, U\$S 50; Europa, Asia, África y Oceanía, U\$S 50. Recargo vía aérea, U\$S 18. Ejemplar simple y atrasados: \$ 18.00. Los cheques en U\$S deben ser girados sobre Nueva York.

CENTRO DE ESTUDIOS MIGRATORIOS LATINOAMERICANOS

Avda. Independencia 20 | (C1099AAN) Buenos Aires - Argentina | Tel/Fax: (0054 11) 4334-7717/4342-6749/4331-0832

E-mail: cemla@cemla.com / Internet: <http://www.cemla.com>

A DISTÂNCIA DOS FILHOS

Reflexões sobre núcleos familiares divididos pela migração

Igor José de Renó Machado *

Alexandra Gomes de Almeida **

Este artigo procura refletir sobre as conseqüências dos movimentos migratórios internacionais brasileiros para as crianças que ficam do lado de cá da viagem. Em nossas pesquisas identificamos muitas situações em que ou o pai, ou a mãe, ou ambos, partem para a aventura migratória, deixando seus filhos sob cuidados de parentes, amigos ou até sob cuidados de pessoas contratadas para isso. Do ponto de vista dos que ficam, como são vistos os arranjos para a criação dos filhos dos migrantes, como se configura esse processo? Que reflexões produzem sobre a educação e desenvolvimento dessas crianças? Como os pais que deixam seus filhos sob os cuidados de terceiros são encarados nessa situação? Quais os custos emocionais envolvidos nesses processos?

Procuraremos aqui refletir sobre essas questões a partir do trabalho de campo realizado em Governador Valadares, entre familiares de pessoas que migraram para Portugal, segundo lugar de destino dos valadarenses, depois dos EUA. A região brasileira de Governador Valadares é conhecida como um dos principais pólos de migração internacional brasileira. Vários autores se debruçaram sobre este fato e arriscaram explicações históricas: o consenso geral

é que o movimento teve início nos anos 50, com a vinda de empregados americanos das firmas de exploração de pedras preciosas. Muitos desses estrangeiros voltaram levando trabalhadoras domésticas para os EUA, detonando um lento processo que veio a se adensar na década de 80, quando houve um crescimento do número de agências de turismo que funcionavam como bancos, dolarizando a economia (Assis, 1999; Fusco, 2001; Scudeler 1999; Soares, 1999). O processo gerou em governador Valadares um *habitus* de migrar para o exterior, vinculado inicialmente aos EUA. Procedeu-se uma produção gradual de redes transnacionais: “criou-se uma ampla rede de relações em Governador Valadares, que envolve companhias de turismo, despachantes, doleiros e redes de parentesco que se articulam nos EUA e na cidade. Assim, os emigrantes utilizam-se das redes sociais tanto para permanecerem nos EUA quanto para manterem laços com o Brasil.” (Assis, 1999, p.131)

A indústria da imigração ilegal também acompanhou este processo, criando perigosas oportunidades de entrada nos EUA através da fronteira seca México/EUA. O custo e o risco são enormes, como revelou o projeto “Família e indústria da migração: novas

conexões entre Governador Valadares e Portugal” (Machado, 2005/2006). Tão grandes que os valadarenses começaram a procurar outras opções para emigrar e Portugal aparece como o segundo destino de muitos, bem como a Inglaterra. Assim, fluxos de migrantes valadarenses para Portugal têm sido intensos desde meados da década de 90, aumentando a extensão das redes migratórias que partem da região de Valadares. Tal fato ficou evidente com o assassinato de Jean Charles de Menezes, mineiro da região de Valadares, pela polícia britânica. Confundido com terrorista, Jean Charles foi assassinado em circunstâncias pouco esclarecidas até hoje. Para além da enorme comoção que tal fato gerou no Brasil e no mundo, ele evidenciou a extensão da migração brasileira e, especialmente, da migração da região de Valadares.

Em Portugal, o grande fluxo de migrantes oriundos da região de Valadares foi tão importante que chegou a produzir uma alteração no perfil do migrante brasileiro naquele país, como demonstram o survey organizado pela Casa do Brasil de Lisboa (2004) e os trabalhos de Machado (2005) e Peixoto e Figueiredo (2006). Essa alteração de perfil foi acompanhada, evidentemente, por diferentes processos de construção identitária, como o trabalho de Oliveira

(2006) e Techio (2006) bem o demonstram.

A pesquisa foi realizada em Governador Valadares em quatro momentos: o primeiro realizado em julho de 2005 por Ellem Saraiva Reis e Lara Rezende, o segundo realizado em fevereiro de 2006 por Ellem Saraiva Reis e Alexandra Gomes de Almeida, o terceiro realizado em fevereiro de 2007 e o quarto em julho de 2007, ambos por Alexandra Gomes de Almeida e Thaísa Yamaue¹. Foram realizadas cerca de 70 entrevistas semi-estruturadas nesses quatro momentos. Os entrevistados são, em geral, moradores de bairros pobres da cidade, marcados pela grande emigração internacional. Os relatos aqui aparecem, constantemente, em terceira pessoa: o/a entrevistado/a conta histórias de parentes, conhecidos, amigos ou de “ouvir falar”. Evidentemente, não interessa a veracidade dessas histórias, mas a sua verossimilhança para os sujeitos que a contam.

O quarto período de pesquisa, o mais recente, preocupou-se especificamente com a questão das crianças, tendo sido realizadas entrevistas diretamente com crianças em escola pública de ensino básico em bairro de grande tradição migratória. A discussão sobre as conseqüências da migração para a vida das crianças será exposta aqui em duas partes: a primeira que se refere à perspectiva dos adultos sobre o fato e a segunda que se refere à perspectiva das próprias crianças. Como o volume de informação que obtivemos dos adultos foi maior, o “ponto de vista dos adultos” sobre o processo terá mais espaço, mas ainda assim é possível ponderar os distintos pontos de vista.

VISÃO DOS ADULTOS²

Os filhos são um grande dilema, fruto de angústias e sofrimentos. O fato é que muitos pais e mães têm que conviver com

a ausência de seus filhos, quando partem para o exterior. E os filhos convivem com a ausência de um ou ambos os pais durante longos períodos de tempo, às vezes a separação é definitiva. Organizar a vida dos filhos na ausência dos pais ou de um deles é um problema muito sério. Quem tomará conta dos filhos? Eles serão bem tratados? Haverá recursos para enviar e sustentar as crianças? Deve-se levar os filhos? Deve-se levar *todos* os filhos?

Uma amiga de Joelma, uma de nossas entrevistadas, voltará aos EUA, por exemplo, levando apenas uma das filhas, enquanto a outra ficará com a avó materna, que mora no mesmo bairro. Há um certo conformismo gradual com a distância e, como nos diz Joelma, os filhos já não sentem tanto a falta. Cláudio nos conta de seu primo, cujo pai está em Portugal: o menino não conhece o pai e sempre pergunta por ele, só conhece as fotos. Um dos irmãos de Lucimar tem um filho do primeiro casamento, que mora com sua mãe, a avó paterna: a criança foi criada pela avó e visitava a mãe em alguns finais de semana. A atual mulher do irmão de Lucimar, este em Portugal há três anos, planeja migrar definitivamente para Portugal e pretende levar o enteado. Para Lucimar isto é muito bom, “pois lugar de filho é junto ao pai”.

São mais comuns os casos em que o pai está ausente no exterior, seguindo-se os casos em que ambos os pais estão fora. Casos de mãe ausente são mais raros e preponderam quando a separação do casal aconteceu anteriormente à migração. Há uma lógica, portanto, na organização do parentesco que dita o “abandono” mais ou menos temporário dos filhos: a ausência do marido é a mais tolerada, seguida da ausência do casal e da ausência da mãe, mas apenas quando ela já está separada. Em nossas entrevistas, encontramos apenas uma história sobre mãe ausente com marido e filhos no Brasil. Assim, há uma determinação do lugar da mãe que é

muito forte, pois ela em geral é substituída por uma mãe segunda (no caso, alguma das avós) no caso da migração do casal. Mas a essa importância do lugar da mãe, está relacionada uma discriminação latente em relação à mulher do marido ausente: passam a serem tratadas como espécies de “viúvas de maridos vivos” e, portanto, potencialmente disruptivas. O lugar de “viúva de marido vivo” é uma ameaça às demais mulheres casadas e à honra do marido ausente. Elas são submetidas à intensa vigilância, portanto.

Os casos em que os filhos não ficam com os avós parecem inspirar pena nos entrevistados, como uma alteração da ordem natural das coisas e como uma situação de potencial desajuste. Mas há outros vários ajustes, em relação aos filhos: um exemplo é o caso da tia de Sabrina: ela e o marido migraram e os três filhos ficaram no Brasil, morando sozinhos (já tinham mais idade). Esses arranjos são temerários, do ponto de vista dos entrevistados, e acabam sempre em problemas de comportamento dos filhos, vistos como abandonados. Um dos primos de Sabrina, filho dessa tia, começou a se “envolver com drogas” e o casal decidiu levar também os filhos para Portugal: primeiro o mais novo depois os dois mais velhos.

As histórias que se contam desses arranjos alternativos em geral têm um tom trágico: outra amiga de Sabrina, já mãe de uma filha adolescente, casou-se novamente e teve outra filha. Ela se separou e decidiu migrar para Portugal, deixando a segunda filha com o pai e a primeira morando sozinha. O desfecho também foi preocupante: mediante os comentários que a menina se envolvia com prostituição, a amiga de Sabrina voltou para buscá-la. Esses dois exemplos indicam histórias moralizantes, que são quase pedagógicas, pois tendem a desestimular arranjos alternativos para deixar os filhos. Deixar filhos sozinhos é um problema que levará ao envolvimento destes com ambientes

recrimináveis. Os pais deverão, no fim das contas, necessariamente resgatá-los e estabelecer a ordem moral de que o lugar dos filhos é junto aos pais.

Outro arranjo alternativo foi o de Mariléia, que seguiu o marido na migração (por conta das fofocas de que o estaria traindo) e teve que deixar os filhos. Primeiramente, os deixou aos cuidados de uma moça, que foi paga para isso, mas, segundo ela, os filhos foram “muito maltratados”. Depois foram morar com a avó materna e também não deu certo, por motivos que a entrevistada não quis esclarecer. Agora, Mariléia prepara os filhos para morar com uma sua amiga, de quem os filhos, duas meninas e um menino, gostam muito. Mariléia resigna-se ao fato de ter que ficar longe dos filhos, pois acredita que esses já se *acostumaram* à distância. O caso de Mariléia também é exemplar por demonstrar um pouco da dinâmica da fofoca e do lugar da “viúva de marido vivo”, que é a esposa do migrante ausente. Sob estrita vigilância, teve que partir para a migração com o marido, para não ver o casamento acabar. Mas teve que deixar os filhos em situações arriscadas para fazer isso.

Seu Joaquim ilustra dois casos em relação às crianças e a migração: seu filho emigrou após se separar e deixou no Brasil sua filha, que sofreu muito no princípio, “ficando nervosa”. Mas agora, acostumada, já não sente mais falta. Uma ex-namorada de seu Joaquim também migrou, deixando com a mãe três filhos. O fato é contado em tom de desaprovação, mas a ressalva é que ela nunca deixou de mandar o dinheiro para sustentar as crianças, o que significa que ela tem tido o cuidado de manter ativos os laços e as relações com os filhos e com a sua mãe, que toma conta dos pequenos. Também esse exemplo ilustra outra dinâmica comum: quando a mãe (ou o casal) pensa em trazer os filhos, em geral não pode trazer todos, se tem mais de um. A escolha, então, recai geralmente no mais novo, aquele que é visto como o

mais vulnerável entre os filhos. É por isso que a ex-namorada de seu Joaquim voltará logo para levar a filha mais nova (agora com sete anos) para Portugal.

Selma também nos indica como a migração serve para esmaecer os laços outrora criados: seu ex-marido, com quem tem uma filha adolescente, migrou após a separação e envia apenas 50 reais por mês de pensão.

Quando as famílias, de antemão, estão estruturadas de formas distintas daquela considerada moralmente adequada pelos nossos entrevistados, a migração aparece como uma opção perigosa. É o caso de Tatiana, que embora queira muito emigrar, não pretende fazê-lo. Separada e com uma filha pequena, não teria como levar a filha. Teria que deixá-la com a própria mãe, avó da menina. Mas isso abriria ao ex-marido a possibilidade de pedir a guarda da criança, o que Tatiana teme muito. Assim, para não correr o risco, decidiu não emigrar e ficar perto da filha.

Mas mesmo o arranjo dos filhos que ficam com avós paternos ou maternos não é tão bem recebido assim. Um dos assistentes sociais, integrante do Conselho Tutelar da cidade, nos disse que quando os avós têm idade avançada, não conseguem controlar e educar os netos, podendo “ocasionar” em casos de prostituição e consumo de drogas, os dois cenários mais temidos. É o caso da sobrinha de Sebastiana, que migrou para Portugal e deixou sua filha com a mãe (avó materna). Mas a irmã de Sebastiana (a avó materna da menina) não “deu conta” de cuidar da menina, que estava dando “muito trabalho”. A mãe, então, decidiu levar a filha para Portugal também. Por outro lado, o caso contrário pode acontecer: uma amiga de Paulo foi para Portugal e deixou o filho com a sua mãe. Em Portugal teve outro filho com um Português e não pensa em voltar ao Brasil e nem em levar o filho: mas a avó, segundo Paulo, não permitiria, pois o menino é “como se fosse filho dela” e estava com a avó desde pequenino. Aqui

temos o caso em que a migração levou a rupturas definitivas nas relações: a avó “passou” à mãe e a mãe aceitou o fato.

Os casos que chegam ao Conselho Tutelar relacionados à migração são muitos, em geral tratam de denúncias de maus tratos às crianças de pais ausentes, ou de mães que não cuidam “direito” dos filhos enquanto o marido está ausente. Muitas vezes as denúncias são feitas pelos próprios pais que estão no exterior. O processo da migração, segundo esse assistente social, acarreta também em muitas disputas pela posse das crianças. Quando o Conselho Tutelar, por exemplo, constata que determinadas crianças são bem criadas tanto pelos avós maternos quanto pelos avós paternos, a disputa pela guarda chega à justiça. Há também o caso de pessoas que disputam a posse das crianças apenas pelos recursos que são enviados pelos pais para o seu sustento. Em geral isso acontece quando se trata de “pessoas mais distantes”, como babás, amigos ou parentes distantes. Com avós isso não acontece.

Aqui temos a evidência de uma lógica relacional no trato com as crianças: elas estão bem se se mantiverem dentro daquelas relações originais das quais os pais pretendem autonomia com a decisão da migração (aquela dos avós). Mas essas relações são vistas como as que naturalmente acolherão bem as crianças, mesmo com o risco de que com a idade avançada, os avós não consigam educar os netos. Mas os outros arranjos que fogem a esta lógica são condenados nas duas dimensões: podem levar os filhos para os dois caminhos mais temidos (a droga e a prostituição) e também sujeitam os filhos à ganância e aos maus tratos de quem foi pago para cuidar deles. A constatação que podemos fazer é que cuidar dos filhos não é algo que deve ser pago, ou seja, as relações prescrevem um dever de cuidar dessas crianças. O dinheiro é enviado não para pagar quem cuida, mas para sustentar os filhos e manter a relação. O dinheiro entra como fluxo de substância “à distância”,

produzindo o bem-estar material dos filhos (alimentação, roupas, escola, brinquedos, etc.) e amarrando as relações na ausência da presença física dos pais, que se fazem sempre presentes através do dinheiro³.

A contradição desse processo de emigrar para constituir a própria centralidade do casal na migração é que para fazer isso muitos acabam por acentuar a centralidade daquelas relações que pretendem abolir: é o caso dos casais que migram e deixam os filhos sob a guarda de uma das avós. São muitos os exemplos em que a migração é feita em dupla, simultaneamente ou não (em geral o marido migra primeiro e depois leva a mulher). Quando isso acontece, via de regra, os filhos do casal (quando existem) são criados pela avó. Como demonstrou Fonseca, a própria idéia de “criação” é uma fabricação de parentesco por vias não necessariamente consanguíneas. No caso das avós, além dos mecanismos da “criação”, ou seja, a convivialidade cotidiana, a comensalidade, os cuidados são ampliados pelos laços consanguíneos. Nesse caso, os filhos do casal ficam mais e mais ligados às relações dos avós, aquelas que os pais pretendem des-relacionar para constituir a própria centralidade. Ou seja, o projeto dos pais, de construir a Casa própria (que significa mais que a casa física, mas também a centralidade nas próprias relações e independência dos pais) pode submeter a própria família a uma acentuação daquelas relações das quais se pretendia afastar.

A vontade do casal que migra junto, em geral, é acentuar a capacidade de juntar recursos e voltar antes, além de preservar a própria relação dos riscos da separação (o marido ou esposa ausente). Nesses planos não cabem os filhos, num primeiro momento. Isso os leva a uma dependência em relação àqueles que vão cuidar dos filhos na ausência do casal. O desfecho dessas situações é um retorno que pode se prolongar e, nesse caso, os filhos vão “passando” cada vez mais para

os avós: ou seja, a co-substancialidade amplia-se num grau que já se torna quase irreversível. Mesmo quando o casal volta e constrói a Casa, há casos em que os filhos continuam morando com os avós. Ou acontece tudo conforme o planejado, e os pais voltam logo, com os planos realizados e conseguem conquistar a Casa própria, tão almejada. Outra saída também freqüente é a constatação que os planos não serão facilmente atingidos ou que, enfim, a vida no exterior pode ser melhor que a vida em Valadares: nesses casos, os planos da Casa própria são transferidos para o exterior, como novo lugar de construção das relações centralizadas tão importantes às pessoas. Nesses casos, a primeira atitude dos casais é trazer os filhos para o exterior, processo que vai alimentar um mercado paralelo de “transportadores de crianças”, que podem ser desde parentes até pessoas pagas para realizar tal travessia. Há, claro, soluções intermediárias e casos variados: famílias que se estruturam permanentemente à distância; casais que levam apenas alguns dos filhos para o exterior, etc.

VISÃO DOS FILHOS

No que se refere ao ponto de vista das crianças, realizamos, ao todo, 11 entrevistas entre garotas/os de 8 a 16 anos (7 meninas e 4 meninos). A maioria das crianças *aceita* a distância do pai ou da mãe, pois sabem que os pais só querem oferecer melhores condições de vida mas, apesar delas admitirem que podem comprar mais coisas e que a vida delas melhorou, todas prefeririam o retorno imediato dos pais para Valadares. De todas as crianças apenas duas manifestaram intenção futura de migrar. As outras crianças disseram que sofrem com a saudade, que a situação é muito triste e, deste modo, elas não sentem nenhum interesse em morar no exterior. Elas afirmam que *sabem* o quanto é solitária

e difícil a vida de imigrante e desejam que os pais retornem para que todos morem no Brasil. A consciência da importância do lugar e das redes de parentela e amizade é impressionantemente alta entre as crianças com pais emigrados: para elas, nada se compara à terra natal e a presença dos amigos e parentes.

Uma das jovens, Janaína, 16 anos, tem a mãe há 11 anos nos EUA. A própria Janaína morou um tempo com a mãe, mas quis retornar para o Brasil, por não ter se adaptado, e muitos amigos de escola a criticam por ela não ter querido morar no exterior, mas ela afirma:

“Eles falam que nós somos bobas em não aproveitar a oportunidade de morar na América, mas esses amigos têm os pais por perto, em Valadares, eles não sabem o que é ter um pai ou uma mãe longe.”

Todas as crianças acabam morando com avós ou tias, principalmente quando os pais são separados e é a mãe quem emigrou. As crianças não reclamam da criação dos avós ou das tias, mas sentem grande falta da figura materna. E quando é o pai quem emigra, as crianças continuam com a mãe, mas a presença da avó é constante, sempre há algum familiar mais próximo que ajuda a família. Durante as entrevistas notamos como estas crianças são mais maduras, principalmente em relação à consciência da falta que faz em suas vidas os pais por perto. E também porque algumas delas têm responsabilidades na criação de irmãos ainda mais novos, antecipando um processo de amadurecimento. Todas as garotas comentaram que ajudam a criar os irmãos e irmãs mais novos enquanto a mãe está ausente e a responsabilidade delas com a casa e com a família é maior.

Na escola onde realizamos as entrevistas, a escola pública *Arabela de Almeida Costa*, que fica no bairro Vila Mariana, entrevistamos algumas professoras, e notamos uma visão muito pessimista sobre o efeito da migração nas

“crianças que ficam”. Uma delas, Teresa, falou da dificuldade da escola em tratar a questão das crianças que sofrem com a ausência dos pais emigrados, pois a maioria dos alunos (as) possui os pais ou um deles no exterior e estas crianças têm o comportamento mudado drasticamente. Segundo a professora, os meninos ficam agressivos e as meninas tornam-se reservadas e introvertidas, além destas crianças apresentarem uma queda de rendimento no aprendizado. Com o passar do tempo e a distância da presença materna e paterna as crianças e adolescentes perdem limites, no sentido de que elas não respeitam e não reconhecem nenhum tipo de autoridade e, geralmente, causam conflitos e confusões na escola. Esse é um discurso recorrente, que causa uma espécie de discriminação moral *a priori* das famílias migrantes: o processo é visto como uma espécie de abandono da família, com potencial para desandar a educação das crianças.

E a continuidade do processo das famílias transnacionais implica em mais ameaças: como a relação com os membros de uma família separados pela migração é mediada pela circulação de presentes e dinheiro, segundo as professoras numa tentativa de diminuir e recompensar a saudade e distância da relação familiar, o resultado é que as crianças ficam “mal acostumadas”, já que possuem tudo aquilo que desejam. Assim, não aceitam nem toleram que alguma professora ou supervisora da escola tente impor limites para que se ajustem às normas da escola. Ou seja, o padrão de estruturação da família, na visão das professoras, impossibilita a percepção de autoridade por parte das crianças, sempre desobedientes.

Selma comentou sobre um garoto que lidava muito bem com a ausência da mãe que trabalhava nos EUA, porém aceitava tal condição porque a mãe enviava muito dinheiro para a criação dele, ou seja, ela mantinha um alto padrão de vida para o menino. Mas quando a mãe voltou dos

EUA para Governador Valadares e a renda familiar diminuiu, o garoto deixou de ganhar tudo o que desejava. Por conta disso começou a ter atitudes agressivas com a situação econômica da família e deixou de respeitar a mãe. Selma acredita que o garoto nunca teve nenhuma autoridade de adulto sobre a educação dele e, mesmo com o retorno da mãe, ela já havia perdido sua autoridade devido aos anos de distância da criação do filho.

Isso seria agravado pelo fato de que são os avós que criam os netos durante a ausência dos pais sem conseguirem imprimir uma educação com limites. Segundo Teresa, quando ela tenta conversar com o responsável pela criança, sempre é a avó, ou seja, senhoras em média de 70 anos de idade que não demonstram disposição para criar crianças na fase de desenvolvimento. E quando a criação está a cargo de tios ou tias, segundo a professora, esses não se preocupam em educar com valores morais familiares, pois acham que oferecer uma casa e garantir a alimentação da criança já é o suficiente. Deste modo, as crianças de pais emigrados crescem com pouco suporte da base familiar, ou seja, sem regras, limites e “carinho” materno e paterno, questões que Teresa julga de extrema importância no desenvolvimento de uma criança e adolescente.

Porém, conversando com as crianças, percebemos um ponto de vista diferente. Notamos que as crianças entendem a ausência dos pais emigrados, pois mesmo com a saudade elas sabem que o retorno financeiro está sendo benéfico para a família. Algumas das crianças disseram estar “gostando” do pai ou da mãe no exterior, porque elas estão ganhando mais presentes e a situação financeira da família está melhorando. Porém, quando questionados se elas preferiam os pais aqui no Brasil, mas com um pouco de dificuldade financeira, ou se elas preferiam os pais longe, mas oferecendo uma vida melhor para a família, *todas* as crianças preferem os

pais próximos delas, e além disto, a maioria não tem vontade de morar no exterior com os pais, preferem que os pais voltem e a família permaneça no Brasil. E mesmo os pais oferecendo a opção para toda a família se mudar para o exterior, as crianças preferem continuar no Brasil, porque os pais comentam o quanto é complicado viver no exterior, elas têm consciência de que os pais apenas ficarão trabalhando, não terão tempo para passar com os filhos. E também sabem que os imigrantes sofrem preconceitos por serem imigrantes.

O caso de Fábio é interessante para contrapormos um ponto de vista juvenil ao dos adultos. Fábio mora com a família na Itália e está passando as férias na casa da tia (uma das professoras da escola) em Governador Valadares. Com a vivência na Europa perguntamos se Fábio desejava trabalhar no exterior quando for adulto, como os seus pais, e o garoto respondeu sua preferência pelo Brasil mesmo sabendo que há melhores oportunidades de crescimento financeiro no exterior. Bem, Fábio tem apenas *nove* anos e mora na Itália há seis anos com os pais e boa parte da família, com exceção da avó e da tia. Ele contou que seu pai foi o primeiro a ir para Itália e, após algum tempo, ele e a mãe foram ao encontro do pai. Hoje os pais trabalham porque buscam melhorar as condições da família quando retornarem ao Brasil e estão terminando de construir a casa. Fábio prefere morar no Brasil porque na Itália ele não tem tantas opções de diversão como aqui, mas reconhece que para trabalhar e estudar lá é melhor.

Fábio demonstrou maturidade e extrema compreensão da situação de imigração de seus pais, pois ele consegue reconhecer a superioridade econômica da Itália em relação ao Brasil, tanto que a maior parte dos seus familiares (tios, tias, primos) trabalham lá e estão conseguindo construir casas e adquirir bens, ou seja, estão conquistando estabilidade financeira em investimentos no Brasil. Fábio disse que os aspectos positivos da

imigração são vinculados ao retorno financeiro e à possibilidade de melhoria da qualidade de vida. Como exemplo ele falou da situação escolar e as diferenças que percebeu em relação à escola brasileira pois na Itália as escolas possuem melhor infra-estrutura como laboratórios, computadores, salas e melhor preparação dos professores. Ele nunca sentiu discriminação por parte dos seus colegas italianos, mas ele acredita que isto ocorra porque ele fala italiano e desde pequeno sempre estudou com os mesmos colegas italianos, ou seja, Fábio já está familiarizado com os costumes de lá. Porém, o garoto continua a afirmar que quando for adulto ele deseja retornar ao Brasil e continuar a sua vida aqui, ele não quer trabalhar como imigrante, pois sabe das dificuldades.

Após a entrevista de Fábio ficou claro que há diferenças entre a apreensão que as crianças têm do processo da migração: aquela que já passou pela experiência de emigrar ou sabe melhor dos motivos da emigração do pai, mãe ou outro parente próximo tem mais maturidade que as outras crianças que não conhecem exatamente o que acontece com os pais e apenas conhecem a materialização da migração nos presentes e na circulação de remessas. Isto porque as crianças envolvidas com a emigração não desejam passar pela mesma situação que elas vivem ou sabem que os pais enfrentam sob esta condição, apesar de toda coerção social ao afirmar os benefícios da emigração sob o aspecto financeiro.

Outros casos demonstram a complexidade das relações de parentesco, quando casamentos e separações anteriores e posteriores à migração tendem a acentuar aspectos dramáticos do processo. Entrevistamos Melissa e Mariano, ela com 11 anos e ele com 12 anos de idade. Melissa tem o pai trabalhando nos EUA há 4 anos e sabe que o motivo para o pai migrar foram as dívidas no Brasil. Atualmente o pai de Melissa trabalha numa pizzaria, mas após dois anos da ausência dele a

mãe pediu divórcio. O resultado é que a mãe de Melissa evita conversar sobre o pai biológico com a filha. Mas Melissa sempre conversa com pai pelo telefone e internet, pois durante as noites ela fica *na casa da avó paterna*, uma vez que o emprego da mãe é noturno. Ou seja, vemos aqui que as relações familiares adquirem contornos mais complexos e o percurso das crianças depende muito do empenho dos parentes distantes e da capacidade que têm de articular com parentes que permaneceram na cidade a aproximação com os filhos. A relação, para continuar a existir tem que ser mediada por alguém, em geral a avó.

A mãe de Melissa já tem filhos com outro homem e outro namorado e não costuma falar para Melissa e nem para o irmão mais velho sobre o pai biológico deles. Então, o maior contato dela com o pai é através da avó paterna. A menina afirmou que gostaria que o pai voltasse para o Brasil, já que jamais aceitaria ir morar com ele no exterior, pois não quer se separar da mãe e dos outros irmãos. Ao mesmo tempo, Melissa afirma que o ponto positivo do pai estar trabalhando nos EUA é poder oferecer mais coisas aos filhos, como presentes, roupas, lazeres que antes a família não tinha condições de realizar.

Mariano, garoto de oito anos nos contou que sua mãe emigrou para Portugal há um ano, ou mais, ele não tem muita certeza do tempo. Logo que a mãe emigrou, Mariano e o irmão menor foram morar com a avó materna, mas ele e o irmão não queriam mudar de escola, o garoto disse gostar muito da escola Arabela, então deixaram a casa da avó para ficar na casa da tia, mas o motivo foi somente a escola, pois a avó continua ajudando na criação deles. Eles não têm problemas em morar com a tia, mas gostariam de estar ao lado da mãe. O menino disse que sua mãe liga com frequência para eles porque procura aconselhar os filhos a ter bom comportamento na escola, evitar ficar somente na rua, serem educados com a

avó e a tia. A mãe também pede para Mariano ajudar na criação do irmão caçula, ou seja, a mãe mantém constante relação com os filhos. Além do mais, Mariano comentou sobre as ordens da mãe que, mesmo estando distante, é mais severa do que a tia e a avó. O menino também acha bom o fato da mãe estar trabalhando no exterior porque ela passou a ganhar mais no trabalho e isto faz com que a mãe dê mais presentes e envie dinheiro para ele e o seu irmão.

Aqui vemos que do ponto de vista das crianças, a ausência da mãe não significa necessariamente uma ausência de autoridade, nem que o lugar da autoridade “máxima” seja questionado. Aqui é a mãe quem cobra mais o menino, que quer saber sobre o rendimento escolar, etc. Por outro lado, ele também nos falou que a sua mãe está casada com um português, mas ele gosta do seu padrasto porque ele é delegado e gosta de ficar conversando. Além disto, a mãe e marido luso estão planejando levá-lo, juntamente com o irmão e a avó para todos morarem em Portugal, inclusive a mãe já fez o passaporte dos filhos. A mãe de Mariano separou-se antes da migração e o ex-marido nunca manteve contato com os filhos. No caso, a migração pode significar a *adição* de uma figura paterna e não a subtração, pois essa é anterior e independente do processo. Aqui temos um caso em que o futuro da organização familiar parece estar em Portugal, com a eminência de um reagrupamento familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo procuramos indicar a complexidade dos processos migratórios no que se refere aos filhos que permanecem no Brasil, no caso, na cidade de Governador Valadares. A primeira constatação é que há uma diferença entre o ponto de vista dos adultos que pensam o processo, principalmente as professoras envolvidas na educação formal da criança, e o ponto

de vista das crianças. Os mecanismos que os “pais ausentes” têm para manter a relação (envio de presentes e de remessas) e os arranjos familiares para o cuidado com a criança (criação por avós ou tias, mais frequentemente) são condenados pela sociedade mais abrangente. Os arranjos familiares são vistos como fracos, pois não dão conta de impor autoridade sobre as crianças e os mecanismos de manutenção da relação são considerados como potenciais “estragadores” de crianças, pois acabam por mimá-las demais. O mimo excessivo e a falta de autoridade causariam um desajuste juvenil.

Mas quando ouvimos as crianças, percebemos que elas, com diferenças óbvias em relação a idade, não condenam os pais pela ausência e sabem que os presentes e dinheiro são uma forma deles se manterem próximos. O valor do presente, para as crianças, é menos o presente em si e mais a constante reafirmação que a relação continua a *existir*. Por outro lado, todas na nossa pequena amostra sentiam como naturais os arranjos feitos para a criação delas na ausência dos pais, sem identificar com isso uma ausência de autoridade por parte da mãe, que em geral continua a exercer o papel que se espera dela mesmo à distância. Percebemos também que algumas delas, que passaram pela experiência da migração, têm muita consciência do esforço que fazem os pais e sentem-se reconfortadas por isso, num reconhecimento da vontade deles em investir no futuro da família.

O amadurecimento precoce dessas crianças parece também ser uma consequência da movimentação dos pais, pois desde cedo são confrontadas com situações que exigem uma reflexão sobre a natureza da família, a importância das relações e a responsabilidade com irmãos mais novos. Sem contar que a ausência, embora aceita, é sempre vivida como um sofrimento, uma espécie de desequilíbrio constante que precisa ser enfrentado, vivido.

Como vimos anteriormente, (Machado, 2006), a migração aparece como uma espécie de “jogo arriscado”, que impõe riscos à família e, ao mesmo tempo, oferece a possibilidade de melhor estruturar o núcleo familiar num lugar de poucas opções econômicas. Os riscos podem levar à própria dissolução familiar, à separação, a dificuldades de vários tipos, mas eles têm sido vistos em Valadares como menores que o desejo de estabelecer melhores condições a essa mesma família que se “ameaça” ao emigrar. Certamente, muitos são os casos dramáticos propiciados por essa aventura arriscada e temos visto que esses acabam por se tornar paradigmáticos, tendo uma reverberação muito grande.

*** Igor José de Renó Machado é Prof. da UFSCar e Pesquisador do CEMI/UNICAMP.**

**** Alexandra Gomes de Almeida é Aluna do curso de graduação em Ciências Sociais/UFSCar.**

NOTAS

1 - As pesquisadoras são graduandas em Ciências Sociais na UFSCar e são/foram orientandas de iniciação científica de Igor José de Renó Machado. Agradecemos o trabalho de todas.

2 - Tratamos aqui apenas de famílias no começo do “ciclo familiar” (Fortes, s.d.) e de emigração de casados, solteiros/as com filhos ou divorciados com filhos. Há, obviamente, muitos que emigram solteiros, aos quais essa análise que propomos deve ser reavaliada e ponderada.

3 - Para uma análise do dinheiro como um fluxo de substância que mantém a existência da família à distância, ver Machado (2006).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, G. O.

(1999) “Estar Aqui..., Estar Lá...: Uma Cartografia da Emigração Valadarenses para os EUA”. In: SALES & REIS (orgs). *Cenas de Um Brasil Migrante*. São Paulo, Boitempo Editorial.

CASA DO BRASIL DE LISBOA

(2004) A ‘2ª vaga’ de imigração brasileira para Portugal (1998-2003), Estudo de opinião a imigrantes residentes nos distritos de Lisboa e Setúbal.

FORTES, Meyer

(s. d.) *Ciclo de Desenvolvimento do Grupo Doméstico*. Brasília, UnB, Textos de Aula, Antropologia 6.

FUSCO, Wilson

(2001) “Redes sociais nas migrações entre Governador Valadares e os Estados Unidos”. In: CNPD, *Migrações Internacionais - contribuições para política*. Brasília, CNPD.

MACHADO, I. J. R.

(2005) “Implicações da imigração estimulada por redes ilegais de alojamento - o caso dos brasileiros em Portugal”. *Iha, Revista de Antropologia*. Vol. 7, nº 1 e 2.

MACHADO, I. J. R.

(2005/2006) Projeto “Família e emigração: novas conexões entre Portugal e Governador Valadares” (CNPq – Processo 401739/2004-0 – Edital 34/2004).

MACHADO, I. J. R.

(2006) “Laços de sangue e fluxo de dinheiro: notas sobre o parente ausente no contexto migratório transnacional Portugal/Governador Valadares”. In: *25ª Reunião Brasileira de Antropologia*. Goiânia, 11 a 14 de junho. v. CDROM.

OLIVEIRA, Sérgio.

(2006) “Sem lenço nem documento: brasileiros não-documentados em Portugal”. In: MACHADO, I.J.R. (org.) *Um mar de identidades: imigração brasileira em Portugal*. São Carlos, Edufscar.

PEIXOTO, J. & FIGUEIREDO, A.

(2006) “Imigrantes brasileiros e mercado de trabalho em Portugal”. In: MACHADO, I.J.R. (org.) *Um mar de identidades: imigração brasileira em Portugal*. São Carlos, Edufscar.

SCUDELER, Valéria Cristina

(1999) “Imigrantes valadarenses no mercado de trabalho dos Estados Unidos”. In: REIS, R. R. & SALES, T. (orgs.). *Cenas do Brasil Migrante*. São Paulo, Boitempo Editorial, p. 193-232.

SOARES, W.

(1999) “Emigração e (I) mobilidade Residencial: momentos de ruptura na reprodução/continuidade da segregação social no espaço urbano”. In: SALES, T. & REIS, R. R. (orgs). *Cenas de um Brasil Migrante*. São Paulo, Boitempo Editorial.

TECHIO, Káchia

(2006) “Pizza sabor identidade: brasileiros evangélicos em um restaurante na Costa da Caparica”. In: MACHADO, I.J.R. (org.) *Um mar de identidades: imigração brasileira em Portugal*. São Carlos, Edufscar.

BRASILEIRINHOS LONGE DE CASA

ENTRE SONHO E REALIDADE

Bianka Pires André *

“Estava quieto no meu país, Brasil, com certeza o melhor país do mundo, era muito feliz, mas chegou um certo dia que minha mãe me chamou para conversar, pensei que era alguma coisa que eu tinha feito no colégio, na rua, ou até em casa, mas não, era para falar que a gente ia mudar de casa e também de país. Primeiro era para Portugal, pelo idioma e porque tinha uma amiga nos esperando, mas depois resolveu que era para Espanha, porque também tem um amigo esperando e porque é um país mais rico e porque temos mais chance de voltar mais rápido.” (Redação de André, 13 anos, 9 meses em Barcelona)

Assim como aconteceu com André, é mais ou menos dessa maneira como começa a história de muitos brasileiros¹ que deixam o país para empreender um projeto migratório idealizado por seus pais. Os projetos de imigração são planejados a partir de sonhos ou necessidades de uma família a fim de conseguir a chamada “vida melhor”. Por este motivo, muitas pessoas se deslocam de suas cidades de origem até cidades economicamente favorecidas com a intenção de realizar projetos laborais, acadêmicos ou de outra natureza. No entanto, a imigração é um projeto dos pais, não dos filhos. Mota, em sua pesquisa sobre o bilingüismo em crianças brasileiras residentes nos EUA, diz que os filhos são um tipo de *imigrantes involuntários* (Mota, 1999, p. 76). Na realidade, parece que os filhos costumam ser o real motivo do traslado, como relatou uma mãe na entrevista: “*Eu vim por eles, por mim eu não estaria aqui. Eu e meu marido tínhamos a nossa*

casa e não vivíamos mal, mas eles precisavam de uma educação melhor, de um futuro melhor.”

Ao chegar na cidade de destino, com o passar do tempo, os novos residentes vão percebendo que terão que encarar um processo relativamente longo até poderem atingir seus objetivos. É começar do zero. O salto em direção ao desconhecido implica para todos os membros da família aprender novo idioma, novos códigos sociais, econômicos e culturais; implica diferentes aprendizagens que, muitas vezes, podem não ser levadas em consideração quando ainda se está do outro lado da fronteira (Anisef & Kilbride, 2003, p. 29). O objetivo deste artigo é relatar as percepções e experiências sócio-educativas de um grupo de adolescentes brasileiros que acompanharam seus pais em uma aventura migratória para Barcelona.

Os adolescentes participantes de minha pesquisa doutoral tinham entre 12 e 16 anos, estavam matriculados na

educação secundária de escolas públicas e privadas na cidade de Barcelona, tinham um tempo de residência que variava entre 6 meses e 6 anos e eram provenientes de distintas cidades brasileiras. O trabalho de campo consistiu em observações na hora do recreio e em algumas aulas, acompanhamento a saídas escolares, entrevistas aos adolescentes e aos respectivos pais e professores, assim como elaboração de uma redação que explicasse sobre a vida deles em Barcelona e a construção de uma rede de amigos.

ATERRIZANDO

Chegando em Barcelona, ao relatar um pouco de suas experiências, muitos dos adolescentes brasileiros reconstruíam as histórias desde o momento em que receberam a notícia: “Vamos morar na Espanha!” Entre ilusão e desilusão, contavam sobre as malas, um amigo dos pais que os esperaria no aeroporto, um

familiar que já estava vivendo na cidade de destino antes, sobre o medo ou a excitação por voar de avião pela primeira vez, a tristeza por deixar os amigos, a expectativa de conhecer um país “rico”, as aulas de espanhol de última hora, a dura despedida da família que ficaria para trás, enfim, relatavam as esperanças e incertezas de quem embarca em uma viagem para uma vida supostamente “melhor”. Uma viagem que em um primeiro momento não estava em seus planos juvenis.

Entre uma conversa e outra, os adolescentes brasileiros compartilharam as imagens que faziam da Espanha antes da viagem, como sendo um país onde só havia pessoas ricas, bonitas e educadas; onde tudo era bom e eles poderiam ter tudo o que quisessem. Ao se deparar com uma sociedade que não era tão “maravilhosa” como imaginavam, cada um no seu dia a dia começava a descobrir Barcelona da sua maneira e a realizar uma leitura mais pessoal e realista de como era a nova cidade onde viveriam. Ao aterrizar no *velho mundo*, e de maneira quase que imperceptível, seus sentidos iam recorrendo os distintos aromas, cores, sabores, formas de expressão, modos de vestir, de falar; distinguiam paisagens, formas, arquiteturas e outros aspectos mais. Entre as comparações, os olhares circulavam de um extremo ao outro a fim de encontrar um ponto em comum, uma familiaridade, um *porto seguro*.

A partir do momento em que o novo contexto é pouco a pouco interiorizado e passa a fazer parte do cotidiano desses adolescentes, eles já são capazes de formular suas próprias opiniões sobre o entorno, tendo sempre como referência as experiências no país de origem. Depois de aterrizarem, pelo tempo que já estavam vivendo em Barcelona, e, muito motivados pela curiosidade em descobrir as novidades que ainda lhes reservava a nova sociedade, os brasileirinhos foram expressando de maneira muito espontânea as descobertas

que estavam realizando ao longo de sua estada.

Vejam, a seguir, algumas opiniões:

♦ “*A comida aqui é estranha.*” (Thaís, 13 anos, 6 meses em Barcelona)

♦ “*As pessoas às vezes são estúpidas, falam alto e falam muito palavrão.*” (Eduardo, 16 anos, 1 ano e 2 meses em Barcelona)

♦ “*Aqui a gente tem mais liberdade, você pode fazer o que você quiser e ninguém te diz nada, nem a polícia. O problema é que os meninos começam a fumar e usar drogas muito cedo.*” (Juliana, 13 anos, 5 anos em Barcelona)

♦ “*Algumas pessoas são racistas e te olham com cara feia...*” (Carla, 14 anos, 6 anos em Barcelona)

♦ “*Me dava raiva quando eu via o anúncio de um carro novo na televisão e no outro dia ele já estava na rua.*” (Victor, 13 anos, 1 ano e 2 meses em Barcelona)

♦ “*A televisão é ruim, as músicas têm todas o mesmo ritmo e as meninas são feias.*” (André, 13 anos, 9 meses em Barcelona)

♦ “*Podemos ter amigos de muitos países e isto é ótimo!*” (Marta, 15 anos, 3 anos e meio em Barcelona)

♦ “*O bom é que não tem violência e minha mãe deixa eu sair com as minhas amigas...*” (Caroline, 14 anos, 1 ano e 2 meses em Barcelona)

Estes tipos de comentários aparentemente “infantis” e pouco profundos ou pertinentes denotam o grau de percepção dos adolescentes em relação à nova sociedade em que estão vivendo. Vale a pena destacar que o tempo de residência também influencia de maneira significativa no tipo de comentário que fazem. Com o passar do tempo alguns mudam de opinião e a comida deixa de ser tão esquisita como no princípio. Em compensação, outros reafirmam ainda mais suas opiniões em função das experiências que vivem como no caso de racismo, por exemplo. O que deixa claro que suas inferências podem

ser muito mais críticas que “infantis”.

Ao fazer uma leitura dessas opiniões, pode-se constatar o que este grupo de adolescentes observa: uma sociedade livre, no que diz respeito à maneira peculiar de como as pessoas se expressam; uma sociedade culturalmente diversa, já que alberga distintos grupos culturais, além dos próprios autóctones; uma sociedade pacífica, pelo baixo índice de violência; uma sociedade com bom poder aquisitivo e um tanto quanto racista. Observa também que a maneira de se divertir pode ser que seja diferente, já que alguns não gostam do estilo televisivo ou musical que encontraram, e que a gastronomia não é que seja tão distinta, porém, a maneira de prepará-la sim que o é.

No que se refere ao tratamento pessoal, os garotos e garotas opinam que o tratamento que os autóctones costumam dar aos demais está relacionado com a origem de cada um. Eduardo comentava, por exemplo, que os brasileiros sempre eram bem tratados pelos colegas na escola, enquanto que nem sempre os colegas marroquinos ou equatorianos recebiam o mesmo tipo de tratamento por parte destes colegas. Este tipo de impressão pode ser também fruto da imagem “positiva” que os adolescentes brasileiros percebem que o Brasil tem na Espanha, sobretudo em Barcelona, pela presença dos jogadores brasileiros nos clubes espanhóis que reforçam o estereótipo do *povo brasileiro como alegre e simpático*, facilitando desta maneira o intercâmbio cultural.

A percepção dos brasileirinhos sobre a sociedade receptora está essencialmente baseada nas suas experiências diárias, desta maneira, também são idéias que vão mudando e/ou vão sendo reforçadas de acordo com o grau de implicação deles dentro da sociedade receptora. No entanto, pelas observações, a visão que eles têm sobre o novo entorno não parece influenciar na totalidade o comportamento social que eles podem chegar a ter. Pode-se dizer

que, ainda que um dos adolescentes participantes tenha tido uma opinião mais ou menos “negativa” da sociedade receptora, não significa que também tenha tido uma má conduta frente a ela.

MINHA VIDA EM BARCELONA...

Ao descrever mais ou menos a dinâmica de suas vidas em uma redação solicitada ao longo da pesquisa, os adolescentes deixavam claro suas fontes de alegrias e ansiedades diante da nova vida. Falaram de aspectos mais concretos que eles gostavam da cidade como pontos turísticos como a *Catedral*, *Sagrada Família* ou *Camp Nou* (Campo do Barcelona), assim como de outros aspectos que eles não gostavam como o clima no inverno ou algumas praias sujas. No entanto, os novos amigos e as atividades que faziam juntos como: ir ao cinema, shopping, discoteca, passear pelo bairro, jogar futebol, basquete ou *playstation*, além de dormir na casa dos amigos, foram o principal destaque. Marta chegou a comentar na sua redação que em Barcelona tinha tantas atividades para se fazer que ela nunca ficaria entediada.

De acordo com as redações, o diferencial na vida desses brasileiros estava marcada pela diversidade cultural das amizades que tinham, pela oferta de lazer, pela dinâmica de intercâmbio que se produzia em alguns bairros, pela aprendizagem dos idiomas locais e também pela vida escolar. Ainda que nos finais de semana os participantes tivessem oportunidade para sair e conhecer mais da cidade, o contato maior e mais direto com a sociedade em si era feito através da escola. Vale a pena destacar também que nem sempre os pais tinham condições financeiras para proporcionar muitos momentos de lazer.

“Eu gosto muito daqui tem seus lados negativos mas tem mas lados positivos. Por que eu gosto das

linguas e das pessoas eu adoro con viver com pessoas de outros lugares como de Marrocoos, Polonia, latinos, etc... Agora eu adoro esse lugar os pontos turísticos de aqui me encanta meu favorito e meu Casal, minha escola, principalmente meu bairro, Montjuic y a Praça Espanha.” (Redação de Thaís, 13 anos, 6 meses em Barcelona)

“A minha vida en Barcelona e boa e divertido eu gostei muito daqui do bairro que eu to vivindo, eu gosto muito da minha escola, ainda nao conheço muito Barcelona mais eu garanto que eu vou pro Brasil so para passia.” (Redação de Luciano, 12 anos, 1 ano e dois meses em Barcelona)

“En resumen eu gosto muito da minha vida aquí en Barcelona, mas se alguen diz que me vai dar uma passagem para voltar pro Brasil eu aceito na hora.” (Redação de Mariana, 13 anos, 1 ano e meio em Barcelona)

Enquanto Luciano pensava em voltar ao Brasil só de férias por se encontrar tão à vontade na nova cidade, a angústia de alguns adolescentes como Mariana que voltaria para casa se pudesse, por exemplo, era a de não ter por perto os seus familiares como tios, primos e avós. Outras inquietudes expressadas pelos participantes também estavam relacionadas às condições de moradia por dividir a casa com outros membros da família, o que se chama de “moradia familiar complexa” (Menezes, 2003, p.164), ou pelo fato de morarem em casas muito pequenas, em comparação com as que tinham antes.

Outro aspecto muito significativo nesse processo de mudança de um entorno cultural ao outro é a vida escolar. Aprender como funciona a dinâmica do centro escolar, dominar os códigos linguísticos, acostumar-se aos horários, conhecer a maneira de trabalhar dos professores, dos colegas de classe, e dentro de tudo isso conquistar um espaço próprio, leva o seu tempo. A adaptação à vida escolar local é um processo pelo

qual todo aluno estrangeiro tem que passar e, dependendo das características pessoais de cada um e do tipo de apoio que recebem em casa, pode ser um processo mais rápido ou mais lento. Besalú e Climent chamam a atenção ao fato de que nesta fase de adaptação às novas formas de vida sempre faz falta algum tipo de renúncia aos hábitos anteriores, algum tipo de sacrifício (Besalú & Climent, 2004, p. 26).

Neste sentido, os informantes pouco a pouco foram revelando seus processos de adaptação escolar, sobretudo no que se refere às dificuldades iniciais com os novos idiomas. Como em Barcelona há duas línguas oficiais, catalão e espanhol, não foi nada fácil para os brasileiros terem que aprender as duas línguas “de um dia para o outro”. Inclusive nas redações pode-se notar a mistura que alguns fazem entre uma língua e outra. Leonardo, em uma atitude mais exagerada, chegou a comentar que memorizou todas as palavras de um pequeno dicionário português-espanhol que sua mãe tinha comprado, no intuito de entender pelo menos a televisão.

Um fator que influenciou muito para que os adolescentes se desenvolvessem mais ou menos lingüísticamente, além da facilidade ou não para os idiomas, foi o fator desinibição. Os informantes mais tímidos tinham mais dificuldades para se comunicar com os demais, atrasando desta maneira a sua aprendizagem. Segundo Mariana:

“No começo foi um pouco ruim. Claro, eu cheguei na escola e não entendia nada, eu tinha vergonha de falar alguma coisa errada, então eu demorei um pouco para me relacionar com todo mundo porque eu pensava “ah, eu vou falar errado e eles vão rir de mim...”. Aí quando eu fui pegando mais o castellano eu comecei a falar mais. No começo eu falava só com a Gaby e com a Nancy, porque como elas entendem o português, eu errava, elas me ajudavam...” (Mariana, 13 anos, 1 ano e meio de Barcelona)

Ao contrário, os adolescentes mais comunicativos já não tinham tanto medo de equivocar-se e aprendiam com mais rapidez. Vale a pena destacar que no Sistema Educativo Espanhol, os alunos estrangeiros quando chegam costumam ficar um determinado tempo numa turma especial chamada “aula de acolhida” para aprender a língua local. No caso de Barcelona, os alunos aprendem primeiro catalão que é a língua oficial da escola e o espanhol vão aprendendo pouco a pouco com os novos amigos. É interessante ressaltar também que, como afirma o casal de pesquisadores Suárez-Orozco (2003), há uma grande diferença entre manter um nível superficial de conversa com os amigos, nesse caso se expressando em *portunhol* em um primeiro momento, e ter um nível de competência necessário para compreender as novas matérias e poder expressar-se corretamente tanto na fala, quanto na escrita, por isso a dificuldade de muitos adolescentes (Suárez-Orozco & Suárez-Orozco, 2003, p. 231).

O horário escolar também foi apontado como uma dificuldade na hora de realizar uma boa adaptação escolar. Acostumados a estudar somente uma jornada, manhã ou tarde, ao se depararem com uma jornada intensiva de estudos que variava entre seis e sete horas diárias, além das horas dedicadas aos trabalhos de casa, os brasileiros se queixavam bastante desta dinâmica tão intensa.

“É chato, né! porque você tem que estudar assim de manhã e de tarde, a coisa fica muito chata. Então eu acho que assim, para poder estudar as mesmas horas, podíamos estar de manhã às 7 horas e que ficássemos à tarde livre. Eles também passam muitos deveres, tem muita coisa para estudar, e assim teríamos mais tempo também para descansar... é uma carga muito pesada.” (Raquel, 12 anos, 3 anos e meio em Barcelona)

Por outro lado, o bom relacionamento com os colegas de classe, na maioria dos casos, e as atividades e saídas escolares,

parecem ter sido a parte mais fácil para adaptar-se. Dentro das experiências explicadas, os amigos ocupavam um lugar destacado na vida destes adolescentes, tanto quando os ajudavam nas tarefas escolares e na comunicação, segundo comenta Thaís, como pela necessidade natural que os adolescentes têm em compartilhar a mesma “cultura adolescente”. Ter um grupo de amigos tanto fazia com que os adolescentes brasileiros não se sentissem diferentes dos demais, como lhes proporcionava um maior sentido de pertença ao novo entorno.

“Minha vida mudou muito, mas muito mesmo. Quando cheguei aqui não gostava da cidade, e não tinha nenhum amigo não conhecia ninguém, ou melhor nada. Mas agora já tenho muitos amigos e eles forão as pessoas que mas me derão força em este tempo. Eles me incentivarão e me insinarão um pouco do que eu sei, por isso sou muito grata por eles.” (Redação de Thaís, 13 anos, 6 meses em Barcelona)

No que se refere aos resultados escolares, os adolescentes brasileiros que tinham uma boa dinâmica de estudo no Brasil e tiravam boas notas, em Barcelona, ainda que considerassem elevado o grau de dificuldades das matérias, depois de um tempo pessoal de adaptação costumavam manter o mesmo nível que tinham no Brasil. Por outro lado, os alunos que não tinham uma disciplina de estudos no Brasil, ainda que considerassem o grau das matérias suficiente na hora de acompanhá-las, tendiam a não manter o nível regular que tinham no país de origem, apresentando, aliás, um rendimento escolar mais baixo devido às dificuldades naturais, como o idioma, por exemplo.

ENTRE VANTAGENS E DESVANTAGENS

A imigração tem o seu preço. Por mais que o projeto imigratório seja dos pais e não dos filhos, toda a família

termina por arcar com os resultados desse projeto. Junto com todas as mudanças de um entorno cultural ao outro, estão também as vantagens e desvantagens que fazem parte do curso natural da vida, independente de onde uma pessoa esteja localizada. Dentro desta perspectiva, os brasileiros destacaram como pontos positivos em sua viagem migratória as oportunidades laborais e acadêmicas que se apresentam, o maior poder de compra, a segurança e as atividades culturais. Os pontos considerados como negativos dentro deste processo foram o excesso de trabalho dos pais, menos tempo em família, mais horas de aula, mais responsabilidades em casa, habitação pequena e a distância familiar.

Para estes rapazes e moças, nem sempre é tão fácil poder avaliar se há mais vantagens ou desvantagens em estar longe de casa. Eles sabem que agora têm umas coisas e não têm outras, mas parece que não estejam de tudo “maduros” para avaliar o processo em sua totalidade. Eles avaliam a partir dos aspectos que os beneficiam ou não, em um determinado momento. Além do mais, o que pode ser desvantagem para um deles não significa que tenha o mesmo peso de desvantagem para outros, ou vice-versa.

Foi interessante observar, por exemplo, a divergência de opinião entre dois irmãos na hora de explicar o que havia mudado em suas vidas ao ir morar em Barcelona. Enquanto que para Leandro de 15 anos a mudança havia sido muito positiva pelo fator econômico, agora ele tinha um *playstation*, para Victor de 13 anos, a mudança havia sido negativa porque eles agora viviam numa casa pequena, com muita gente e seu pai havia ficado no Brasil. Por outro lado, tanto para Caroline de 14 anos, como para seu irmão Luciano de 12, a mudança havia sido muito positiva pela qualidade do ensino que eles estavam recebendo e pela segurança da cidade. Caroline comentava que seus professores eram muito bons e que além do mais, não faltavam às aulas como faziam seus professores na cidade de origem pelas

greves escolares. Os irmãos Perez também ressaltam que por haver mais segurança na cidade de destino seus pais permitiam que eles saíssem mais com os amigos, coisa que na cidade de origem não acontecia.

Dos aspectos negativos que mais se queixavam os adolescentes era o fato de mal verem os seus pais, pelo excesso de trabalho. Este sentimento de "abandono" também é experimentado por muitos *brasileirinhos* nos EUA devido às mesmas circunstâncias dos *brasileirinhos* em Barcelona - dos pais trabalharem muito (Sales & Loureiro, 2004, p. 231). André de 13 anos comentava que para ele a mudança havia sido para pior porque ele agora estudava mais, quase 7 horas ao dia, e seus pais também trabalhavam mais, entre 10 e 12 horas, tendo pouco tempo para estarem todos juntos. Como irmão mais velho, ele também terminava por ajudar a tomar conta dos irmãos menores de 10 e 4 anos. Porém, o adolescente também era consciente que a família ainda estava no período inicial do processo migratório, eram os "primeiros meses" como comentava ele, época de ajustes e transições. Sua angústia ao perceber tudo somente pelo lado negativo é bastante compreensível, afinal são suas perdas pessoais. Thaís, ao estar na mesma época inicial de transição, já assume uma postura diferente daquela de André.

"A minha mãe veio com a intenção de ganhar dinheiro e ter uma vida melhor, mas para mim a vida tá pior e com menos dinheiro... tá nos primeiros meses ainda... não tá tudo certo, sei lá!" (André, 13 anos, 9 meses em Barcelona.)

"Mas agora eu vejo que valeu a pena eu ter vindo para cá porque aqui eu posso aprender coisas novas, na verdade, tudo, cultura nova, vida nova, amigos novos..." (Thaís, 13 anos, 6 meses em Barcelona.)

Parece ser que Thaís assumiu o projeto de seus pais para sua vida e quer tirar proveito das oportunidades que a

vida está brindando a ela. Não obstante, não quer dizer que ela também não passe por algumas dificuldades. A diferença é que ela decidiu enfrentar a situação desde outra perspectiva, ao contrário de André que ainda estava procurando um espaço dentro do projeto dos seus pais. As vantagens e desvantagens fazem parte do cotidiano de todo ser humano, porém quando uma pessoa está assentada em um contexto cultural que não é o seu de origem, parece que estas duas vertentes assumem proporções que nem sempre são tão fáceis de manejar.

COMENTÁRIOS FINAIS

Com o aumento da imigração brasileira para distintas sociedades no mundo, o objetivo deste artigo era dar a conhecer as experiências de um grupo de adolescentes brasileiros em Barcelona, a fim de somar com as poucas pesquisas que existem sobre os filhos desses brasileiros e brasileiras em migração, sobretudo na Europa.

A mudança de uma cidade a outra em busca de uma "vida melhor" supõe mudanças que vão mais além do espaço geográfico em si mesmo. Quando uma família deixa a cidade de origem para empreender um projeto migratório, independente dos motivos e dos destinos, muitas vezes se depara com uma realidade à qual nem sempre é fácil de se adaptar. É um projeto que deveria ser muito bem pensado e repensado antes de ser posto em prática. Entre o almejado sonho de imigração, como resolução de todos os problemas, e a realidade que se enfrenta na cidade de destino, há uma grande distância a ser percorrida. Distância esta que os *filhos da imigração* não pediram para percorrer. Entre o sonho e a realidade, como vimos ao longo do texto, infelizmente, nem todos os finais são "felizes".

* **Bianka Pires André é Doutora em Ciências da Educação pela Universidade de Barcelona e Pesquisadora vinculada ao Dpto.**

de Arqueologia e Antropologia / Ititución Mila y Fontanals (CSIC).

NOTA

1 - O termo *brasileirinhos* foi utilizado durante a pesquisa como uma forma carinhosa de nos dirigirmos aos participantes e foi mantido aqui com a intenção de não conferir a eles o status de "imigrantes brasileiros". No que se refere ao título, o mesmo faz alusão ao livro de Teresa Sales (1999) *Brasileiros longe de casa*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANISEF, Paul & KILBRIDE, Kenise
(2003) *Managing two worlds: The experiences & concerns of immigrant youth in Ontario*. Toronto, Canadian Scholars Press Inc.
- BESALU, Xavier & CLIMENT, Teresa (Eds.)
(2004) *Construint identitats. Espais i processos de socialització dels joves d'origen immigrant*. Barcelona, Editorial Mediterrànea.
- MENEZES, Gustavo
(2003) "Filhos da Imigração: A Segunda Geração de Brasileiros em Connecticut". In: BRAGA, Ana Cristina Martes and FLEISCHER, Soraya (eds.). *Fronteiras Cruzadas: Etnicidade, Gênero e Redes Sociais*. São Paulo, Editora Paz e Terra, p. 157-173.
- MOTA, Kátia
(1999) *Imigrantes brasileiros nos Estados Unidos: Trajetoria de identidades em uma situação de bilinguismo*. Brown University.
- SALES, Teresa & LOUREIRO, Márcia
(2004) "Imigrantes brasileiros adolescentes e de segunda geração em Massachusetts, EUA". *Revista Brasileira de Estudos da População*, v. 21, n.2, jul./dez, p. 217-239.
- SALES, Teresa
(1999) *Brasileiros Longe de Casa*. São Paulo, Cortez Editora.
- SUÁREZ-OROZCO, Carola & SUÁREZ-OROZCO, Marcelo
(2003) *La infancia de la inmigración*. Madrid, Morata.

“EU SOU DAQUI, MEUS PAIS NÃO!”

*Sílvio Marcus de Souza Correa **

*Karin Elinor Sauer ***

*Carina Santos de Almeida ****

Nas últimas décadas, houve um aumento dos estudos sobre juventude no Brasil, especialmente no campo da sociologia. Até a década de 70, de um modo geral, havia poucos trabalhos sobre a questão juvenil no Brasil. Mas refletir sobre a condição juvenil implica uma compreensão polissêmica da juventude. No Brasil, há jovens que residem em espaços distintos: cidades pequenas, médias e grandes, meio rural e urbano. Assim, a juventude brasileira apresenta inúmeras formas de diferenciação como gênero, pertencimento étnico, origem social e geográfica. Tal diversidade não é apanágio de jovens metropolitanos. Nas cidades de pequeno e médio porte tem-se uma juventude plural em espaços singulares, onde a condição juvenil não é homogênea (Catani, 1998; Vasconcelos, 2002; Correa, 2007; Novaes, 2006).

Se, por um lado, a juventude apresenta condições desiguais em termos sócio-econômicos, culturais e espaciais, a desigualdade advinda pela trajetória de jovens marcada ou não

pela migração também se manifesta na sociedade ampla. Os jovens relacionados à migração, direta ou indiretamente (via parental), apresentam trajetórias ou mesmo narrativas familiares similares em alguns aspectos. Entre os jovens migrantes e aqueles de “segunda geração”, as diferenças podem se expressar, por exemplo, pelo tempo de residência na sociedade acolhedora.

Os jovens que aqui chamamos de “segunda geração” ou “filhos da migração” possuem sentimentos diferentes de pertencimentos do que aqueles dos jovens migrantes. Este estudo sobre a migração para a cidade de porte médio de Santa Cruz do Sul (RS) tem por base empírica entrevistas coletivas (grupos focais) e seu objetivo principal foi detectar os pontos de aproximação e/ou de distanciamento existentes entre os jovens com trajetória biográfica (inter ou intra-geracional) marcada pela migração. As impressões acerca da inserção, pertença, integração e satisfação de jovens migrantes ou de “segunda geração” têm também suas

idiosincrasias.

JUVENTUDE AUTÓCTONE, PARENTELA ALÓCTONE

A condição juvenil numa cidade de porte médio no Rio Grande do Sul

A juventude, assim como as demais épocas da vida, é uma construção social e cultural de limites não muito nítidos. A juventude tem um caráter de “limite” por estar entre as margens móveis da dependência infantil e a autonomia da idade adulta, sua natureza é fugidia e está carregada em seu aspecto cultural em todas as sociedades: significados simbólicos, promessas e ameaças, potencialidades e fragilidades. Sua condição é de transitoriedade, ou mesmo relatividade, não sendo possível definir previamente o início e nem o término da condição juvenil. O reconhecimento do espaço da juventude não permite definir plenamente seus direitos e deveres, acarretando por fim numa ambigüidade. Os jovens estão em processo de elaboração de uma iden-

tidade própria ou de uma individualização. Possuem uma qualidade provisória, modo muito particular da juventude, visto que tais indivíduos não pertencem a este grupo etário, mas o atravessam (Abramo, 1994; Levi e Schmitt, 1996).

Esta condição de transitoriedade é também de inconstâncias, a vida dos jovens é marcada pelas discontinuidades e flutuações. Nesse sentido estão orientados pelo presente, pois o futuro muitas vezes fracassa em oferecer possibilidades. Em comparação com as gerações mais velhas, a condição juvenil se orienta por rotas de ruptura ou de desvio, enquanto que os primeiros já possuem caminhos e valores de segurança que guiam suas vidas (Pais, 2006).

O termo juventude não deve ser reduzido a uma faixa de idade, a uma fase do ciclo biológico em que um desenvolvimento físico é bastante característico. Há uma dimensão sócio-cultural da juventude e que abarca inúmeras mudanças psicológicas, sociais e culturais. Quando a condição juvenil é marcada pela migração, a integração social se reveste de outra dimensão.

Os jovens de “segunda geração”, herdeiros dum processo de mobilidade espacial, podem se encontrar num espaço que adquire certa “naturalidade”, mas que pode não se referir à sua origem ancestral, ao passado, ou mesmo, à memória de sua ascendência. Os jovens de “segunda geração” podem ter um forte sentimento de pertencimento à sociedade de destino dos pais. Esse sentimento depende de certas experiências de socialização que ocorrem no cotidiano da escola, do bairro, do clube, etc. Tal vínculo social pode fazê-los sentir necessidade de romper com um passado, uma origem, uma história ou memória familiar que remeta a outro(s) pertencimento(s)

(Sauer, 2007).

Os primeiros jovens autóctones de Santa Cruz do Sul tinham uma parentela alóctone, já que foram imigrantes alemães que fundaram a colônia de Santa Cruz em 1849. Com o crescimento urbano-industrial do século passado, a cidade se tornou ponto de destino de uma migração intra e inter-regional. Assim, o estoque germânico foi se reduzindo e uma população mais heterogênea em termos étnicos aumentou na capital regional do Vale do Rio Pardo (RS). Se os jovens migrantes formam um subgrupo expressivo entre a juventude de Santa Cruz do Sul, a maioria dos jovens autóctones tem parentela alóctone.

QUEM SÃO OS JOVENS HERDEIROS DA MIGRAÇÃO?

A migração oxigena uma sociedade

Os jovens chamados de “segunda geração” ou “filhos da migração” podem apresentar maiores vantagens de integração social que seus pais. Da mesma forma se distinguem dos jovens migrantes, visto que estes últimos têm muito presente na sua relação com a nova cidade a questão da migração. Em geral, essa relação é do rural para o urbano, de uma pequena cidade à capital regional. A geração nascida depois da migração apresenta, em sua grande maioria, um sentimento de pertencimento que pode nunca ocorrer com os jovens migrantes.

No caso da capital regional do Vale do Rio Pardo, localizada na região central do Estado do Rio Grande do Sul, com pouco mais de 100 mil habitantes, a migração inter e intra-regional se intensificou a partir da década de setenta do século XX. A

consolidação do complexo agro-industrial tabagista foi um importante fator de atração dessa migração. No censo do IBGE de 2000, o município possuía uma população de quase 40% de migrantes, sendo que 85% fixaram residência no município neste período.

No último quartel do século XX, a população urbana de Santa Cruz do Sul ultrapassou a rural. A cidade teve seu perímetro urbano ampliado. Na zona sul da cidade tem-se a maior densidade demográfica e o maior número de famílias residentes com origem alóctone. Boa parte dessa população tem como atividade econômica serviços não qualificados e empregos vinculados às indústrias fumageiras que se concentram no distrito industrial. Muitos migrantes passaram por um processo de proletarização, deixando o campo e as atividades agrícolas para a periferia urbana e para as atividades industriais.

Em Santa Cruz do Sul, os migrantes fazem parte de uma história recente, ou seja, são presente e futuro, e não passado e origem. A questão da história e da memória alicerça-se na questão temporal, assim, a falta de vínculo com o passado da cidade, é, talvez, justificativa para estar fora da memória coletiva da cidade, mesmo sabendo que cada indivíduo possui uma memória individual e se encontra fisicamente inserido na sociedade. A ressalva em relação ao deslocamento familiar está no nascimento de uma nova geração, que pode necessariamente não apresentar dificuldades de pertencimento.

Acredita-se que a migração contribua para oxigenar uma sociedade, como também pode comprometer e implicar diretamente no desenvolvimento da mesma, como é o caso de Santa Cruz, onde o trabalho do migrante foi motivado pela economia agroindustrial transnacional e

contribuiu, decisivamente, para o processo de urbanização da cidade, provocando transformações consideráveis nos espaços urbanos – território (Correa, 2002; Silveira, 2000).

Em Santa Cruz do Sul, os migrantes residentes há mais tempo e que participam de associações, sindicatos e clubes, acabam tendo uma maior integração social e cultural do que os migrantes recém-chegados. A própria união conjugal com habitantes locais corrobora para a integração do migrante, mas, a integração deste depende, sobretudo, da melhoria de vida em termos sócio-econômicos, visto que isto permite participação nos diversos campos da sociedade local. Em condição contrária, sua participação será aleatória e fortuita (Correa, 2002).

A questão da geração é fundamental quando se estuda a juventude, ela tematiza o problema da “herança cultural” da mesma forma que a questão do “estilo” como produto do “sentir, pensar e agir”; ao analisar jovens de “segunda geração” está-se levando em consideração a geração, mas, sobretudo, a localização dos mesmos. A geração se refere ao pensamento, sentimento, comportamento, partilha de experiências dos indivíduos pesquisados que se situam ou se encontram numa dada região geográfica e cultural, mas sua similaridade reside na questão etária e neste caso, na condição de jovens filhos de migrantes (Abramo, 1994).

QUEM SÃO OS JOVENS DE ALHURES, QUEM SÃO OS JOVENS DAQUI?

Essas reflexões sobre a juventude de “segunda geração” são resultados de um estudo com base em entrevistas

com 31 jovens nascidos nos anos de 1988, 1989, 1990 e 1991, com idades entre 16 a 19 anos. Os jovens pesquisados eram estudantes do terceiro ano do ensino médio e foram entrevistados, num primeiro momento, individualmente para, num segundo momento, serem entrevistados coletivamente (quatro grupos distintos: cada grupo era composto por jovens na condição de “migrantes” e de “segunda geração”). As entrevistas foram realizadas no ambiente escolar dos jovens, em três escolas da rede pública estadual e uma escola da rede privada localizadas em diferentes bairros da cidade de Santa Cruz do Sul/RS. Assim, as entrevistas que apontam as opiniões (coletivas) dos jovens a partir de suas trajetórias e experiências individuais, foram concretizadas com a utilização da técnica conhecida como grupos focais.

Dois questões abrangentes foram consideradas sobre os jovens “migrantes” e “segunda geração”: a questão da “memória” (passado, origem, história) e a questão do “pertencimento” (identificação com a cidade). Buscou-se saber sobre os jovens (coletivo), como se sentiam em relação à cidade de Santa Cruz do Sul: gostam da cidade, desejam permanecer morando, sentem-se “santa-cruzenses”, e, por outro lado, se os mesmos sabem a história, o passado e a origem familiar e como se sentem em relação ao “esquecimento” do passado. Nesse sentido, surgiram questões substanciais que apontam diferenças e semelhanças entre jovens.

Através das entrevistas, percebeu-se uma distinção entre jovens “migrantes” e jovens de “segunda geração”. Esses jovens se diferem pelas narrativas de suas trajetórias ou histórias de vida familiar, nas quais o vínculo com a cidade de Santa Cruz do Sul pode remontar a uma ou mais

gerações. Mas a maioria dos jovens faz pouca referência ao passado ancestral.

Os jovens que se encontram nesta condição de “sem passado” em Santa Cruz possuem, como todos os indivíduos, uma ascendência, uma história, mas necessariamente, não apresentam uma memória familiar no sentido de rememoração. O que prevalece entre os jovens é uma diminuta preocupação com o seu passado e suas origens, talvez isto seja o fator que contribua para que, mesmo não tendo vínculos de origem com o passado e a história do município em que estão inseridos, consigam não se diferenciar dos “outros jovens santa-cruzenses” e, assim, considerarem-se propriamente santa-cruzenses. Por outro lado, apresentam-se os jovens migrantes que residem há poucos anos no município, os quais não se consideram santa-cruzenses e não se identificam com esta sociedade, deparando-se com a questão de serem jovens “diferentes”, porém, jovens que gostam do seu passado e de sua cidade de origem.

A juventude, de forma geral, encontra-se orientada pela janela do presente e do futuro, não reside nela memórias sobre as trajetórias familiares, é como se, depois que os pais migraram e se estabeleceram na nova sociedade, surgisse uma nova história, ou, surgisse a sua história, resguardando muito pouco do passado, restando mesmo o presente e o futuro. O passado já não é mais importante. A história e as origens familiares não são fatores intervenientes nas suas vidas, o que sabem sobre suas famílias é pouco representativo.

Quando se perguntou sobre suas histórias, os jovens, em sua maioria, relataram sobre a vinda de seus pais ao município, a influência de familiares que em alguns casos foram incentivadores da migração, como foi

o seu desenvolvimento em Santa Cruz, enfim, eles muito pouco sabiam sobre os seus avós e antepassados. Os jovens de “segunda geração” apontaram um distanciamento familiar maior, muitos afirmaram conhecer poucos parentes, ou mesmo não conhecer seus avós, suas histórias reduzem-se ao que os pais falam sobre a família. A história desta juventude está estreitamente vinculada com a nova cidade de destino da migração dos pais.

Os jovens que residem por longo tempo na nova sociedade (jovens migrantes ou da segunda geração) ao falarem da história de suas vidas, de suas famílias e das expectativas familiares em relação à Santa Cruz do Sul, argumentam sobre a importância da migração para o desenvolvimento familiar e as melhores condições de vida que encontraram nesta.

Entre os mesmos jovens entrevistados, encontram-se algumas diferenciações, como o fato de estudarem em escola privada e outros em escola da periferia urbana. Os jovens do ensino privado afirmaram que o conhecimento que possuíam em relação às suas histórias foi construído em um trabalho de pesquisa escolar, no qual investigaram o passado familiar. Os jovens das escolas públicas em nenhum momento mencionaram a intervenção dos estudos escolares no conhecimento que possuíam sobre seu passado e suas histórias familiares.

A partir das “falas juvenis” foi possível perceber um forte sentimento de “história do tempo presente”, os jovens ressaltaram que nunca haviam pensado sobre suas memórias, suas histórias, seu passado e sua origem. Afirmaram, categoricamente, que mesmo que soubessem sobre o “passado”, este “não faz diferença”, “não muda nada”, “não influencia”,

apenas é “interessante” ou mesmo “curioso”.

Os jovens entrevistados mostraram “não saber”, ou, “saber muito pouco” sobre seu passado e origem. Manifestaram ainda indiferença em saber sobre o seu passado ou sobre o passado da cidade. Apesar dos mesmos mostrarem-se distantes de seu passado e “sem tempo” para descobri-lo, visto que afirmam estarem envolvidos com outras “coisas” mais importantes, como os “estudos”, o “vestibular”, o “trabalho”, os jovens entrevistados demonstraram intenção, após as entrevistas em grupo, de conhecer melhor seu passado e sua história.

“Eu estou aqui, eu pertencço a aqui”

O tempo de residência na cidade interfere na noção de pertencimento. Os jovens que residem há poucos anos em Santa Cruz mostram-se menos identificados com a cidade, enquanto aqueles que residem há mais tempo (migraram quando eram crianças) demonstram uma melhor disposição em relação ao município. Os jovens que migraram para a cidade no período da infância identificam-se mais com a cidade, aqui, o sentimento de pertença assemelha-se aos jovens da “segunda geração”.

No que se refere às trajetórias dos jovens de uma cidade de porte médio gaúcha, a juventude “segunda geração” apresenta maiores níveis de satisfação e integração que os migrantes que se fixaram em Santa Cruz nos últimos anos. Ao comparar as respostas de jovens na condição de “migrantes” e de “segunda geração”, foram os segundos que se mostraram mais felizes em relação à cidade onde moram e nasceram.

Um fator significativo que aproxima os jovens “migrantes” e de

“segunda geração” em relação à cidade são os atrativos que ela oferece à juventude. Quando um jovem migrante realiza um deslocamento de uma cidade pequena a uma cidade média, ou, mesmo quando faz o movimento campo-cidade, a satisfação em estar numa cidade maior, com mais atrativos de lazer e melhor infra-estrutura é expressiva. Neste mesmo sentido, o jovem de “segunda geração”, quando indagado sobre o lugar de origem familiar, se este desejaria residir no município de nascimento dos pais, ele na maioria dos casos, afirma negativamente, isto é mais evidente se o lugar de origem familiar é um município menor ou mesmo no meio rural.

Os jovens migrantes narram que não se identificam com Santa Cruz pela sua história, que muitas vezes é associada à imigração alemã do século XIX, ou mesmo pela sua cultura, referida pelos jovens como fechada, mas se identificam com o município porque este oferece boa qualidade de vida, uma cidade bonita, com boas condições de moradia em relação aos lugares de origem.

De acordo com a pesquisa, os jovens migrantes que residem numa sociedade há mais tempo, ou desde a infância, acabam desenvolvendo noções de pertencimento tão fortes quanto os jovens de “segunda geração”. Mas um pertencer que não está vinculado à narrativa histórica e memorial do município, mas um pertencimento associado ao conjunto de fatores positivos atribuídos pelos jovens à nova sociedade. Neste contexto, se a condição sócio-econômica do jovem migrante era inferior em seu antigo lugar de origem em comparação ao novo lugar, mais identificação com a nova sociedade apresenta este jovem.

Em relação à juventude “estabelecida” (jovens nascidos no local, de

famílias estabelecidas por duas gerações ou mais), os jovens de “segunda geração” e os “migrantes” apresentam uma vantagem: eles podem utilizar seus lugares de origem (parental) como parâmetro comparativo; podem também justificar sua difícil inserção ou mesmo pouca integração social por não serem “de” ou sua família ser “de” certo lugar. Mesmo assim, a tendência é que a segunda geração e o migrante (quanto mais tempo resida numa sociedade, desde criança), desenvolvam sentimento de identificação e pertencimento devido aos vínculos estreitos e laços de afetividade, amizade, entre outros. Certamente os pais destes jovens apresentam outros sentimentos em relação ao novo lugar de residência.

A “segunda geração” como ponte entre o passado de alhures e o futuro em algum lugar

Os jovens de “segunda geração” se diferem em relação ao sentimento de “pertença” na sociedade que estão inseridos quando comparados com os sentimentos de jovens alóctones. Mas os jovens, de um modo geral, se mostram desapegados e descompromissados com o passado, com a origem, com a história e com a memória familiar. Da mesma forma, todos os jovens entrevistados, que totalizaram 31 estudantes de quatro escolas e bairros distintos, mostraram-se sem preocupações em relação à narrativa histórica familiar, achando negativo o fato de não saber informações sobre as suas famílias, mas afirmando que, saber ou não sobre a história familiar não irá modificar suas trajetórias futuras ou mesmo comprometer seu presente.

Porém, a entrevista é uma interação social. Individual ou em grupo, a

entrevista propicia uma ação reflexiva dos jovens. Nesse sentido, percebemos que – durante as sessões dos grupos focais – os jovens reviram algumas opiniões iniciais. A cada encontro, os jovens traziam mais informações, pois haviam se informado sobre suas memórias e histórias familiares e, descoberto, mais e mais “coisas interessantes”, sendo que muitas vezes se viam respondendo questões que nos encontros anteriores não sabiam. Os jovens demonstraram disposição em pesquisar sobre as suas histórias pessoais, a grande maioria também apontou que fora a primeira vez que alguém havia perguntado sobre a sua história, sua origem, seu passado e sobre as suas memórias. Contudo, o fato de terem participado das entrevistas na forma de histórias orais não significa que estejam comprometidos com o seu passado, os jovens mostraram-se realmente comprometidos com o seu “presente”, ponte entre o passado de alhures e o futuro em algum lugar.

* **Sílvio Marcus de Souza Correa é Doutor pela Westfälische Wilhelms-Universität Münster e pesquisador junto ao Centro de Pesquisa sobre Desenvolvimento Regional (CEPEDER) da Universidade de Santa Cruz do Sul/UNISC.**

** **Karin Elinor Sauer é Doutora pela Universidade de Tübingen e pesquisadora em estágio de pós-doutorado em Desenvolvimento Regional na UNISC/apoio FAPERGS.**

*** **Carina Santos de Almeida é Mestranda em Desenvolvimento Regional/UNISC/bolsista CAPES.**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena Wendel
(1994) *Cenas Juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo, Ed. Página Aberta.

CATANI, Maria Alice Nogueira Afrânio (org.)

(1998) *Pierre Bourdieu – Escritos de Educação*. 8ª ed., Petrópolis.

CORREA, Sílvio. M. S.

(2002) “Migração e a Desigual Distribuição Espacial do Capital Humano”. *Raízes - Revista de Ciências Sociais e Econômicas*. Campina Grande, v. 21, nº 2, p. 273-286.

CORREA, Sílvio. M. S.

(2007) *Os Jovens na Cidade de Porte Médio*. Texto cedido pelo autor e em fase de publicação (Les Éditions de IQRC e Fundação Oswaldo Cruz).

LEVI, Giovanni e SCHMITT, Jean-Claude

(1996) *História dos Jovens. Da antiguidade à era moderna*. São Paulo, Companhia das Letras, v.1.

NOVAES, Regina

(2006) “Os Jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias”. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de e EUGÊNIO, Fernanda (orgs.). *Culturas Jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.

PAIS, José Machado

(2006) “Busca de si: expressividade e identidades juvenis”. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de e EUGÊNIO, Fernanda (orgs.). *Culturas Jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.

SAUER, Karin Elinor

(2007) *Integrationsprozesse von Kindern in multikulturellen Gesellschaften*. Wiesbaden, VS – Verlag für Sozialwissenschaften.

SILVEIRA, Rogério L. L. da

(2000) “A Internacionalização do Setor Agrofumageiro e o Processo de Urbanização em Santa Cruz do Sul/RS”. In: *Ágora*. Revista do Departamento de História e Geografia da Universidade de Santa Cruz do Sul/UNISC. v.5, nº 1 (jan./jun. 1999). Santa Cruz do Sul, EDUNISC, p. 69-94.

VASCONCELOS, Maria Drosila

(2002) “Pierre Bourdieu: a herança sociológica”. *Revista Educação & Sociedade*. Campinas, vol.23, nº.78, p.77-87.

AMOR E DEVOÇÃO FILIAIS (XIÀOSHÙN) NA FAMÍLIA CHINESA: FILIAÇÃO NA MIGRAÇÃO

Ernesto René Sang *
Eva Maria Migliavacca **

A piedade filial é um sentimento natural, espontâneo e profundo, que se encontra em todos os homens e em todos os povos e que, sob a forma de instinto, encontra-se mesmo entre certas espécies de animais. Este sentimento inato leva-nos a manifestar o nosso reconhecimento aos pais a quem devemos a vida, a proteção, a educação, e outros benefícios sem número. Devemos amá-los, servi-los e respeitá-los, a fim de recompensá-los numa mínima parte das fadigas, solicitude, cuidados, afeições e ternura que tiveram conosco. O que faltar a este grande dever é um ingrato, um desnaturado que nem mereceria o nome de homem (Frei Kao, 1952, p.167).

XIÀOSHÙN: Amor e Devoção Filiais

A filiação é, por definição, de início, um vínculo de natureza biológica. No entanto, interessa-nos a filiação como vínculo psicossocial colorido pela cultura, produto da humanização desse vínculo biológico tal como conscientizado pelo sujeito. Na literatura relacionada à família chinesa (Hsu, 1974, 1949, 1961; Mah, 1998; Chang, 1998; Tan, 1992; Wong, 1998; Xue, 2003; Yang, 1948; Zang, [s/d]; Osgood, 1975), seu modo de funcionamento obedece à doutrina confucionista, que tem como postulado importante o amor e a devoção filiais (*xiàoshùn*) que regem as relações dentro da família chinesa. Será que os filhos nascidos após a emigração dos pais, em terra estrangeira, sentem-se também chineses¹?

Na formação do sentimento de identidade desses filhos de imigrantes chineses, supomos que um ponto crucial na percepção de si mesmos é poderem reconhecer-se como herdeiros de uma cultura diferente, que lhes foi transmitida nos processos de socialização primária. Como será que esses filhos de imigrantes, criados num país diferente, numa grande cidade metropolitana como

São Paulo, tendo acesso a uma escolaridade e a uma educação superior em instituições altamente valorizadas no meio, se comportam em relação à educação que receberam em seus lares, e como respondem a esse meio, fora do âmbito familiar? Que percepção eles têm de sua filiação, considerando que essa educação implica normas e valores que transcendem o indivíduo e constituem uma mentalidade que visa a vida comunitária? É importante não esquecer que como resultado da emigração dos pais, os filhos forçosamente terão que procurar um ajustamento que pode parecer uma aculturação. Entretanto, as características fenotípicas da etnia oriental sempre estão presentes, definindo-os como diferentes do grupo no qual estão atualmente inseridos, e, portanto, fica artificial o recurso a um certo 'mimetismo'. É de se presumir que a elaboração do sentimento de identidade, nesses indivíduos, envolva a elaboração de uma subjetividade que passa pela conquista da singularidade. Essa consciência de singularidade nem sempre é formulada para si mesmo. A igualdade em relação aos outros, que esses filhos de imigrantes chineses vivem, de forma quase natural, será uma ilusão?

Há momentos em que tal igualdade

precisa ser discriminada, nuançada, para evitar o risco do mimetismo passivo de 'ser brasileiro' e, por isso, um 'estranho (não-chinês) dentro da família'. Em casa, para os pais imigrantes, ele pode se afirmar como 'brasileiro'; no entanto, na convivência social, ele é 'o china', 'o chinês', apelidos atribuídos por outros, vindos de fora, exteriores ao indivíduo. Esse 'outro' se faz presente ao chamá-lo: *Ei, chinês! ei, chinesa!* Provavelmente, quando esse indivíduo é assim chamado, lembra-se de que é chinês, chinesa. Como estará se reconhecendo ao responder? Esse chamado acorda a pessoa da condição de igualdade em relação aos outros, contestando-a. Isto pode clamar por uma discriminação de singularidade, em que tanto ser brasileiro, como também ser chinês, cabem na mesma pessoa. Como será que convivem, psiquicamente, esses aspectos distintos?

Responder essas questões implica descrever uma situação existencial que impõe a convivência com uma dualidade étnica-cultural, que tem efeitos no processo de integração da personalidade do indivíduo. Para ele, às vezes, isso aparece subjetivamente como um sentimento ambíguo em relação à vivência de *ser chinês* (pelo fenótipo) e de *se sentir*, efetivamente, chinês.

O que os filhos de imigrantes chineses residentes em São Paulo dizem de si?

“Eu sou brasileira de coração, mas chinesa de alma”. Os filhos desses imigrantes chineses residentes em São Paulo são *“os que receberam uma educação no Brasil”*. A identidade chinesa convive com a nacionalidade brasileira, delimitando campos psicológicos distintos que podem entrar em conflito em função de interesses pessoais que não se harmonizam com a mentalidade chinesa que conhecem em si. No entanto, quando conciliados, poderiam gerar uma identidade sino-brasileira.

Eles *se sentem chineses* e/ou estão *identificados* com os pais chineses? Alguns dizem: *“Para mim, é normal. [Os descendentes de chineses] seguem mais situações chinesas do que as brasileiras”, “seguem mais o modo de vida chinês”*. Ou, *“a minha primeira língua foi o chinês, e depois, o português”, “os pais incentivam você a falar a língua, a escrita, a leitura, que é importante...”*.

Para os participantes falar chinês é algo que lhes dá orgulho, pois permite que se instruem sobre a cultura chinesa. Falar a língua reforça o sentimento de ser chinês, ainda mais quando vivem em comunidade. Ao mesmo tempo, isso gera a noção do “estrangeiro”, i.é., quem não é chinês.

Certamente, nesse processo, é importante a determinação dos pais de manterem sua cultura de origem, principalmente por meio da língua chinesa. Essa determinação dos pais será concretizada a partir da autoridade paterna que lhes advêm da própria cultura chinesa, no que diz respeito à organização da família tradicional.

A educação recebida dos pais promoveu a construção das representações do que é ser chinês, que se expressa na sua maneira de ser, principalmente no fato de falarem a

língua chinesa. O ambiente doméstico, a família, passa a ser o espaço privilegiado em que os imigrantes, no caso, os pais chineses, podem exercer mais explicitamente sua identidade étnica e cultural, reconhecerem a si mesmos como chineses, e também aos filhos, criados segundo sua mentalidade.

O que aprendem, em sua experiência, que poderia ser chamado de mentalidade chinesa?

Como falam de sua família chinesa, isto é, dos pais chineses e da sua filiação?

A família é uma referência importante. Ela é hierarquizada: o pai manda, a mãe, quando necessário, trabalha junto com o marido, em posição discreta em relação a ele, e os filhos obedecem, cumprindo sua obrigação principal: - primeiro estudar e, depois, ajudar os pais, trabalhando no negócio da família. A coesão da família é fundamental. Essa coesão familiar se dá em torno da autoridade do pai, à qual todos, principalmente os filhos, devem se submeter. *“Tem famílias onde o pai simplesmente manda. Ele manda, acabou. Você não pode retrucar, responder.” “[...] a gente acata muito fácil. A gente aceita, é muito passiva”*, indicando como isso afeta profundamente seu ser.

Esse padrão hierárquico presente na família chinesa se expressa de diversas formas. Por exemplo, no modo como a própria língua chinesa possui termos para indicar a linhagem paterna ou materna e o grau de parentesco dos indivíduos. As pessoas da família não se chamam entre si pelo nome próprio, pois isso é considerado falta de respeito grave². Eles se referem uns aos outros usando termos que indicam a posição do indivíduo na família: irmão mais velho, irmã mais velha, irmão mais novo, irmã mais nova.

De modo geral, todos os participantes expressaram sentir que os pais têm a

expectativa de que seus filhos consigam um lugar no mundo e uma vida melhor do que as suas, de que não devem ter a mesma vida que estão tendo no momento. Devem buscar um status de vida melhor, diferente, principalmente por meio da formação profissional, já que sentem que seu negócio não oferece grande retorno financeiro.

Sintetizando, o que os participantes descrevem explicita a mentalidade chinesa: a valorização e o respeito aos mais velhos, a começar pelos pais; o privilégio dos filhos homens e a posição secundária da mulher. A filha, quando casa, deixa de pertencer à família de origem passando a pertencer à família do marido.

A emigração dos pais torna o conhecimento dessa mentalidade chinesa implícito, a ser inferido pelos filhos nascidos fora da China na medida em que os avós ficaram lá e, portanto, não existe a convivência dos pais com esses avós. O ideal da grande família, convivendo por várias gerações seguidas sob o teto dos ancestrais, torna explícito esse postulado pela convivência cotidiana. Todo mundo na aldeia chinesa comporta-se dessa forma. Passa a ser “natural”, inclusive para os pais imigrantes criados nesse sistema milenar pelos próprios pais, o que são postulados culturais. Os migrantes trazem isso do local de origem, da China, quer vivessem em aldeias, quer tivessem uma vida urbana em Taiwan³.

Os conflitos de aculturação dos filhos de imigrantes chineses em São Paulo passam a ser “conflitos do coração”, como referiu o professor David Shyu (2001) da escola chinesa em São Paulo. Os pais tendem a considerar esses conflitos como falta de *xiàoshùn*, de devoção filial. Esquecem que estão fora da China, que estão criando seus filhos onde nem todo mundo se comporta igualmente e onde não se convive com a geração anterior. Portanto, os filhos não têm como observar os pais sendo filhos e assim, o choque de gerações torna-se um confronto de poder, exclusivamente.

Chan e Leong (1994) ilustram como conflitos internos entre filhos e pais podem se manifestar em somatizações, conflitos sobre os quais o próprio indivíduo não sabe falar, principalmente, quando relacionados aos pais, porque não se deve questioná-los.

Por outro lado, quando os filhos não mantêm o chinês fluente para se comunicar com os pais imigrantes, desentendimentos graves poderão surgir. Os filhos sentem que não estão sendo suficientemente compreendidos ou mesmo, que estão sendo rejeitados. Certamente, não manter a língua materna significa uma descontinuidade importante e irreversível. O casamento com uma pessoa que não seja chinesa pode ser essa descontinuidade. Como os avós chineses irão se comunicar com netos *brasileiros* que não falam chinês?

Como se percebem com essa herança cultural? Que horizontes existem para eles?

A convivência de duas culturas diferentes no interior desses sujeitos procura uma conciliação entre o que percebem em si mesmos, como próprio de ser chinês e o 'jeito' brasileiro de ser; assim como destaca a diferença entre os chineses de São Paulo e os de Taiwan, já que os pais, por conta de emigração, tornaram-se mais conservadores do que os chineses de Taiwan.

A conciliação entre "ser brasileiro e ser chinês" carrega certa dissonância, parece estranha. Benedict (1997) em seu livro clássico sobre a cultura japonesa comenta que talvez seja mais fácil colocar em palavras as diferenças entre o Oriente e o Ocidente do que de serem vividas pelos indivíduos. De fato, examinando as características contrastantes da cultura chinesa e da cultura brasileira, o Amor e Devoção Filiais postula uma diferença que pode ser muito mais difícil de ser vivida do que de ser posta em palavras.

Considerações Finais

A humanidade nunca vive inteiramente no presente. *O passado, a tradição da raça e do povo vive nas ideologias do superego e só lentamente cede às influências do presente*, no sentido de mudanças novas; e, enquanto opera através do superego, desempenha um poderoso papel na vida do homem, independentemente de condições econômicas. Freud (1933, p.87) (grifo nosso)

Pensar a questão da filiação na família chinesa obriga a levar em consideração o Amor e Devoção Filiais como um postulado básico da família tradicional chinesa e ao mesmo tempo, procurar entender como esse postulado pode ser representado no psiquismo desses indivíduos. Ou, dizendo de outra forma, de que maneira essa determinação cultural da relação filial, na família tradicional chinesa, se inscreve psiquicamente como superego ou ideal do ego.

Freud (1921/1969), em *Psicologia de Grupo e Análise do Ego*, ao analisar o aparente contraste entre a psicologia individual e a psicologia social, aponta como o indivíduo tem, efetivamente, uma dupla existência: uma em que é, para si mesmo, seu próprio fim, e outra, como membro de uma corrente à qual está sujeito contra sua vontade. Do seu ponto de vista, "Algo mais está invariavelmente envolvido na vida mental do indivíduo, como um modelo, um objeto, um auxiliar, um oponente." (Freud, idem, p. 91). Esse 'outro', presente na vida mental do indivíduo e com o qual ele está invariavelmente envolvido, constitui-se como o superego, que enuncia a questão de uma psique marcada pela cultura. Os pais, além de oferecerem o atendimento das necessidades básicas que garantem a sobrevivência física do bebê, também o contextualizam na cultura específica em que se desenvolverá. Poder-se-ia pensar que o Amor e a Devoção Filiais correspondem ao superego dos pais, que veicula assim, a tradição.

Como, então, Freud, pensou a filiação? De acordo com Schneider (1993), o paradigma da filiação, em Freud, remete a uma inspiração jurídica ou social. "A idéia é que por meio da filiação, se transmite um certo bem; há uma herança biológica, conceitual ou material sendo transmitida, com o mínimo possível de amputações, do ascendente ao descendente". A autora entende que foi na teoria da identificação que Freud apoiou a concepção de uma transmissão vertical, de uma geração a outra, na medida em que a teoria da identificação supõe um processo psíquico que, ao mesmo tempo, é social. Podemos entender que, na medida em que se resolve a posição do indivíduo como tendo uma identidade, ele, ao mesmo tempo, internaliza a cultura da qual faz parte.

A definição de identificação dada por Freud em "*O Ego e o Id*", em 1923, envolve, ao mesmo tempo, uma injunção e uma interdição: ser como o pai e não poder ser como o pai. O filho não pode fazer tudo o que o pai faz, pois há muitas coisas que são reservadas unicamente ao pai. Mas, em última instância, a figura do pai é o modelo e só ele pode ser o modelo para os filhos. Há, nisso, uma perpetuação narcísica da figura do pai, que talvez tenha levado Freud a destacá-lo como o ideal do ego, que Laplanche e Pontalis (1970, p. 289) definem como:

Instância da personalidade resultante da convergência do narcisismo (idealização do ego) e das identificações com os pais, com os seus substitutos e com os ideais coletivos. Enquanto instância diferenciada, o ideal do ego constitui um modelo a que o indivíduo procura se conformar.

Por outro lado, Freud (1933, p. 84) acrescenta que o superego também é o veículo do *ideal do ego*, por meio do qual o ego se avalia e se estimula, e cuja exigência de uma perfeição cada vez maior faz com que o ego se esforce para alcançá-la: "Não há dúvida de que esse ideal do ego é o precipitado da antiga

imagem dos pais, a expressão de admiração pela perfeição que a criança então lhes atribuíra”.

Em síntese, Freud atribui ao superego as funções de auto-observação, de consciência e de manter o ideal. Cabem, enfim, ao superego os aspectos mais elevados da vida do homem. “Como remonta à influência dos pais, educadores, etc., aprendemos mais sobre seu significado se nos voltamos para aqueles que são sua origem. [...] Assim, o superego de uma criança é, com efeito, construído segundo o modelo não de seus pais, mas do superego de seus pais; os conteúdos que ele encerra são os mesmos, e torna-se veículo da *tradição* e de todos os duradouros julgamentos de valores que dessa forma se transmitiram de geração em geração”. (Freud, idem, p.87, grifo nosso).

O Amor e Devoção Filiais, na cultura chinesa, visa a perpetuação do sistema patrilinial de família, que exige submissão ao pai, que, por sua vez, também vive uma identificação com o filho. Hsu (1949) explica que nesse sistema tradicional, a promessa de que o filho mais velho assumirá o lugar do pai quando este falecer, elimina possíveis conflitos dos filhos com a figura paterna, inclusive pela adesão ao ideal da grande família vivendo sob o mesmo teto ancestral.

Assim sendo, considero que o Amor e a Devoção Filiais, como um postulado da cultura chinesa, precisa ser conhecido conscientemente pelos filhos de imigrantes chineses, para que eles se apropriem dessa cultura enquanto herança étnica importante. Acredito que, por meio deste conhecimento, ser chinês, deixa de sê-lo apenas porque se tem o fenótipo chinês, fala-se chinês e segue-se os costumes chineses. Mas, ser chinês, fora da China, significa conhecer emocionalmente os pais chineses com os quais os filhos se identificam, identidade essa em que a continuidade de gerações pode ser algo mais que repetir a geração anterior, renunciando, assim, a uma

forma de idealizar, narcisicamente, a imortalidade.

*** Ernesto René Sang é Psicanalista da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, Mestre em Psicologia Clínica pelo Instituto de Psicologia da USP.**

**** Eva Maria Migliavacca é Psicanalista da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, Profa. Titular do Dpto. de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da USP.**

NOTAS

1 - Este artigo, baseado na dissertação de mestrado em Psicologia Clínica de Ernesto René Sang (2003), sob a orientação da Prof^a. Eva Maria Migliavacca, tem como base empírica os depoimentos de quatro filhos de imigrantes chineses residentes na cidade de São Paulo, cujos pais emigraram para o Brasil ao longo das décadas de 1970/80, em idade adulta, já casados na origem - Taiwan.

2 - Uma curiosidade que obtivemos como uma comunicação pessoal: como o nome próprio não é de uso corrente na comunicação entre filhos e pais, uma imigrante chinesa, de volta à sua aldeia natal, procurou saber do destino de uma tia dela. Qual não foi sua surpresa ao constatar que não sabia o nome próprio dessa tia de maneira que ninguém soube lhe dar tal informação.

3 - Vale lembrar o filme chinês “As coisas simples da vida”, que mostra uma família comum de Taiwan. No filme vários temas tradicionais são tratados: o casamento, o cuidado com a mãe idosa que fica em coma, o início da vida sexual na filha adolescente, a ocidentalização de alguns chineses, e outros mais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENEDICT, R.
(1997) *O Crisântemo e a Espada*. São Paulo, Perspectiva.
- CHAN, S. e LEONG, C.
(1994) “Chinese families in transition: cultural conflicts and adjustment problems”. *Journal of Social Distress and the Homeless*. V. 3, n. 3, p.263-281.
- CHANG, J.
(1998) *Cisnes Salvajes. Tres hijas de China*. Barcelona, Circe.
- FREUD, S.
(1969) *Psicologia de grupo e a análise do ego*. Rio de Janeiro, Imago, 1921, v.18, p.91-184.
- FREUD, S.
(1969) *O ego e o Id*. Rio de Janeiro, Imago, 1923, v.19, p.13-83.

- FREUD, S.
(1969) *A dissecção da personalidade psíquica*. Rio de Janeiro, Imago, 1933, v.22, p. 75-102.
- HSU, F. L. K.
(1949) *Under the ancestors' shadow. Chinese culture and personality*. London, Routledge & Kegan Paul.
- HSU, F. L. K.
(1961) “Kinship and ways of life: an exploration.” In: Hsu, F. L. K. *Psychological Anthropology. Approaches to Culture and Personality*. Illinois, The Dorsey.
- HSU, F. L. K.
(1974) *O Estudo das Civilizações Letradas*. São Paulo, EPU EDUSP.
- KAO, J. B. S.
(1952) *A filosofia social e política do confucianismo*. Rio de Janeiro, [s.n.].
- LAPLANCHE, J. e PONTALIS, J. B.
(1970) *Vocabulário da Psicanálise*. Lisboa, Moraes.
- MAH, A. Y.
(1998) *Las hojas que caen. Memorias de una hija rechazada*. México, Ed. Alfaguara.
- OSGOOD, C.
(1975) “The culture of Lung Chau.” In: *The chinese. A Study of a Hong Kong Community*. Arizona, The University of Arizona, v. 3, p.1151-1153.
- SANG, E. R.
(2003) *Amor e Devoção Filiais: um estudo exploratório com filhos de imigrantes chineses*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- SCHNEIDER, M.
(1993) “Trauma e Filiação em Freud e em Ferenczi”. *Percurso*, n.10, p.31-39.
- SHYU, D. J. Y.
(2001) *Estudo da Linguagem na Comunidade Chinesa em São Paulo – Influência da Língua Portuguesa e do Dialeto Taiwanês na Língua Oficial*. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – FFLCH/USP, São Paulo.
- TAN, A.
(1992) *The kitchen God's Wife*. N. York, Ivy.
- WONG, B.
(1998) *Ethnicity and Entrepreneurship: The New Chinese Immigrants in the San Francisco Bay Area*. Massachusetts, Simon & Schuster.
- XUE, X.
(2003) *Nacer mujer en China*. Buenos Aires, Emecé.
- YANG, M. C.
(1948) *A Chinese Village. Taitou, Shantung Province*. London, Kegan Paul, Trench, Trubner & Co.
- ZANG, X.
(s/d) “Family, kinship, marriage, and sexuality.” Em: GAMER, R. E. (Ed.) *Understanding contemporary China*. London, Lynne Rienner.

SEJA UM COLABORADOR

Travessia está aberta à publicação de artigos de pesquisadores e estudiosos que analisam a realidade em que o migrante está envolvido, a partir dos diferentes ramos do conhecimento: social, político, cultural, econômico, antropológico, educacional, etc. A revista destina-se, fundamentalmente, a um público intermediário; quer ser uma ponte entre a produção acadêmica e a produção popular. Se for do seu interesse, envie artigos para a redação, seguindo as orientações abaixo elencadas:

- * Você irá escrever para uma revista e não para uma banca da academia, por isso, aproveite os conteúdos de suas pesquisas, mas seja criativo(a) na forma de apresentá-los. No título, por exemplo, não resuma sua tese, desperte a curiosidade do leitor.
- * De preferência, artigos que se enquadrem dentro dos temas previamente anunciados, conforme consta ao lado;
- * Tamanho: aproximadamente 350 linhas, fonte Times New Roman, corpo 12;
- * Intercalar o texto com alguns intertítulos;
- * Clareza de linguagem e simplificação dos conceitos;
- * Se possível, enviar algumas fotos em papel, com os respectivos créditos (posteriormente serão devolvidas); se digitalizadas, só em CD com resolução de 300 dpi.
- * Os artigos devem ser inéditos;
- * Fazer constar breve identificação do autor, endereços postal e eletrônico e telefone;
- * Notas: utilizar apenas nos casos em que o texto requer alguma explicação relevante; não utilize nota no título e no nome do autor; referência bibliográfica não é nota;
- * Referências: devem constar no interior do texto, entre parênteses, com o nome, ano e quando específicas, a página. Ex.: (Silva, 1996: p.3);
- * Bibliografia - Ater-se à referida no texto, seguindo o padrão abaixo:
 - a) Livros: nome do autor; ano entre parênteses; título do artigo em itálico; local da publicação; nome da editora. Exemplo: FERNANDES, Florestan (1977) *A Sociologia no Brasil*. Petrópolis, Vozes.
 - b) Artigos: nome do autor; ano entre parênteses; título do artigo entre aspas; nome do periódico em itálico; volume (se houver) e nº; mês(es) e nº da página. Exemplo: SARTI, Cynthia Andersen (1995) "São os Migrantes Tradicionais?". *Travessia-Revista do Migrante*, nº 23, setembro-dezembro, p.11.

NB: Por tratar-se de artigos breves, pede-se utilizar os recursos acima com parcimônia.

O autor de artigo publicado receberá dez exemplares do nº.

O Conselho Editorial reserva-se o direito de submeter os artigos à sua apreciação.

PRÓXIMOS LANÇAMENTOS

**TRAVESSIA
Nº 60**

**PERDAS &
AUSÊNCIAS**

(Jan-Abr/08)

**Prazo para envio
de artigos**

(28/02/08)

**TRAVESSIA
Nº 61**

**MIGRANTES
TEMPORÁRIOS**

(Mai-Ago/08)

**Prazo para envio
de artigos**

(30/03/08)

**TRAVESSIA
Nº 62**

SEGREGAÇÃO

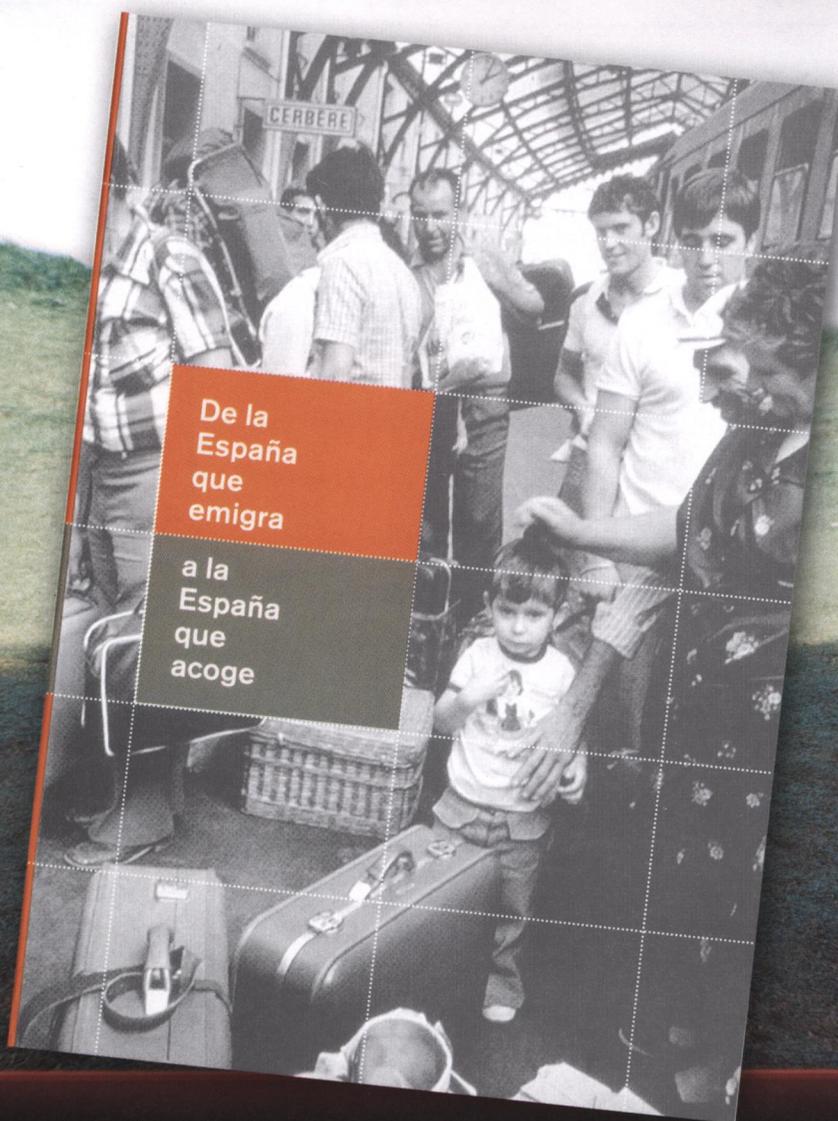
(Set-Dez/08)

**Prazo para envio
de artigos**

(31/07/08)

**Nº 63 - REMESSAS
Nº 64 - MOBILIDADE
PENDULAR**

ESPAÇO ABERTO À DIVULGAÇÃO DE LIVROS DOADOS À BIBLIOTECA DO CEM, ESPECIALIZADA EM MIGRAÇÕES



A Fundación Francisco Largo Caballero, em parceria com a Obra Social Caja Duero, num projeto de grande envergadura, reuniu algumas dezenas de autores para traçar um panorama histórico dos fluxos migratórios relacionados à Espanha, desde fins do século XIX até o momento presente. Trata-se de uma obra ilustrada, com 666 páginas, assim subdividida:

- Emigración a América
- Emigración al norte de África
- Emigración Interior
- Emigración a Europa
- Inmigración
- Una mirada hacia el futuro.

Na base de todo este projeto está a convicção de que, para se compreender o fenômeno migratório em toda a sua complexidade, faz-se necessário observá-lo a partir da história, a qual oferece as chaves de interpretação na necessária perspectiva espaço-temporal.